



POVOS RESILIENTES PLANETA RESILIENTE

Um Futuro Digno de Escolha

RELATÓRIO DO PAINEL DE ALTO NÍVEL DO
SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
SUSTENTABILIDADE GLOBAL.

Cópias eletrônicas deste relatório, incluindo versões em outros idiomas oficiais das Nações Unidas, estão disponíveis em www.un.org/gsp.

Cópias em livro eletrônico e em papel estão disponíveis por meio de United Nations Publications em www.un.org/publications.

Exoneração de responsabilidade: os membros do Painel endossam o relatório e de modo geral concordam com as suas conclusões. Os membros consideram que a mensagem deste relatório é muito importante. As recomendações e a visão representam o consenso ao qual chegaram os membros do Painel, mas nem todos os pontos de vista expressados neste relatório refletem os pontos de vista de todos os Membros individuais do Painel. Os membros do Painel naturalmente têm perspectivas diferentes sobre algumas questões. Se cada membro do Painel tivesse tentado individualmente redigir este relatório, ele poderia ter usado termos diferentes para expressar pontos de vista semelhantes. Os membros do Painel esperam que o relatório estimule o amplo diálogo público e fortaleça o esforço comum para promover o desenvolvimento sustentável global.

A reprodução está autorizada, contanto que a fonte seja citada.

Citação sugerida:

Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global (2012). *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha*. Nova York: Nações Unidas.

Design e layout: Bibi Singh e WhatWorks Inc.

Este relatório foi impresso em papel de baixa densidade isento de cloro e cumpre as diretrizes da Sustainable Forest Initiative (SFI). Tanto a capa quanto as folhas internas são impressas com tintas de base vegetal e produzidos por meio de tecnologia compatível com o meio ambiente.

Nova York, NY 10017
ISBN: 978-92-1-101256-9
eISBN: 978-92-1-055304-9
No. de vendas das Nações Unidas E.12.I.2

Direitos autorais © 2012 Nações Unidas

Carta datada de 30 de janeiro de 2012

endereçada ao Secretário-Geral pelos co-Presidentes do PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL

Temos o privilégio de lhe apresentar o relatório do PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL intitulado *“Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha”*.

Elaboramos este relatório durante um período de volatilidade e incerteza global. As economias estão oscilando. A desigualdade está crescendo. E as temperaturas globais continuam subindo. Estamos testando a capacidade do planeta de nos sustentar. Os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outras metas sociais e econômicas são prejudicados tanto pela incapacidade de se chegar a um acordo sobre ação decisiva e coordenada em fóruns nacionais e multilaterais como pelos compromissos de apoio financeiro não cumpridos.

Os sinais são claros: precisamos mudar drasticamente, começando com o conceito que temos sobre nossas relações os demais, com as gerações futuras e com os ecossistemas que nos sustentam. A nossa missão como PAINEL foi refletir e formular uma nova visão para o crescimento sustentável e a prosperidade, juntamente com mecanismos para atingi-la.

Com 7 bilhões vivendo atualmente em nosso planeta, é tempo de refletirmos sobre a nossa trajetória atual. Hoje estamos em uma encruzilhada. Continuar no mesmo caminho levará as pessoas e o nosso planeta a incorrer num risco muito maior. Acreditamos que o outro caminho oferece uma oportunidade extraordinária, mas devemos estar comprometidos e ter coragem para segui-lo. Mudar de curso não será fácil. Mas com o tempo, acreditamos que seguir um caminho mais sustentável irá melhorar o bem-estar humano, aumentar a justiça global, fortalecer a igualdade de gênero e preservar os sistemas de apoio à vida na terra para gerações futuras.

Quase 20 anos após a Cúpula da Terra no Rio, os desafios - e oportunidades - do desenvolvimento sustentável são mais relevantes do que nunca. Hoje vemos com maior clareza que o crescimento econômico, proteção ambiental e igualdade social constituem uma mesma agenda: a agenda do desenvolvimento sustentável. Não podemos ter um progresso duradouro em uma dessas esferas sem ter progresso em todas.

As pessoas são o foco da nossa visão de desenvolvimento sustentável. Nosso relatório apresenta uma série de recomendações centrais que, se implementadas ao longo do tempo, ajudarão a tirar grandes parcelas da humanidade da pobreza desumanizante; aumentar a resiliência; fortalecer a igualdade global, inclusive a igualdade de gênero; transformar como valorizamos produtos e serviços e medimos o conhecimento; preservar ecossistemas valiosos; aumentar a colaboração, coerência e prestação de contas nos setores e instituições; e criar uma estrutura comum para sustentabilidade global.

Carta datada de 30 de janeiro de 2012

endereçada ao Secretário-Geral pelos co-Presidentes do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global

Em 2030, uma criança nascida neste ano se tornará maior de idade. Nossas recomendações buscam estabelecer para ela, e para todas as crianças, um mundo no qual um crescimento sustentável e inclusivo proporcione mais por menos, para todos.

Nosso relatório é endereçado ao Senhor, mas nossas recomendações exigirão o compromisso - e a ação - de cidadãos em todos os setores da sociedade: desde Chefes de Estado e Governo e prefeitos locais até executivos de negócios, cientistas, líderes religiosos, ativistas da sociedade civil e, por último, mas não menos importante, os líderes da próxima geração, os jovens de hoje. Cada um de nós deve ser parte da solução.

Reconhecemos a aspiração universal ao desenvolvimento sustentável e nossas recomendações permitem abordá-lo no contexto de circunstâncias nacionais diversas. A implementação tem que ser construída a partir dos - e ir além - acordos e compromissos mútuos alcançados até agora.

Nossas recomendações emanam da nossa experiência pessoal coletiva nas áreas pública e privada - na administração pública, em funções de elaboração de políticas, no setor privado e na sociedade civil. Juntos, nosso engajamento nas questões abordadas no relatório se estende por várias décadas.

Em nome do Painel, gostaríamos de lhe expressar nossa profunda gratidão, Senhor Secretário-Geral, pelo seu apoio dedicado e comprometimento não apenas com o Painel, mas mais fundamentalmente com a agenda de desenvolvimento sustentável. Somos gratos também pelo apoio e sugestões recebidas pelos funcionários do sistema das Nações Unidas, delegações de Países Membros e organizações da sociedade civil às quais consultamos amplamente. Gostaríamos de expressar nossa gratidão aos membros do Painel que generosamente dispuseram de seu tempo, experiência e conhecimentos no cumprimento da missão deste Painel. O Secretariado também merece os nossos profundos agradecimentos pelos grandes esforços no apoio ao trabalho deste Painel.



Tarja Halonen
C-Presidente



Jacob Zuma
Co-Presidente

*A Terra dá o suficiente para satisfazer as necessidades
de todos os homens, mas não sua ganância*

Mahatma Gandhi

Reconhecimentos

Os membros do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Sustentabilidade Global desejam expressar sua profunda gratidão aos Governos, organizações, instituições, entidades das Nações Unidas e indivíduos que apresentaram perspectivas, ideias e apoio valiosos durante todo o trabalho do Painel.

O Painel expressa sua sincera gratidão pelas contribuições financeiras recebidas dos governos da Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Japão, Noruega, Suécia, Suíça e Emirados Árabes Unidos e da Comissão Europeia.

Contribuições em espécie foram gratamente recebidas do Global Green Growth Institute e dos Governos da China, Finlândia, Espanha, África do Sul, Suíça e Turquia. O Painel agradece o apoio do Centre for International Governance Innovation e do Open Text pelo fornecimento da plataforma usada para facilitar as comunicações internas do Painel.

O Painel também agradece as seguintes entidades do sistema das Nações Unidas pelo empréstimo de seus especialistas e pelo apoio significativo ao seu trabalho:

- a. Do sistema das Nações Unidas: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Organização Internacional de Trabalho, Fundo Monetário Internacional, União Internacional de Telecomunicações, Pacto Global, Força Tarefa de Alto Nível para a Crise Global de Segurança Alimentar, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Econômica para a África, Comissão Econômica para a Europa, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Fundo de População das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Secretaria Intergências da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, Serviço de Ligação das Nações Unidas com as Organizações Não Governamentais, Conselho Consultivo sobre Água e Saneamento, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gêneros e Capacitação de Mulheres, Programa Mundial de Alimentos e o Banco Mundial.
- b. Outras organizações e institutos de pesquisa: Centro de Pesquisa Florestal Internacional, Centro para Inovação da Governança Internacional, Centro de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento

Reconhecimentos

Internacional, Universidade de Columbia, Comissão sobre Agricultura Sustentável e Mudança Climática, Instituto Dinamarquês de Estudos Internacionais, a Fundação Gates, Instituto de Crescimento Verde Global, Projeto de Carbono Global, Conselho Internacional para Ciência, Agência Internacional de Energia, Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável, Agência Internacional de Energias Renováveis, Confederação Sindical Internacional, União Internacional para Conservação da Natureza, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, Centro de Resiliência de Estocolmo, Instituto Tellus, Universidade de Tsinghua, Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Fórum Econômico Mundial e Universidade de Yale.

O Painel gostaria também de agradecer às organizações da sociedade civil que compartilharam suas valiosas ideias e pontos de vista durante uma série de consultas coordenadas pelo Serviço de Ligação das Nações Unidas com as Organizações Não Governamentais. A lista completa das entidades da sociedade civil que fizeram contribuições está disponível em www.un-ngls.org/gsp. Além disto, o Painel interagiu em diversas reuniões com altos representantes das seguintes organizações: CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation, ETC Group, Global Campaign for Climate Action, Huairou Commission, Oxfam International, Stakeholder Forum, Sustain US e o World Resources Institute.

O Painel deseja reconhecer as percepções e contribuições recebidas de diversos especialistas, incluindo: Paul Abberley, Susan Alzner, Per Pinstrup-Andersen, Margaret Arnold, Agnes Babugura, Tariq Banuri, Manish Bapna, Amber Barth, Jose Maria Batanero, Zachary Bleicher, Borge Brende, Gordon Brown, Jonathan Chan, John Christensen, Ian Christoplos, Sara Cook e sua equipe, Angela Cropper, Fulvio Conti, Olivier de Schutter, Shobhakar Dhakal, Ani DiFranco, Felix Dodds, Warren Evans, Scott Foster, Ricardo Fuentes, Owen Gaffney, Kyle Gracey, Nathalie Girouard, Francois Guerquin e sua equipe, Jose Miguel Guzman, Helmut Haberl, Navid Hanif, Elliott Harris, Peter Hazlewood, Jeremy Hobbs, Charles Holliday, Ellen Houston, Jesus Abadia Ibañez, John Ingram, Maria Ivanova, Bruce Jenks, Bruce Jones, Asad Khan, Jeni Klugman, Georg Kell e sua equipe, Randall Krantz, Maria Fischer Kowalski, Debra Lavoy, Julia Marton-Lefevre e sua equipe, Gregory Mock, Selim Louafi, Edward Luck, Jim MacNeill, Josefina Maestu, Khalid Malik e sua equipe, Karin Manente, Luis Jimenez-McInnis, Pat Mooney, Alexander Mueller, Deborah Murphy, David Nabarro e sua equipe, Sunita Narain, Joaquin Nieto, Kevin Noone, Jeremy

Reconhecimentos

Oppenheim, Elinor Ostrom, Robert Orr, Aurelio Parisotto, Jan Peterson, Marina Ploutakhina, Andrew Revkin, Kelly Rigg, Johan Rockström, Richard Rosen, Anabella Rosemberg, Daniel Schensul, Nikhil Seth, Rita Sharma, Daniel Shepard, Surendra Shrestha, Christine Eibs Singer, Mark Stafford Smith, David Steven, Ingrid Srinath, Minoru Takada, John Talberth, Simon Upton, Jason Varmazis e sua equipe, Tom Weiss, Annie Wu, Sven Wunder, Simon Zadek e Sha Zukang e sua equipe.

Finalmente, os membros do Painel desejam expressar o seu agradecimento pela dedicação e rigor intelectual de seus sherpas e assessores durante todo o desenvolvimento do relatório. O Painel também expressa sua gratidão à secretaria do Painel, liderada por Janos Pasztor, pelo seu apoio substantivo e administrativo e sua dedicação.

Todas estas contribuições e apoios são gratamente reconhecidos e calorosamente apreciados.

Resumo

A VISÃO: UM FUTURO DIGNO DE ESCOLHA

Há vinte e cinco anos, o Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional como um novo paradigma para o crescimento econômico, igualdade social e sustentabilidade ambiental. Afirmava que o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado por meio de um marco regulatório integrado que englobasse esses três pilares. Desde então, o mundo obteve um entendimento mais profundo dos desafios interconectados que enfrentamos e a percepção de que o desenvolvimento sustentável oferece a melhor oportunidade para as pessoas escolherem o seu futuro. O Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global afirma que, ao tornar transparentes tanto o custo da ação quanto o custo da omissão, os processos políticos podem invocar os argumentos e a vontade política necessária para atuar em prol de um futuro sustentável. A visão de longo prazo do Painel é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar outros limites planetários. Tendo isto em vista, o relatório faz diversas recomendações para implementar a visão do Painel para um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento.

PROGRESSO RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável não é uma meta, mas um processo dinâmico de adaptação, aprendizagem e ação. Trata-se de reconhecer, compreender e atuar nas interconexões - especialmente aquelas entre a economia, a sociedade e o meio ambiente natural. O mundo ainda não está neste caminho. Já houve progresso, mas ele não tem sido nem rápido nem profundo o suficiente e a necessidade de uma ação de maior alcance está se tornando cada vez mais urgente. Ao mesmo tempo, enfrentamos vetores de mudança cada vez mais poderosos, inclusive os impactos dos padrões atuais de produção e consumo e de escassez de recursos, inovação, mudança demográfica, mudanças na economia global, crescimento verde, aumento da desigualdade, mudança da dinâmica política e urbanização.

CAPACITANDO AS PESSOAS PARA FAZEREM ESCOLHAS SUSTENTÁVEIS

Quanto mais influência tivermos na sociedade, maior será o nosso impacto potencial sobre o planeta e maior nossa responsabilidade de nos comportar de maneira sustentável. Isto é hoje mais verdadeiro do que nunca, quando

Resumo

a globalização e as pressões sobre nossos recursos naturais significam que escolhas individuais podem ter consequências globais. Para muitos de nós, no entanto, o problema não se limita às escolhas não sustentáveis, mas principalmente à falta de escolhas. A verdadeira escolha só será possível quando os direitos humanos, necessidades básicas, segurança e resiliência humanas forem garantidos. As áreas prioritárias de ação incluem:

- Cumprimento dos princípios fundamentais do desenvolvimento: compromissos internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e a segurança humana e avançar a igualdade de gênero;
- promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, e capacitação para ajudar a assegurar que toda a sociedade possa contribuir para soluções para os desafios atuais e aproveitem as oportunidades;
- criar oportunidades de emprego, especialmente para mulheres e jovens, para fomentar um crescimento verde e sustentável;
- capacitar os consumidores para fazerem escolhas sustentáveis e promover o comportamento responsável de maneira individual e coletiva;
- gerenciar os recursos e possibilitar uma revolução verde do século XXI: agricultura, oceanos e sistemas costeiros, energia e tecnologia, cooperação internacional;
- construir resiliência por meio de redes sólidas de segurança, redução de risco de desastres e planos de adaptação.

TRABALHANDO RUMO A UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Atingir a sustentabilidade exige a transformação da economia global. Mexer apenas nas beiradas não resolverá. A crise econômica global atual, que levou muitos a questionarem o desempenho da governança econômica global existente, oferece uma oportunidade de reformas significativas. É a chance de mudarmos de maneira decisiva em direção a um crescimento verde - não apenas no sistema financeiro, mas na economia real. A ação de políticas é necessária em diversas áreas fundamentais, inclusive:

Resumo

- incorporar custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços, bem como abordar falhas mercadológicas;
- elaborar um roteiro de incentivos que valorize cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimentos e transações financeiras;
- aumentar o financiamento para o desenvolvimento sustentável, incluindo custeio público e privado e parcerias para mobilizar grandes volumes de novos financiamentos;
- ampliar a forma como medimos os avanços do desenvolvimento sustentável por meio da criação de um índice ou conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável.

FORTALECENDO A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Para atingirmos o desenvolvimento sustentável, precisamos construir um arcabouço efetivo de instituições e processos decisórios em escalas local, nacional, regional e global. Devemos superar o legado de instituições fragmentadas estabelecidas a partir de uma única temática; déficits tanto de liderança quanto de espaço político, falta de flexibilidade para adaptação a novos tipos de desafios e crises; e uma falha frequente em prever e planejar tanto desafios quanto oportunidades – tudo isso prejudica não só a elaboração de políticas como sua consecução efetiva. As áreas prioritárias de ação para a construção de uma melhor governança, coerência e responsabilidade para o desenvolvimento sustentável nos planos nacional e global incluem:

- aumentar a coerência nos planos subnacional, nacional e internacional;
- criar um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável;
- elaborar um relatório periódico da perspectiva mundial do desenvolvimento sustentável que reúna informações e avaliações que atualmente dispersadas nas instituições e as analise de maneira integrada;
- assumir um novo compromisso para revitalizar e reformar o arcabouço institucional internacional, inclusive considerando a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÃO: UM CHAMADO À AÇÃO

O acompanhamento ativo se faz agora crucial. O Painel espera que o Secretário-Geral implemente as recomendações que lhe cabem e leve o conjunto completo de recomendações a toda família das Nações Unidas. O Painel também espera que o Secretário-Geral e a Organização das Nações Unidas utilizem o poder de convocação da Organização para promover as recomendações junto a outros participantes da comunidade internacional mais ampla, incluindo governos em todos os níveis, organizações internacionais, sociedade civil, comunidade científica e setor privado.

Índice

ANEXOS

QUADROS

CARTA

RECONHECIMENTOS.....

RESUMO.....

- I. A Visão do Painei.....
- II. Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.....
 - A. Esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável
 - B. Vetores de mudança.....
- III. Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis.....
 - A. Cumprimento dos princípios fundamentais
 - B. Educação e qualificação para o desenvolvimento sustentável.....
 - C. Criar oportunidades de emprego
 - D. Possibilitar escolhas sustentáveis.....
 - E. Gerenciar recursos e criar condições para uma revolução verde no século XXI
 - F. Construir resiliência.....
- IV. Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável.....
 - A. Incorporar custos sociais e ambientais: regulamentação e precificação para refletir as externalidades
 - B. Criar um roteiro de incentivos que valorize cada vez mais os objetivos de longo prazo.....
 - C. Parcerias para alavancar novos investimentos
 - D. Estabelecer um marco comum para medir o progresso.....

Resumo

- V. Fortalecimento da Governança Institucional.....
 - A. Coerência e responsabilidade nos níveis nacional e local.....
 - A. Coerência e responsabilidade nos níveis regional e global.....
 - B. Metas de desenvolvimento sustentável.....
 - C. Um panorama global do desenvolvimento sustentável.....
 - D. Fortalecimento da governança internacional para desenvolvimento sustentável.....
- VI. Conclusão: um chamado à ação

LISTA DE RECOMENDAÇÕES

ANEXO

- I. Lista de Recomendações.....
- II. Membros do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global.....
- III. Termos de Referência.....
- IV. Sherpas e Assessores.....
- V. Reuniões, Consultas Relacionadas e Eventos.....

QUADROS

- 1. O histórico global do desenvolvimento sustentável.....
- 2. Um espaço operacional seguro para a humanidade.....
- 3. Mobilizando tecnologia e inovação: Masdar.....
- 4. Igualdade significa negócios.....
- 5. A necessidade de dietas mais sustentáveis.....
- 6. As empresas dão um passo à frente.....
- 7. Empreendimento de energia alimentar em Moçambique.....

Resumo

8. A Grande Barreira de Coral: gerenciamento sustentável dos recursos naturais.....
9. Parcerias público-privadas para fornecimento de energia e redução de emissões
10. Rede inteligência 'Red Eléctrica'
11. Lei nacional Mahatma Gandhi de garantia de emprego rural.....
12. Uso das ferrovias e taxas para veículos nos Alpes: visando ao transporte sustentável de produtos.....
13. O crescente uso de comércio de emissões
14. Bolsa verde.....
15. Estratégia de compras públicas verdes da República da Coreia.....
16. Cálculos pelo grupo de assessoria de alto nível sobre financiamento para combater mudança climática (AGF) de fontes de financiamento inovadoras, estimativas de 2020 (bilhões de dólares norte-americanos)...
17. Participação voluntária nos relatórios de sustentabilidade na Bolsa de Valores de Istambul.....
18. Governança para o desenvolvimento sustentável na Noruega
19. Mecanismos para coerência política.....
20. Cooperação entre múltiplas partes interessadas no Mar Báltico.....

■ A visão do Painei

1. O nosso planeta e o nosso mundo estão vivendo hoje o melhor dos tempos e o pior dos tempos. O mundo vive uma prosperidade inédita, enquanto o planeta está sob uma pressão sem precedentes. A desigualdade entre os ricos e pobres do mundo está aumentando, e mais de um bilhão de pessoas ainda vivem na pobreza. Em muitos países, há ondas crescentes de protesto que refletem as aspirações universais por um mundo mais próspero, justo e sustentável.
2. Todos os dias, milhões de escolhas são feitas por indivíduos, empresas e governos. Nosso futuro comum reside em todas essas escolhas. Devido à gama de desafios sobrepostos que o mundo enfrenta, é mais urgente do que nunca que nós tomemos medidas para adotar os princípios da agenda de desenvolvimento sustentável. Agora é o momento para empreender verdadeiras ações globais para que as pessoas, mercados e governos possam fazer escolhas sustentáveis.
3. A necessidade de integrar as dimensões econômica, social e ambiental de desenvolvimento para alcançar a sustentabilidade foi claramente definida há vinte e cinco anos. É hora de fazê-la acontecer. As oportunidades para mudança são vastas. Nós não somos vítimas passivas e desamparadas das forças impessoais e deterministas da história. E o melhor é que podemos escolher nosso futuro.
4. Os desafios que enfrentamos são grandes, como também o são as novas possibilidades que aparecem quando examinamos problemas antigos com um olhar renovado e revigorado. Estas possibilidades incluem tecnologias capazes de nos fazer recuar do abismo planetário; novos mercados, novo crescimento e novos empregos advindos de produtos e serviços inovadores; e novas abordagens em relação a financiamento público e privado que possam verdadeiramente retirar as pessoas da armadilha da pobreza.
5. A verdade é que o desenvolvimento sustentável é fundamentalmente uma questão das oportunidades dos povos influenciarem o seu futuro, reivindicarem seus direitos e manifestarem suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito aos direitos humanos são pré-requisitos-chave para capacitar as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis. Os povos do mundo simplesmente não tolerarão a continuação da devastação ambiental nem da persistência das desigualdades que ofendem princípios universais profundamente enraizados de justiça social. Os cidadãos não

A Visão do Painel

aceitarão mais que governos e empresas, guardiões de um futuro sustentável para todos, violem seu pacto com eles. De maneira mais geral, a governança internacional, nacional e local em todo o mundo, bem como a sociedade civil e o setor privado, deverão adotar integralmente os requisitos de um futuro com desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, as comunidades locais devem ser estimuladas a participar de maneira ativa e consistente na conceitualização, planejamento e execução de políticas de sustentabilidade. Para isto, é essencial incluir os jovens na sociedade, na política e na economia.

... a visão de longo prazo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários.

6. Portanto, a visão de longo prazo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global é erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e fazer que o crescimento seja inclusivo e a produção e o consumo sejam mais sustentáveis, ao combater a mudança climática e respeitar diversos outros limites planetários. Isto reafirma o relatório decisivo de 1987 produzido pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum” (Documento das Nações Unidas A/42/427, anexo), conhecido por todos como o Relatório Brundtland.
7. Mas o que, então, deve ser feito se quisermos fazer uma verdadeira diferença para os povos do mundo e o planeta? Temos que compreender as dimensões do desafio. Devemos reconhecer que as causas desse desafio incluem os estilos de vida e padrões de produção e consumo insustentáveis, bem como o impacto do crescimento populacional. À medida que a população global aumentará de 7 para quase 9 bilhões até 2040 e o número de consumidores da classe média aumentará em 3 bilhões nos próximos 20 anos, a demanda por recursos aumentará de forma exponencial. Até 2030, o mundo precisará de no mínimo 50% mais alimentos, 45% mais energia e 30% mais água - tudo em um momento no qual os limites ambientais estão impondo novos limites ao suprimento. Isto vale também para a mudança climática, que afeta todos os aspectos da saúde humana e planetária.

A Visão do Painel

8. O modelo de desenvolvimento global atual é insustentável. Não podemos mais presumir que nossas ações coletivas não irão desencadear pontos de ruptura ao ultrapassarem-se limiares ambientais, arriscando a ocorrência de danos irreversíveis tanto aos ecossistemas quanto às comunidades humanas. Ao mesmo tempo, esses limites não devem ser usados para impor tetos de crescimento arbitrários aos países em desenvolvimento que buscam retirar seu povo da pobreza. De fato, se não resolvermos o dilema do desenvolvimento sustentável, corremos o risco de condenar até 3 bilhões de membros da nossa família humana a uma vida de pobreza endêmica. Nenhum desses resultados é aceitável e precisamos encontrar um novo caminho.
9. Há vinte e cinco anos, o Relatório Brundtland introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional como um novo paradigma para o crescimento econômico, igualdade social e sustentabilidade ambiental. Afirmava que o desenvolvimento sustentável poderia ser alcançado por meio de um marco regulatório integrado que englobasse esses três pilares. O Relatório Brundtland tinha razão na época e continua tendo hoje. O problema é que, 25 anos depois, o desenvolvimento sustentável continua sendo um conceito de aceitação generalizada em vez de uma realidade prática cotidiana. O Painel se questionou porque isso acontece e o que pode ser feito agora para mudar a situação.
10. O Painel concluiu que há duas respostas possíveis. Ambas estão corretas e estão inter-relacionadas. Indiscutivelmente, o desenvolvimento sustentável padeceu de falta de vontade política. É difícil argumentar contra o princípio de desenvolvimento sustentável, mas há poucos incentivos para colocá-lo em prática quando as nossas normas, políticas, e instituições privilegiam desproporcionalmente o curto prazo. Em outras palavras, o dividendo político é de longo prazo, frequentemente intergeracional, mas o desafio político é quase sempre imediato.

... o conceito do desenvolvimento sustentável ainda não foi incorporado no fluxo do debate nacional e internacional sobre a política econômica... Entretanto, integrar questões ambientais e sociais às decisões econômicas é vital para o sucesso.

A Visão do Painel

11. Há outra resposta a esta pergunta de porque o desenvolvimento sustentável não tem sido colocado em prática. É uma resposta que defendemos com verdadeira paixão: o conceito do desenvolvimento sustentável ainda não foi incorporado ao cerne do debate nacional e internacional sobre a política econômica. A maioria dos tomadores de decisões econômicas ainda considera o desenvolvimento sustentável como algo exógeno às suas responsabilidades principais de gestão macroeconômica e outras ramificações da política econômica. Entretanto, integrar questões ambientais e sociais às decisões econômicas é essencial para seu sucesso.
12. Há tempo demais, economistas, ativistas sociais e cientistas ambientais têm simplesmente falado ao mesmo tempo - quase falando línguas diferentes ou no mínimo dialetos diferentes. Chegou a hora de unificar as disciplinas, desenvolver uma linguagem comum para o desenvolvimento sustentável que transcenda os campos opostos; em outras palavras, trazer o paradigma do desenvolvimento sustentável para a economia tradicional. Desta forma, será muito mais difícil para políticos e legisladores ignorá-lo.
13. É por este motivo que o Painel afirma que a comunidade internacional precisa daquilo que alguns chamaram de “uma nova economia política” para o desenvolvimento sustentável. Isto significa, por exemplo: aperfeiçoar radicalmente a interface entre ciência e política ambiental, reconhecendo que, em determinados domínios ambientais, tal como mudança climática, há uma “falha mercadológica” que exige tanto regulação quanto o que os economistas reconheceriam como precificação das “externalidades ambientais”, ao mesmo tempo tornando explícitos os custos econômicos, sociais e ambientais da ação e omissão; reconhecer a importância da inovação, novas tecnologias, cooperação internacional e investimentos, respondendo a estes problemas e gerando maior prosperidade; reconhecer que se deve concordar com uma abordagem para se quantificar o custo econômico da exclusão social sustentada - por exemplo, o custo de excluir mulheres da força de trabalho; reconhecer que os mercados privados sozinhos podem ser incapazes de gerar a escala necessária para dar uma resposta adequada à crise de segurança alimentar; e exigir que as agências internacionais, governos nacionais e empresas privadas apresentem relatório sobre seu desempenho anual de desenvolvimento sustentável em relação às medidas de sustentabilidade acordadas. Devemos reconhecer também que este é um desafio central para a própria política. A menos que o processo político seja igualmente capaz de adotar o paradigma de desenvolvimento sustentável, não poderá haver progresso.

A Visão do Painel

14. A escala de investimento, inovação, desenvolvimento tecnológico e criação de empregos necessários para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza está além do alcance do setor público. O Painel, portanto, defende o uso do poder da economia para criar um crescimento inclusivo e sustentável e gerar valor além dos conceitos estreitos de riqueza. Os mercados e o empreendedorismo serão um fator essencial da tomada de decisão e mudança econômica. E o Painel apresenta um desafio para os nossos governos e instituições internacionais: aprimorar o trabalho conjunto na resolução dos problemas comuns e na promoção dos interesses compartilhados. A mudança significativa é possível quando os atores dispostos unem forças em coalizões que visem ao futuro e assumem a liderança na contribuição para o desenvolvimento sustentável.
15. O Painel defende que ao adotar uma nova abordagem à economia política de desenvolvimento sustentável, nós levaremos o paradigma de desenvolvimento sustentável das margens para o centro do debate econômico global. Portanto, tanto o custo da ação quanto o custo da omissão se tornarão transparentes. Apenas então poderá o processo político invocar tanto os argumentos quanto a vontade política necessária para atuar por um futuro sustentável.
16. O Painel insta o uso dessa nova abordagem à economia política de desenvolvimento sustentável de modo a abordar o desafio de desenvolvimento sustentável de uma maneira nova e operacional. É evidente que o desenvolvimento sustentável é um objetivo correto. Nosso desafio é demonstrar que ele também é racional - e que o custo da omissão supera em muito o custo da ação.
17. O relatório do Painel faz diversas recomendações concretas para avançar a nossa visão de um planeta sustentável, uma sociedade justa e uma economia em crescimento:
 - a. é essencial que nós adotemos um novo nexa entre alimentos, água e energia em vez de tratá-los isoladamente. Todos os três precisam ser totalmente integrados, não tratados separadamente se nós formos lidar com a crise global de segurança alimentar. É hora de adotar uma segunda revolução ecológica - uma “revolução sempre verde” - que duplique a produtividade, mas cresça a partir dos princípios de sustentabilidade;

A Visão do Painel

- b. é hora de esforços globais audaciosos, inclusive o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre ciência e política. Devemos definir, por meio da ciência, o que os cientistas chamam de “limites planetários”, “limites ambientais” e “pontos de inflexão”. Deve ser dada prioridade aos desafios atualmente enfrentados pelo ambiente marinho e a “economia azul”;
- c. a maioria dos produtos e serviços vendidos hoje não reflete o custo total ambiental e social da produção e do consumo. Com base na ciência, precisamos chegar a um consenso, ao longo do tempo, sobre as metodologias para precificá-los adequadamente. Estabelecer os custos de externalidades ambientais pode abrir novas oportunidades para o crescimento verde e empregos verdes;
- d. para abordar a exclusão social e ampliação da desigualdade social também é necessário contabilizá-las, determinar seus custos e responsabilizar-se por elas. A próxima etapa é explorar como nós podemos lidar com estas questões críticas para alcançar melhores resultados para todos;
- e. a igualdade precisa estar em primeiro plano. Os países em desenvolvimento precisam de tempo, bem como de apoio financeiro e tecnológico para realizar a transição para o desenvolvimento sustentável. Precisamos capacitar toda a sociedade - especialmente as mulheres, os jovens, os desempregados e os segmentos mais vulneráveis e fracos da sociedade. Para aproveitar adequadamente dos dividendos demográficos é preciso incluir os jovens na sociedade, na política, no mercado de trabalho e no desenvolvimento empresarial;
- f. qualquer mudança séria na direção do desenvolvimento sustentável pressupõe igualdade de gêneros. A inteligência e capacidade coletivas de metade da humanidade são um recurso que devemos nutrir e desenvolver, para o bem de diversas gerações futuras. O próximo aumento do crescimento global pode bem vir da plena autonomia econômica das mulheres;
- g. muitos defendem que se não pode ser medido, não pode ser gerido. A comunidade internacional deve medir o desenvolvimento além do produto interno bruto (PIB) e desenvolver um novo índice ou conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável;

A Visão do Painel

- h.** o financiamento do desenvolvimento sustentável exige vastas novas fontes de capital de origem tanto privada quanto pública. Requer tanto mobilizar mais fundos públicos quanto usar capital global e nacional para alavancar o capital privado global por meio do desenvolvimento de incentivos. A assistência oficial ao desenvolvimento também permanecerá essencial para as necessidades de desenvolvimento sustentável de países de baixa renda;
 - i.** os governos em todos os níveis devem mudar de uma mentalidade de temas isolados para um pensamento e elaboração de políticas integradas. Devem trazer o desenvolvimento sustentável para o primeiro plano de suas agendas e orçamentos e buscar modelos inovadores de cooperação internacional. As cidades e comunidades locais têm um grande papel a desempenhar na promoção de uma verdadeira agenda de desenvolvimento sustentável;
 - j.** as instituições internacionais têm um papel essencial. A governança internacional para o desenvolvimento sustentável deve ser fortalecida utilizando-se as instituições existentes de maneira mais dinâmica e considerando-se a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável e a adoção de metas de desenvolvimento sustentável;
 - k.** os governos e organizações internacionais devem aumentar os recursos alocados à adaptação e à redução de risco de desastres e integrar o planejamento de capacidades de resposta em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento;
 - l.** os governos, mercados e pessoas precisam olhar além das agendas de transação e ciclos políticos de curto prazo. Os incentivos que atualmente favorecem a visão de curto prazo em tomadas de decisão devem ser alterados. Escolhas sustentáveis frequentemente têm custos iniciais maiores do que os negócios habituais. Elas precisam tornar-se mais facilmente disponíveis, acessíveis e atraentes tanto para os consumidores pobres quanto para os países de baixa renda.
- 18.** Este Painel acredita que decidir o futuro faz parte do espírito e do desejo da nossa humanidade comum. Este Painel, portanto, está do lado da esperança. Todas as grandes realizações da história humana começaram com uma visão antes de se tornarem realidade. A visão da sustentabilidade global, produzindo tanto um povo resiliente quanto um planeta resiliente não é diferente.

A Visão do Painel

19. Em 2030, uma criança nascida em 2012 - o ano de publicação de nosso relatório - completará 18 anos. Teremos feito o suficiente nos próximos anos para dar-lhe o futuro sustentável, justo e resiliente que todas as nossas crianças merecem? Este relatório é um esforço de responder essa pergunta.

II. Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

A. ESFORÇOS PARA ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

20. Como é notório, o desenvolvimento sustentável foi definido pelo “Nosso Futuro Comum” - o relatório histórico da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicado em 1987 - como o desenvolvimento que “satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Neste sentido, ele não é um destino, mas um processo dinâmico de adaptação, aprendizagem e ação.

No desenvolvimento sustentável é preciso considerar o quadro todo - inclusive as ligações críticas entre os alimentos, água, terra e energia. E também é preciso assegurar que as nossas ações hoje sejam compatíveis com o caminho que queremos seguir amanhã.

21. Importante é que o desenvolvimento sustentável não é um sinônimo de “proteção ambiental”. Ao contrário, trata-se fundamentalmente de reconhecer, entender e agir nas interconexões - acima de tudo aquelas entre a economia, sociedade e o meio ambiente natural. No desenvolvimento sustentável é preciso considerar o quadro todo - inclusive as ligações críticas entre os alimentos, água, terra e energia. E também é preciso assegurar que as nossas ações hoje sejam compatíveis com o caminho que queremos seguir amanhã.
22. Tendo isto em mente, o quão distante está o mundo de uma trajetória sustentável? Que realmente mudou desde o Relatório Brundtland ou desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra), realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, ou desde a reafirmação dos princípios do Rio na Cúpula de Joanesburgo de 2002? O Quadro 1 mostra que já houve progresso - mas o mundo ainda não está no caminho do desenvolvimento sustentável.

QUADRO 1: O HISTÓRICO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

	<p>Os instantâneos abaixo do progresso - ou da falta de progresso, em alguns casos - apresentam uma visão geral de uma série de áreas-chave, sempre examinando as mudanças que ocorreram entre 1990 e 2010 (ou os anos mais próximos para os quais dados estejam disponíveis). Nosso objetivo é ilustrar a direção da trajetória e não sugerir que qualquer problema não tenha esperança ou tenha sido “resolvido”. Onde houve progresso que precisa ser ampliado e onde desviamos do caminho?</p>
 <p>A CAMADA DE OZÔNIO</p>	<p>50+ a nos ou mais até a camada se recuperar aos níveis anteriores a 1980</p>
<p>A destruição da camada de ozônio estratosférico, que protege a Terra, foi uma das principais preocupações ambientais do final da década de 80, após a descoberta de um grande “buraco” de ozônio sobre a Antártida. Mas <i>após a entrada em vigor do Protocolo de Montreal à Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio em 1989 e a eliminação completa da produção de clorofluorcarbono até 1996, desacelerou-se significativamente o esgotamento da camada de ozônio.</i> Sem o Protocolo de Montreal, a Terra estaria a caminho de perder dois terços de sua camada de ozônio até 2065, levando a aumentos drásticos na incidência de câncer de pele. Ao contrário, graças à ação multilateral, a camada de ozônio está se recuperando de maneira uniforme e é provável que o ozônio antártico volte aos níveis pré-1980 aproximadamente entre 2060 e 2075.</p>	

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável



CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE

75% de crescimento do PIB mundial desde 1992, mas a desigualdade ainda é grande

De 1992 a 2010, o PIB mundial aumentou em 75% e o PIB per capita 40%. Em termos per capita, os países de renda média apresentaram o crescimento mais rápido na década de 2000, seguidos dos países de baixa renda e então dos de alta renda. O forte crescimento econômico em alguns países em desenvolvimento levou a melhorias significativas nas vidas de muitas pessoas pobres.

Entretanto, em termos absolutos, a diferença de renda per capita entre os países ricos e pobres tem crescido continuamente. A renda nacional bruta per capita (com base na paridade do poder de compra) nos países de renda alta era aproximadamente cinco vezes maior que nos países de renda média em 2010 e aproximadamente 30 vezes maior do que o dos países de renda baixa. *A desigualdade de renda média em nível nacional aumentou aproximadamente 20% entre 1990 e 2005*, apesar de um grande aumento no tamanho da “classe média global”. A lacuna entre ricos e pobres aumentou em muitos países desenvolvidos nos últimos 20 anos e a renda média dos 10% mais ricos da população é agora aproximadamente 9 vezes a dos 10% mais pobres.





ERRADICAÇÃO DA POBREZA

27% da população mundial vive em miséria absoluta, uma redução em relação aos 46% em 1990



Em 2000, os líderes mundiais fizeram uma promessa para reduzir à metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015, em comparação com 1990. Atualmente, o mundo está a caminho para atingir esta meta. *Em 1990, 46% da população mundial viviam na pobreza absoluta. Em 2005, este número tinha caído para 27% e a projeção é que ele seja menor que 15% em 2015*, colocando o mundo confortavelmente a caminho de ultrapassar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade a pobreza global. Na China e na Índia somadas, o número de pessoas vivendo na pobreza extrema entre 1990 e 2005 diminuiu em aproximadamente 455 milhões e espera-se que mais 320 milhões de pessoas se unam a elas até 2015.

Na África Subsaariana, o progresso do combate à pobreza parece estar se acelerando, atualmente prevê-se que a população que vive na extrema pobreza deve cair para 36% até 2015 – um patamar que se aproxima, mas ainda continua sendo significativamente acima do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de 29%.



Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

 FOME E SUBNUTRIÇÃO	20M Aumento de 20 milhões de pessoas subnutridas desde 2000
<p>Mesmo a população global tendo aumentado para seu nível atual de 7 bilhões, a produção global de alimentos acompanhou o ritmo: atualmente, <i>comida suficiente é produzida para alimentar todos nós confortavelmente. Entretanto, o acesso ao alimento é outra história: a fome tem aumentado nos últimos anos e os preços dos alimentos têm subido.</i> Pequenos países dependentes de importações, especialmente na África, têm sido profundamente afetados pelas crises alimentar e econômica. O número de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento aumentou em cerca de 20 milhões entre 2000 e 2008. Também se observou nos últimos anos que os aumentos de produtividade da “Revolução Verde” agrícola começam a perder o gás. As preocupações sobre os preços de insumos como fertilizantes, disponibilidade de água e disputas por terras também lançaram uma sombra sobre a perspectiva de abastecimento - mesmo com a previsão de aumento da demanda por alimentos em 70% até 2050.</p>	
 FLORESTAS	5,2 milhões de hectares de perda líquida de florestas por ano
<p>Aproximadamente 13 milhões de hectares de florestas foram convertidos para outros usos ou perdidos a cada ano de 2000 a 2010, em comparação com os 16 milhões de hectares por ano na década de 90 (de uma área global total de florestas de 4 bilhões de hectares em 2010). Entretanto, o mundo ainda está perdendo cobertura florestal em uma taxa alarmante, mesmo com a taxa de desmatamento apresentando agora sinais de redução. Apesar de termos perdido 53% da cobertura de vegetação primária original da superfície terrestre do planeta, a maior parte em nações desenvolvidas, alguns países em desenvolvimento, como Brasil e Indonésia, que apresentaram a maior perda líquida de florestas na década de 90, reduziram substancialmente a taxa de perda de vegetação.</p>	


Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

 EDUCAÇÃO	67M milhões de crianças em idade escolar estão fora da escola primária
<p>Desde o lançamento da iniciativa Educação para Todos e a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2000, houve avanços significativos em educação em todo o mundo. Muitos foram realizados em alguns dos países mais pobres do mundo. De 1999 a 2008, mais 52 milhões de crianças se matricularam na escola primária. <i>Mas globalmente a pobreza ainda manteve 67 milhões de crianças em idade escolar fora da escola primária em 2009.</i> Os números de matrículas estão diminuindo em países afetados por conflito armado e as disparidades de gênero ainda prejudicam o progresso das meninas, especialmente na educação pós-primária. 68% das crianças em idade escolar foram matriculadas no ensino secundário em 2009, o que representou uma melhoria de 9 pontos percentuais em relação a 1999. <i>Aproximadamente 16% dos adultos do mundo - 793 milhões, dos quais dois terços são mulheres - ainda não têm alfabetização básica.</i> As taxas de alfabetização no mundo estão melhorando, mas o progresso é lento.</p>	
 SAÚDE	3,5 anos de aumento na expectativa de vida
<p>Em todo o mundo, a expectativa de vida aumentou em 3,5 anos entre 1990 e 2010. Os países menos desenvolvidos apresentaram um aumento de 6 anos, mas seus cidadãos ainda vivem 11 anos menos que a média global. A taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos caiu 1/3 desde 1990, mas permanece extremamente alta na África Subsaariana e no sul da Ásia. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir em 2/3 até mortalidade infantil até 2015 não será cumprida a menos sejam tomadas que medidas urgentes para combater a pneumonia, diarreia, malária e desnutrição. Apesar de o número de pessoas que vivem com HIV em todo o mundo continuar crescendo, em 2009 o número estimado de novas infecções por HIV foi 19% menor do que em 1999. Enquanto o número global anual de novos casos de tuberculose tenha continuado a crescer ligeiramente em 2009, a mortalidade por tuberculose diminuiu em mais de 1/3 desde 1990 e as mortes por malária em 2010 foram 26% menores do que em 2000. Entretanto, as doenças não transmissíveis - incluindo doenças cardiovasculares, alguns tipos de cânceres, doenças respiratórias crônicas e diabetes - estão aumentando constantemente em todo o mundo e provocaram aproximadamente 36 milhões de óbitos em 2008. Além de outros fatores, projeta-se que a mudança climática tenha grandes impactos negativos sobre a saúde humana.</p>	

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

 <p>OS OCEANOS</p>	<p>85% de todos os estoques de peixes estão sobre-explorados, esgotados, se recuperando ou totalmente explorados</p>
<p>Como a maioria das pessoas do mundo vive em áreas costeiras, os oceanos são cruciais para o futuro da humanidade - seja através de atividades econômicas diretas ou por causa dos serviços ambientais que prestam. Entretanto, <i>a sobrepesca fez com que 85% de todos os estoques de peixes fossem atualmente classificados como sobre-explorados, esgotados, em recuperação ou totalmente explorados</i>, uma situação substancialmente pior do que há duas décadas. Enquanto isto, os escoamentos agrícolas significam que os níveis de nitrogênio e fósforo nos oceanos triplicaram desde a época pré-industrial, levando a aumentos maciços das “zonas mortas” costeiras. <i>Os oceanos do mundo também estão se tornando mais ácidos em consequência da absorção de 26% do dióxido de carbono emitido na atmosfera</i>, afetando tanto as cadeias alimentares marinhas quanto a resiliência dos recifes de corais. Se a acidificação dos oceanos continuar, é provável que haja alterações nas cadeias alimentares bem como impactos diretos e indiretos sobre diversas espécies, com consequente risco para a segurança alimentar, afetando as dietas baseadas em alimentos marinhos de bilhões de pessoas em todo o mundo.</p>	
 <p>ÁGUA E SANEAMENTO</p>	<p>884 milhões de pessoas sem acesso à água limpa</p> <p>2,6 bilhões de pessoas sem acesso a saneamento básico</p>
<p>O mundo está prestes a atingir e até mesmo ultrapassar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio sobre água potável. Até 2015, aproximadamente 90% da população nas regiões em desenvolvimento - um aumento em relação aos 77% em 1990 - terão acesso a melhores fontes de água potável. Mesmo assim, ao final de 2008, <i>884 milhões de pessoas não tinham acesso à água limpa</i> e apenas 57% das pessoas do mundo tinham água potável encanada. A meta de saneamento do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio está longe de ser atingida. Globalmente, <i>a melhor cobertura de saneamento estava em pouco mais de 60% em 2008, superior aos 54% em 1990, com mais de 2,6 bilhões de pessoas ainda sem acesso</i>. Sete de cada dez pessoas que não têm melhor saneamento vivem em áreas rurais, enquanto que em áreas urbanas para acompanhar o crescimento demográfico será necessário atender outras 700 milhões de pessoas.</p>	

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

 <p>ENERGIA</p>	<p>20% da população do mundo sem acesso à eletricidade</p> <p>2,7 bilhões de pessoas ainda dependem da biomassa tradicional para cozinhar</p>
<p>Mais de 1,3 bilhão de pessoas em todo o mundo, ou 20% da população mundial, não tem acesso à eletricidade confiável, enquanto que 2,7 bilhões de pessoas ainda dependem da biomassa tradicional para cozinhar. Mesmo assim, a Agência Internacional de Energia estima que assegurar o acesso universal a serviços modernos de energia até 2030 - um pré-requisito para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - pode ser atingido a um custo relativamente baixo (menos de 3% do investimento total em energia necessário até 2030), com um impacto modesto sobre o total da demanda por energia e as emissões de dióxido de carbono.</p> <p>Nos últimos anos, tem se visto que a participação da energia renovável na eletricidade, aquecimento e transporte tem crescido fortemente, com as fontes renováveis sendo responsáveis por aproximadamente 16% do consumo global de energia final. A energia renovável foi responsável por aproximadamente 50% da capacidade total de geração de energia adicionada em 2010. O progresso foi especialmente marcado no setor de eletricidade, onde as fontes renováveis proporcionaram quase 20% da eletricidade do mundo em 2010. O progresso tem sido especialmente rápido em alguns países: na China, por exemplo, as fontes renováveis são responsáveis por aproximadamente 26% da capacidade elétrica instalada total e no Brasil a participação de energia renovável na geração de energia é superior a 80%.</p>	

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável



MUDANÇA CLIMÁTICA

38% de aumento nas emissões globais anuais de dióxido de carbono entre 1990 e 2009

Apesar da adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e seu Protocolo de Quioto, *as emissões anuais globais de dióxido de carbono advindas da combustão de combustível aumentaram em aproximadamente 38% entre 1990 e 2009, com uma taxa de crescimento mais rápida após 2000 do que na década de 90.* Mesmo com a ação agressiva para reduzir as emissões, o mundo ainda enfrenta desafios para limitar o aumento global da temperatura a 2°C em relação aos tempos pré-industriais.

Na realidade, ainda não se pode dizer que o mundo está tomando medidas agressivas em relação à mudança climática. O nível global de dióxido de carbono chegou a 389 partes por milhão em 2010 e, na ausência de mudanças significativas nas políticas, está a caminho de ultrapassar 450 partes por milhão nas próximas décadas. Em seu *Relatório das Disparidades nas Emissões* de 2010, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) concluiu que *os níveis de emissão atualmente previstos para 2020 coadunavam com trajetórias que levariam a um provável aumento da temperatura de 2,5 a 5°C até o final do século XXI, colocando milhões de vidas em risco por causa do aumento da desnutrição, doenças ou lesões causadas por ondas de calor e desastres meteorológicos e mudanças no alcance geográfico de alguns vetores de doenças infecciosas.*




BIODIVERSIDADE E ECOSISTEMAS

2/3 dos serviços prestados pela natureza à humanidade estão em queda

A meta acordada pelas partes da Convenção sobre Diversidade Biológica em 2002, "atingir até 2010 uma redução significativa na taxa atual de perda de biodiversidade" não foi atingida. A terceira edição do *Panorama da Biodiversidade Global* considera que, apesar de ter havido um progresso significativo na redução da taxa de perda de florestas tropicais e mangues em algumas regiões, *a maioria dos habitats está em declínio e a taxa de extinção de espécies parece estar se acelerando.* A diversidade genética das espécies cultivadas está em declínio, potencialmente levando a lavouras mais vulneráveis.

A perda de serviços derivados de ecossistemas é uma barreira significativa à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir a pobreza, fome e doenças. *Quase dois terços dos serviços prestados pela natureza à humanidade estão em declínio em todo o mundo.* Com efeito, os benefícios obtidos da nossa engenharia do planeta foram atingidos pelo esgotamento dos ativos de capital naturais. Em uma perspectiva mais positiva, mais áreas protegidas (tanto em terra quanto em águas costeiras) foram estabelecidas, a conservação de certas espécies tem levado a redução nas perdas e as iniciativas para combater algumas das causas diretas de danos aos ecossistemas têm ajudado a manter os serviços essenciais do ecossistema.

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

 GÊNERO	43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento são mulheres
<p>A paridade de gênero nas matrículas do ensino secundário aumentou em nível global, de 76 meninas para cada 100 meninos em 1991 para 95 em 2008. De acordo com o <i>Relatório de Desenvolvimento Mundial</i> de 2012, <i>as mulheres têm visto melhorias substanciais em direitos, educação, saúde e oportunidades de trabalho nos últimos 20 anos</i>. O progresso tem sido mais rápido em países de baixa e média renda do que no mundo desenvolvido. Mas diferenças ainda persistem em todas as sociedades e em todos os setores. Por exemplo, <i>as mulheres são responsáveis, em média, por 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento, ainda que tenham uma probabilidade maior do que a dos homens de terem empregos de baixos salários, em meio período e sazonais</i>. As disparidades também persistem no acesso a recursos produtivos para agricultoras: enfrentá-las poderia aumentar a produtividade e reduzir o número de subnutridos em 100 a 150 milhões de pessoas.</p>	
<p>Fontes: <i>Dados coletados de diversas fontes, inclusive a Organização das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Avaliação Ecológica do Milênio, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Agência de Energia Internacional, a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Mundial da Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância.</i></p>	

23. De maneira geral, o progresso para o desenvolvimento sustentável até a presente data não tem sido nem rápido nem profundo o suficiente e a urgência de uma ação de maior alcance está aumentando o tempo todo. Mas como discutido na seção abaixo, grandes mudanças já estão sendo realizadas no contexto global maior - mudanças que terão implicações de longo alcance para o desenvolvimento sustentável.

B. VETORES DE MUDANÇA

24. O *status quo* está cada vez mais sendo desafiado pelos poderosos vetores de mudança. Na próxima década e mais adiante, é provável que cada uma das tendências abaixo e a interação entre elas tenha implicações de longo alcance para o desenvolvimento sustentável - para o bem ou para o mal.

1. OS IMPACTOS DOS PADRÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO E ESCASSEZ DE RECURSOS

25. Em primeiro lugar e mais fundamentalmente, o próprio fato de o desenvolvimento ainda não ser sustentável para todos os países e todos os povos impulsionará a mudança - porque, por definição, qualquer tendência que seja insustentável não pode durar. Na prática, o rápido aperfeiçoamento da ciência e do conhecimento dos sistemas naturais do planeta está esclarecendo os efeitos do desenvolvimento insustentável na mudança climática, degradação ambiental e escassez de recursos.

26. A mudança climática é um risco para todos os países e pessoas. Entre os seus impactos esperados estão as reduções na produtividade das lavouras, particularmente em baixas latitudes (onde está a maioria dos países em desenvolvimento); mudança nos padrões de precipitação pluviométrica e menor disponibilidade de água em algumas regiões, tais como nos trópicos áridos; aumento na degradação e desertificação dos solos; impactos negativos sobre a saúde humana; aumento no nível do mar, com a probabilidade de apresentar uma ameaça existencial a alguns pequenos Estados insulares em desenvolvimento e comunidades em países com grandes áreas costeiras; e novos riscos de condições meteorológicas extremas. Estes riscos são particularmente graves para os mais pobres do mundo.

27. A humanidade não pode se adaptar aos crescentes danos para sempre: mais cedo ou mais tarde, a causa subjacente do aumento nas concentrações dos gases de efeito estufa deve ser enfrentada e estabilizada. Ao colocar a humanidade face a face com a insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento atuais, os impactos da mudança climática e os custos de enfrentá-la nos forçarão a fazer mudanças substanciais em nossos padrões de produção e consumo, apesar de isso não necessariamente implique menores padrões de vida. Haverá também grandes oportunidades conforme nós fizermos estas mudanças, com novos empregos surgindo em setores que contribuam para o crescimento econômico e melhorias

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

no bem-estar global. Ao contrário, qualquer demora em agir irá piorar o problema, aumentar os custos e reduzir os benefícios. A mudança climática pede que o mundo embarque em processos sustentados de inovação e renovação econômica, social e institucional; responda a novos desafios à paz e à segurança internacional; e enfrente questões fundamentais sobre justiça na distribuição de responsabilidades e riscos.

28. De maneira semelhante, a escassez de recursos – especialmente de energia, alimentos, terras, florestas e água – se estabeleceu de maneira firme no radar dos governos e está relacionada diretamente ao problema de padrões insustentáveis de produção e consumo. As preocupações com a escassez podem recuar às vezes se os preços caírem temporariamente, mas os fundamentos subjacentes – de maior demanda por recursos de todos os tipos, níveis de uso insustentáveis de recursos tanto finitos quanto renováveis e investimento inadequado (mesmo que crescente) em sistemas de uso de recursos sustentáveis – tornam provável que a escassez e as preocupações com a sustentabilidade dos recursos voltará a ter papel de destaque na agenda de políticas em pouco tempo.
29. A escassez de recursos pode levar a um maior reconhecimento da necessidade de esforços agressivos para conservá-los, promover o uso mais eficiente e substituir recursos não renováveis por renováveis sempre que possível, bem como propiciar políticas decisivas para abordar a questão de maneira coletiva e coerente. Mas, por outro lado, poderia levar também a um estreitamento no pensamento e comportamentos que piorem as coisas – tais como proibições à exportação de alimentos, apropriações de petróleo e terras, maior atrito geopolítico à medida que as grandes potências se mobilizem para garantir os suprimentos ou subsídios perversos e ineficientes.
30. A degradação ambiental – que se expressa como perda de solos férteis, desertificação, gestão florestal insustentável, redução da disponibilidade de água doce e uma taxa de perda de biodiversidade extrema – não permite tempo suficiente para o que meio ambiente se recupere e regenere. Quanto maior a taxa de produção e consumo, com gestão inadequada de resíduos, maior a pressão sobre os ecossistemas e a drenagem de recursos naturais, levando à escassez de recursos vitais. Quase dois terços dos serviços prestados pela natureza à humanidade são considerados como em declínio em todo o mundo.

Progresso rumo ao desenvolvimento sustentável

Está crescendo a consciência do potencial para ultrapassar os “pontos de inflexão”, além dos quais a mudança ambiental se acelera, tem o potencial de se autoperpetuar e pode ser difícil ou até mesmo impossível de reverter.

31. Em termos mais gerais, estando os sistemas naturais essenciais sob grave pressão, os cientistas em todo o mundo tem buscado identificar e quantificar os riscos envolvidos tanto para a humanidade quanto para os próprios sistemas naturais. O Relatório Brundtland reconheceu que “há limites que não podem ser transpostos sem que integridade básica do sistema fique prejudicada”. Está crescendo a consciência do potencial para ultrapassar os “pontos de inflexão”, além dos quais a mudança ambiental se acelera, tem o potencial de se autoperpetuar e pode ser difícil ou até mesmo impossível de reverter. O trabalho do Centro de Resiliência de Estocolmo sobre limites planetários (consulte o Quadro 2) é um exemplo importante do trabalho neste campo.

QUADRO 2: UM ESPAÇO OPERACIONAL SEGURO PARA A HUMANIDADE

Em 2009, um grupo de cientistas liderado por Johan Rockström do Centro de Resiliência de Estocolmo propôs uma estrutura de “limites planetários” para definir um “espaço operacional seguro para a humanidade”. Esta estrutura é baseada em pesquisa científica que indica que desde a Revolução Industrial as ações humanas têm se tornado gradualmente o principal vetor da mudança ambiental global.

Os cientistas afirmam que uma vez que a atividade humana tenha ultrapassado determinados limites ou pontos de inflexão, definidos como “limites planetários”, há um risco de “mudança ambiental irreversível e abrupta”.

No total, nove limites são identificados: mudança climática, taxa de perda de biodiversidade, fluxos biogeoquímicos (tanto nitrogênio quanto fósforo), esgotamento da camada estratosférica de ozônio, acidificação do oceano, uso global da água doce, mudança no uso do solo, carga de aerossol na atmosfera e poluição química.

Os cientistas estimam que a atividade humana parece já ter transgredido os limites associadas à mudança climática, à taxa de perda de biodiversidade e às mudanças no ciclo global de nitrogênio. Outras descobertas sugerem que a humanidade pode estar se aproximando em breve dos limites de interferência com o ciclo global de fósforo, uso global de água doce, acidificação do oceano e mudança global no uso do solo.

Os cientistas sugerem que os limites estão fortemente interligados, de modo que ultrapassar um pode deslocar os outros e até mesmo fazer com que sejam ultrapassados.

Apesar de os próprios cientistas sublinharem que suas avaliações eram apenas estimativas iniciais, seu trabalho representa uma mudança importante em direção a um monitoramento mais sistêmico do impacto da humanidade sobre o seu meio ambiente.

Fonte: Centro de Resiliência de Estocolmo. Mais informações disponíveis em www.stockholmresilience.org.

32. Conforme aumenta o conhecimento e a conscientização dos “sistemas globais de apoio à vida” dos quais a humanidade depende, o escopo para ação global para protegê-los também pode crescer - se os sistemas corretos de vigilância, tomada de decisões e implementação estiverem estabelecidos e se a vontade política necessária estiver disponível.

2. INOVAÇÃO

33. Produtos, processos e políticas inovadores têm, historicamente, mudado as vidas de milhões de pessoas para melhor (por exemplo, vacinas, melhores variedades de grãos e telefones celulares, para indicar apenas alguns). A globalização criou um clima de inovação favorável e os estrategistas empresariais têm mais oportunidades do que nunca para escolher as melhores práticas e recursos em todo o mundo e combiná-los de maneiras novas e inéditas. Os próximos 10 anos verão a chegada de uma “avalanche de inovação tecnológica”, particularmente nas áreas de biotecnologia e genética, ciência da computação e uso e eficiência de energia e recursos. Muitas dessas tecnologias poderiam ter funções altamente positivas ajudando a impulsionar o desenvolvimento sustentável, por exemplo, melhorando a produtividade dos recursos, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e facilitando o acesso a serviços básicos como água, energia e alimentação. Sistemas *smart grid* e tecnologias que economizam energia, bem como sistemas de energia renováveis, são exemplos promissores.

QUADRO 3: MOBILIZANDO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: MASDAR

A empresa Masdar, dos Emirados Árabes Unidos, é uma iniciativa de energia renovável abrangente que integra toda a cadeia de valor de energia renovável e tecnologia limpa.

Por meio de suas diversas divisões, a Masdar investe em tecnologias limpas (tais como captura de carbono); implementa projetos de energia renovável de larga escala; e fornece uma plataforma global para demonstrações, cooperação e parcerias no núcleo de tecnologia limpa da cidade de Masdar.

A Masdar gerencia dois fundos de tecnologia limpa que chegam a um valor de \$540* milhões. Na Espanha, ela desenvolveu o maior projeto de energia solar concentrada em escala comercial, fornecendo 24 horas de energia à grade, usando a inovadora tecnologia de sal fundido para armazenar energia. Outros projetos incluem o projeto eólico offshore London Array de 1.000 megawatts, bem como o projeto de energia solar concentrada de 100 megawatts em Abu Dhabi.

A Masdar contribui, portanto, para o desenvolvimento e implementação de energia renovável e tecnologia limpa, tanto internamente quanto internacionalmente, limitando o impacto do aquecimento global e melhorando a segurança energética no mundo desenvolvido e em desenvolvimento.

Fonte: Companhia de Desenvolvimento de Mubadala. Mais informações disponíveis em www.masdar.ae.

Resumo

34. O impacto global das inovações tecnológicas e outras inovações na agenda de desenvolvimento sustentável será guiado não apenas pelo efeito que elas têm sobre a pegada ecológica da humanidade, mas também pelo grau em que os países pobres e grupos vulneráveis podem se beneficiar das novas tecnologias e da maneira em que sejam geridos os possíveis riscos que podem representar as tecnologias, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente.

3. MUDANÇA DEMOGRÁFICA

35. A população mundial é agora de mais de 7 bilhões de pessoas. Embora haja a expectativa de mais de 1 bilhão de nascimentos nos próximos 15 anos a taxa de crescimento da população mundial tem diminuído significativamente desde seu pico na década de 60. Os últimos dados sugerem que é provável que a população global atinja aproximadamente 9 bilhões de pessoas até 2040 e ultrapasse 10 bilhões em 2100. As taxas de crescimento populacional permanecem altas em muitos países de baixa renda - entre eles alguns dos mais frágeis países do mundo, muitos dos quais também são pobres em recursos naturais. As últimas projeções demográficas das Nações Unidas preveem que o número de pessoas vivendo nos países hoje considerados os menos desenvolvidos aumentará de 832 milhões em 2010 para 1,26 bilhão em 2030 - um aumento de 51% em apenas duas décadas.¹
36. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento, onde se concentram hoje os jovens, têm a oportunidade de obter um dividendo demográfico substancial nas próximas décadas. Dado que as taxas de dependência estão caindo e as populações jovens (e cada vez mais urbanas) oferecem oportunidades econômicas substanciais, muitos países em desenvolvimento estão prontos para um grande aumento na prosperidade.
37. Entretanto, esses países arriscam perder a oportunidade de capitalizar uma população jovem se não forem providos a educação e o treinamento necessários e se a criação de empregos não for estimulada por meio de mercados operativos e políticas governamentais eficazes. Esses países arriscam aumentar a estagnação econômica e a inquietação social, pois jovens mal qualificados descarregam suas frustrações quando enfrentam a perspectiva de uma vida de desemprego e aspirações sufocadas.

¹ Organização das Nações Unidas, *Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2010, volume I: Tabelas Abrangentes* (ST/ESA/SER.A/313), 2011, Tabela A.1.

4. MUDANÇAS NA ECONOMIA MUNDIAL

- 38.** A interconexão da economia mundial significa que nenhum país está imune a eventos na grande economia mundial. Ao mesmo tempo, os processos de tomada de decisão para a gestão da economia internacional estão mudando rapidamente e incluem agora novos atores e dinâmicas [tal como a criação do Grupo dos 20 (G20) e o Conselho de Estabilidade Financeira e a reforma da quota do FMI]. Um debate intenso está surgindo novamente em muitos locais sobre o equilíbrio entre mercados e regulamentação e entre cidadãos e o Estado.
- 39.** Os efeitos adversos das crises econômicas globais não terminaram após 2008, mas, ao contrário, se tornou mais multifacetado. Cada uma destas crises tem o potencial de prejudicar o desenvolvimento sustentável por meio de choques econômicos graves. Atualmente englobam:
- a.** Uma crise da dívida soberana, originada principalmente nas economias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas com implicações de longo alcance para todos os países por causa das reservas cambiais;
 - b.** uma crise financeira, vista em preços de ativos muito voláteis e grandes acúmulos não resolvidos de dívidas incobráveis;
 - c.** uma crise de crescimento, vista no crescimento anêmico de muitos países e na crescente preocupação com a possibilidade do que o Fundo Monetário Internacional (FMI) descreveu como a ameaça de uma espiral descendente para a economia mundial;
 - d.** uma crise de empregos, com alto desemprego em todo o mundo, especialmente entre os jovens, e aproximadamente 15 bilhões de pessoas em “empregos vulneráveis”, com pouca segurança no emprego e poucos, direitos de emprego, se houver;
 - e.** uma crise de governança, com os governos nacionais frequentemente enfrentando dificuldades para chegar a um acordo sobre a ação coletiva para gerenciar os riscos econômicos ou sobre maneiras de melhorar a regulação do setor bancário.

5. CRESCIMENTO VERDE

40. O crescimento verde, conceito pioneiro desenvolvido na República da Coreia e outros países, visa promover o crescimento e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que assegura que os recursos naturais e serviços ambientais sejam protegidos e mantidos. A abordagem privilegia a tecnologia e inovação - desde os sistemas *smart grid* e sistemas de iluminação de alta eficiência até as energias renováveis, inclusive energia solar e geotérmica - bem como melhorando os incentivos para o desenvolvimento e inovação da tecnologia.
41. Mediante a ênfase na tecnologia e inovação, em diversas formas de cooperação e o ambiente social e o marco institucional para uma sociedade sustentável e de baixo carbono, o crescimento verde proporciona múltiplas opções para os países e a comunidade global realizarem essa visão. O crescimento verde pode forjar estratégias para responder à mudança climática reduzindo a emissão de carbono por meio do desenvolvimento, aperfeiçoamento e implementação de diversas fontes de energia renováveis e uso eficiente de energia. Ao mesmo tempo, pode estimular o crescimento econômico e equipar uma economia com melhores ferramentas para lidar com rápidas mudanças demográficas ao fomentar os negócios verdes e acompanhar os efeitos da sinergia e gerar empregos verdes. Pode também ajudar a sociedade a combater a escassez de recursos e melhorar os bens ambientais e naturais, incluindo ecossistemas e biodiversidade, mediante um melhor e mais aperfeiçoado gerenciamento de bens e recursos naturais.
42. As estratégias de crescimento verde também têm a capacidade de produzir um modelo de crescimento mais resiliente, mais capaz de suportar choques externos - sejam estes relativos ao clima, energia, alimentos, recursos ou à mudança demográfica repentina. O crescimento verde também pode facilitar o maior envolvimento de todas as partes interessadas, pois a sua implementação bem sucedida exige tal participação e cooperação. Quando ajustado adequadamente para cada país, localidade ou região de acordo com as suas necessidades e situações e complementado com proteção social para assegurar maior inclusão e estabilidade, o crescimento verde pode apresentar uma abordagem ampla para a consecução do desenvolvimento sustentável.

6. AUMENTO DA DESIGUALDADE

- 43.** O crescimento da desigualdade está sendo manifestado de diversas maneiras:
- a.** apesar do crescimento considerável e consistente de alguns países em desenvolvimento, as disparidades entre o PIB per capita dos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm aumentado na última década. Os esforços para superar essas disparidades serão um componente importante do desenvolvimento sustentável;
 - b.** a desigualdade tem crescido de maneira ainda mais marcada entre os quintis superior e inferior nos últimos 10 anos, tanto no plano mundial quanto na maioria dos países (embora o Brasil e a Turquia sejam exceções importantes);
 - c.** apesar dos progressos alcançados na igualdade de gênero em algumas áreas, as mulheres ainda enfrentam muitas barreiras para participar integralmente da economia, inclusive em termos de acesso a empregos, mercado, crédito e imóveis. A eliminação dessas barreiras pode liberar o potencial das mulheres e contribuir para a estabilidade social, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável;
 - d.** apesar de algumas melhoras na igualdade social, os grupos vulneráveis e minorias (entre outros, povos indígenas, pessoas com deficiências, imigrantes não documentados e pessoas e discriminadas com base na orientação sexual e identidade de gênero) ainda são frequentemente sujeitos a estigmas e a direitos, oportunidades e rendimento desiguais na maior parte do mundo;
 - e.** talvez o mais importante seja que cada vez mais também surgirão questões críticas sobre igualdade e interdependência mútua devido às taxas atuais de esgotamento dos recursos naturais e da degradação do ecossistema - como já fizeram em contextos como a política climática global.
- 44.** Enquanto o princípio de equidade permanece fundamental para o desenvolvimento sustentável, as disputas sobre como aplicá-lo na prática significam que tem sido frequentemente mais um obstáculo nas relações internacionais do que um princípio essencial do projeto institucional sustentável em um mundo interdependente.

Resumo

O desenvolvimento sustentável exige níveis substancialmente maiores de responsabilidade – não se trata apenas de prestar contas pelos resultados no curto prazo, mas também pelas consequências em longo prazo das nossas ações...

45. Vivemos também em uma era na qual as autoridades de todos os níveis estão enfrentando novos desafios dos cidadãos que questionam se suas ações beneficiam o interesse público de longo prazo. O desenvolvimento sustentável exige níveis substancialmente maiores de responsabilidade – não se trata apenas de prestar contas pelos resultados no curto prazo, mas também pelas consequências em longo prazo das nossas ações, tanto para a geração atual quanto para as que herdarão o mundo que deixarmos para eles.
46. A pobreza global continua sendo um grande desafio. Mais de 1 bilhão de pessoas ainda vivem na pobreza. Acabar com a pobreza é fundamental para construir um mundo mais equitativo e sustentável. Os governos e organizações internacionais precisam intensificar seus esforços para acabar com a pobreza e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente o Objetivo 1, de erradicar a fome e pobreza extremas.

7. MUDANÇAS NA DINÂMICA POLÍTICA

47. Os governos nacionais permanecem indispensáveis para forjar as trajetórias de desenvolvimento e torná-las sustentáveis, para tal contam com muitas ferramentas poderosas. Há modelos atraentes de desenvolvimento entre os países em desenvolvimento, muitos dos quais estão fazendo grandes avanços em áreas como energia renovável, proteção social e segurança alimentar (apesar de esta ter sido vista no contexto de desigualdades frequentemente enormes e dos custos ambientais e sociais não contabilizados do crescimento rápido). Alguns estão se tornando doadores de assistência. Como nações com excedentes e não com dívidas, elas têm uma capacidade extraordinária de mobilizar e utilizar capital.
48. A tendência de um mundo mais multipolar pode criar uma base para uma cooperação nova e mais proveitosa entre os países que transcenda a envelhecida dinâmica vista em muitos atuais processos de cúpula. Ao invés da polaridade negativa da atual divisão global em norte e sul, o mundo precisa de uma nova dinâmica, mais proativa, baseada

Resumo

na interdependência e interesses mútuos, se quisermos avançar no desenvolvimento sustentável.

49. Os atores não governamentais também têm se tornado atores-chave em relações internacionais e desenvolvimento sustentável. No setor privado, empresas progressivas estão se afastando do voluntarismo da “responsabilidade social corporativa” e indo em direção a abordagens genuinamente sistêmicas muito mais rígidas – tanto em suas próprias atividades (tais como a integração da sustentabilidade em cadeias de suprimento mediante o uso de normas ou participação nos mercados voluntários de comércio de emissões) e em seu lobby das políticas públicas (por exemplo, coalizões de empresas exigindo metas de emissões mais rigorosas e maior certeza em longo prazo sobre a regulamentação ambiental e preços).
50. Muitas organizações e movimentos globais e nacionais da sociedade civil estão se afastando dos programas com um único tema e buscando agendas mais abrangentes. Essas organizações têm papéis cruciais a desempenhar na influência e implementação do desenvolvimento sustentável nos níveis tanto nacional quanto global, bem como o potencial para abrir mais espaço político para o desenvolvimento sustentável.
51. Finalmente, o crescimento explosivo das tecnologias de redes sociais continua qualificando indivíduos – e tendo consequências políticas altamente imprevisíveis. Se usadas de maneira responsável, estas tecnologias podem produzir resultados políticos positivos, particularmente se plataformas de *crowdsourcing* possibilitarem abordagens mais colaborativas, participativas e transparentes à governança e tomada de decisões.

8. URBANIZAÇÃO

52. Atualmente, a maioria das pessoas vive em cidades. Nos últimos 20 anos, a população urbana cresceu mais de 60% em todo o mundo e projeta-se que nas próximas duas décadas a população vivendo em áreas urbanas crescerá mais 1,4 bilhão – de 3,5 bilhões em 2010 para 4,9 bilhões em 2030 – com a maior parte do crescimento ocorrendo em cidades de porte médio (aquelas com população entre 500.000 e 1 milhão de pessoas) nos países em desenvolvimento.

Resumo

53. Em todo o mundo, as pessoas estão se mudando para as cidades em busca de empregos e oportunidades que não estão disponíveis em seu local de origem. As áreas urbanas do mundo também são polos de pesquisa e inovação. Mas o deslocamento global para as cidades também está criando novos desafios. As cidades possibilitam estilos de vida de classe média que colocam uma demanda muito maior sobre os recursos e ecossistemas. A expansão física das áreas construídas leva à expansão urbana e expansão das áreas de favela à custa de terras aráveis e áreas ecologicamente vulneráveis. Os assentamentos informais (“favelas”) sem serviços básicos estão se tornando um acessório permanente e um meio de vida para migrantes em alguns países em desenvolvimento, levando a ameaças à saúde e segurança, exposição a desastres naturais e outros riscos ambientais.
54. O presente Relatório se concentra em três áreas onde as necessidades de justiça, sustentabilidade e resiliência são as mais urgentes, apresentando recomendações concretas sobre como pode ser desencadeada uma transição para o desenvolvimento sustentável: (a) qualificando as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis (Seção III); (b) trabalhando rumo a uma economia sustentável (Seção IV); e (c) fortalecendo a governança institucional para apoiar o desenvolvimento sustentável (Seção V).



Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

INTRODUÇÃO

Quanto mais influência tivermos na sociedade, maior será o impacto potencial sobre o planeta e maior será a nossa responsabilidade de comportarmos-nos de maneira sustentável – hoje mais do que nunca..

55. Quanto mais influência tivermos na sociedade, maior será o impacto potencial sobre o planeta e maior será a nossa responsabilidade de comportarmos-nos de maneira sustentável – hoje mais do que nunca, quando a globalização e as limitações dos nossos recursos naturais significam que as escolhas individuais podem ter consequências globais. Para muitos de nós, entretanto, o problema não é apenas a realização de escolhas insustentáveis, mas principalmente a falta de escolhas. A escolha real é possível apenas quando estiverem assegurados os direitos humanos, necessidades básicas, segurança humana e resiliência humana. E cumprir as nossas promessas globais para acabar com a pobreza hoje é tão essencial para o desenvolvimento sustentável quanto assegurar que as necessidades da biosfera e das gerações futuras recebam a devida importância.
56. Esta seção especifica recomendações nas seguintes áreas-chave:
- a. cumprir os princípios fundamentais do desenvolvimento: compromissos internacionais para erradicar a pobreza, promover os direitos humanos e a segurança humana e fazer avançar a igualdade de gênero (§§ 57-66);
 - b. promover a educação para o desenvolvimento sustentável, inclusive educação secundária e vocacional, e criação de capacidade para ajudar a assegurar que toda a sociedade possa contribuir para soluções para os desafios atuais e aproveitar as oportunidades (§§ 67-77);
 - c. criar oportunidades de emprego, especialmente para mulheres e jovens, para fomentar um crescimento verde e sustentável (§§ 78-88);
 - d. capacitar os consumidores para fazerem escolhas sustentáveis e promover o comportamento responsável de maneira individual e coletiva (§§ 89-99);

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- e. gerenciar os recursos e possibilitar uma Revolução Verde do século XXI: agricultura, oceanos e sistemas costeiros, energia e tecnologia (§§ 100-128);
- f. construir a resiliência por meio de redes sólidas de segurança, redução de risco de desastres e planos de adaptação (§§ 129-138).

A. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- 57. Um pré-requisito essencial para capacitar as pessoas a fazer escolhas sustentáveis é assegurar seus direitos humanos, inclusive o direito de participar do governo diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, bem como as liberdades fundamentais de pensamento, consciência, religião, opinião, expressão, associação e reunião. As escolhas sustentáveis podem ser feitas apenas quando houver oportunidades para influenciar a nossa situação, reivindicar os nossos direitos e expressar nossas preocupações. Os direitos humanos obtiveram reconhecimento universal em 1948 e a importância da participação efetiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão foi sublinhada no Relatório de Brundtland e endossada na Declaração de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de 1992.
- 58. Aqueles que vivem na pobreza estão entre os mais vulneráveis às injustiças políticas, desigualdade social e retrações econômicas. Eles estão também entre os mais vulneráveis aos impactos da mudança climática, escassez de recursos e degradação ambiental. São os mais expostos aos riscos de saúde resultantes de poluição, saneamento ruim e água poluída. E também dependem mais dos recursos naturais, frequentemente obtendo até dois terços de sua renda diretamente destes recursos e gastando até três quartos de suas rendas familiares em alimentos e outras necessidades básicas. Erradicar a pobreza é essencial para o bem-estar tanto das pessoas quanto do planeta e, para fazê-lo, os governos precisam cumprir os compromissos existentes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- 59. A desigualdade de gênero persistente em particular tem que ser abordada como parte de qualquer mudança séria em direção ao desenvolvimento sustentável. A menos que nós façamos isto, mais da metade da nossa inteligência e capacidade coletiva poderão ser desperdiçados, assim como as da próxima geração e as da seguinte. E, apesar de ganhos reais terem sido conquistados nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam diversas barreiras que limitam sua capacidade como cidadãs, produtoras e líderes.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

60. As mulheres estão muito sub-representadas nos cargos de tomada de decisão em todo o mundo. Ocupam menos de 20% de todos os assentos nos parlamentos nacionais e ocupam apenas 16% dos cargos ministeriais. Quando as mulheres ocupam cargos, sua representação não é uniforme em todos os setores: enquanto que aproximadamente 35% dos ministros de assuntos sociais e bem-estar são mulheres, apenas 19% dos ministros da fazenda e comércio, 7% dos ministros do meio ambiente, recursos naturais e de energia e meros 3% dos ministros de ciência e tecnologia são mulheres. As evidências demonstram também que quando as mulheres estão presentes em maior número, as necessidades coletivas recebem maior prioridade – inclusive o acesso à água limpa e educação e estabelecimento de áreas protegidas. Há também amplas evidências de que assegurar que a participação de mulheres nos processos de prevenção de conflito e de paz resulta em acordos de paz duradouros.
61. Leis e práticas discriminatórias sobre herança e propriedade são um freio significativo sobre a autonomia e potencial econômico das mulheres. Elas são especialmente importantes no setor agrícola, onde serviços de extensão frequentemente deixam de atingir agricultoras que não têm a titularidade formal de suas terras. Estima-se que se as mulheres tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, elas poderiam aumentar a produtividade em suas fazendas em 20 a 30%, aumentando potencialmente a produtividade agrícola total dos países em desenvolvimento em 2,5 a 4% e reduzindo o número de pessoas subnutridas no mundo de 12 a 17%. Os direitos a herança e propriedade também são essenciais em áreas urbanas e assentamentos informais e podem assegurar o fortalecimento social e econômico das mulheres nos programas de reforma agrária e reabilitação comunitária.
62. Melhorar o acesso ao planejamento familiar, direitos reprodutivos e serviços de saúde também é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Isto não apenas proporciona benefícios imediatos à saúde e reduções na mortalidade maternal e infantil, mas reduz o crescimento da população, ajuda eliminar a pobreza passada de uma geração para outra e diminui o ônus sobre os países com poucos recursos naturais. O acesso ao planejamento familiar e serviços de saúde reprodutiva está intimamente ligado à desigualdade de gênero global: a igualdade de gênero tende a ser maior onde eles estão disponíveis e vice-versa.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

63. As mudanças no conhecimento, atitudes e comportamento - tanto entre homens quanto mulheres - também são essenciais para a igualdade de gênero. Isto é especialmente importante para a redução do assédio sexual, violência contra mulheres e tráfico transfronteiriço de mulheres e meninas, que não são apenas violações dos direitos das mulheres e meninas, mas têm custos diretos e indiretos para as sobreviventes, o setor privado e o setor público em termos de despesas de saúde, polícia e judiciário e afins, bem como perda de produtividade.

Recomendação 1

64. Governos e doadores internacionais devem aumentar seus esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades como as principais prioridades para atingir o desenvolvimento sustentável.

Recomendação 2

65. Os governos devem respeitar, proteger e garantir os direitos humanos, inclusive o direito de participar do governo diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos como reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966.

Recomendação 3

66. Os governos devem acelerar a implementação dos compromissos para fazer avançar a igualdade de gênero e direitos das mulheres, inclusive mediante a revogação de leis discriminatórias e eliminação de barreiras formais, reforma de instituições e elaboração e adoção de medidas inovadoras para abordar práticas informais e culturais que atuem como barreiras. Deve-se dar ênfase particular a:

- a. assegurar que as mulheres tenham acesso pleno e igualitário aos recursos produtivos, e seu controle, por meio do direito igual à propriedade e o direito a herança e acesso igualitário a serviços de crédito, financeiros e de extensão em toda a cadeia de valor;**
- b. assegurar direitos e oportunidades iguais a mulheres em processos de tomada de decisão política que sejam participativos, sensíveis, equitativos e inclusivos;**

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- c. assegurar acesso universal a planejamento familiar de qualidade e preços acessíveis, bem como a outros direitos sexuais e reprodutivos e serviços de saúde.**

B. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 67.** Investir em educação e treinamento proporciona um canal direto para avançar a agenda de desenvolvimento sustentável. Isto é amplamente reconhecido como um meio muito eficiente para promover a qualificação individual e tirar gerações da pobreza, além de proporcionar importantes benefícios de desenvolvimento para jovens, particularmente mulheres.
- 68.** A educação primária para todos, em particular, é uma pré-condição para o desenvolvimento sustentável. Apesar de verdadeiro progresso, nós ainda não estamos a caminho de atingir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 2 de assegurar que todas as crianças, meninos e meninas igualmente, realizem um curso completo de ensino primário até 2015. Ao contrário, 67 milhões de crianças em idade escolar permanecem fora da escola primária e ainda não estão recebendo a educação primária. A lacuna é especialmente crítica para meninas, que em 2008 ainda representavam mais de 53% da população fora da escola. A educação básica é essencial para superar barreiras aos futuros empregos e à participação política, pois as mulheres atualmente constituem aproximadamente dois terços dos 793 milhões de adultos analfabetos do mundo.
- 69.** O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio em educação primária universal ainda não foi alcançado, devido em parte a fundos insuficientes, apesar da existência de outras barreiras. Os meios internacionais para suplementar fundos e apoiar os esforços locais e nacionais podem ajudar a superar os desafios, tais como falta de professores e de infraestrutura. A Parceria Global para a Educação do Banco Mundial oferece um modelo para ajudar os países a desenvolverem e implementarem boas estratégias de educação.
- 70.** Apesar de a educação primária ser a base do desenvolvimento, a educação pós-primária e secundária e o treinamento vocacional são cruciais na construção de um futuro sustentável. Cada ano adicional de educação nos países em desenvolvimento aumenta a renda de um indivíduo em 10% ou mais, em média. Os estudos demonstram também que as mulheres nos

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

países em desenvolvimento que concluem o ensino secundário têm, em média, um filho a menos que as mulheres que concluem apenas o ensino primário, levando a maior prosperidade econômica dentro das famílias e menor pobreza intergeracional. Além disto, a educação pós-primária baseada em um currículo projetado para desenvolver as principais competências para uma economia do século XXI - tais como a gestão do ecossistema, ciência, tecnologia e engenharia - podem estimular a inovação e acelerar a transferência de tecnologia, bem como apresentar as qualificações vitais para novos empregos verdes. Embora, hoje se estima que menos de um quarto das crianças concluam o ensino secundário.

71. Simultaneamente, projeta-se que a falta de qualificações apropriadas seja uma das principais barreiras ao desenvolvimento sustentável. O preenchimento de empregos qualificados exigirá uma nova força de trabalho e poderá utilizar as qualificações de jovens e mulheres que atualmente estão cronicamente sub-representados nesses setores: as mulheres são responsáveis por apenas 9% da mão de obra na construção civil, 12% em serviços de engenharia, 15% em serviços financeiros e empresariais e 24% na fabricação.
72. O treinamento técnico e vocacional é essencial para o crescimento e para a capacitação humana a fim de suprir as demandas do mercado de trabalho, inclusive em setores como saúde, educação e bem-estar público, nos quais a falta de uma força de trabalho qualificada pode impedir o desenvolvimento sustentável de um país.
73. O treinamento em todos os setores tem que ser relevante, acessível, de custo razoável e ministrado por treinadores qualificados e certificados. Precisa ser desenvolvido em coordenação com o setor privado para assegurar que seja relevante para as necessidades da indústria e que as credenciais conferidas sejam aceitas pelas empresas como qualificação suficiente. O treinamento vocacional e as qualificações devem também ser vistos como uma alternativa adequada a outras trajetórias de educação tradicionais.
74. Tem-se visto nos anos recentes uma explosão de inovação nos meios de fornecimento de treinamento vocacional e de qualificações, desde *boot camps* empresariais, compartilhamento de conhecimentos e centros de tecnologia e treinamento empresarial de mulher para mulher a programas de mentores, esquemas de estágios para jovens e programas de pesquisa e intercâmbio. Mas são necessários esforços muito mais integrados e de grande escala.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 4

- 75. Os governos devem considerar o estabelecimento de um fundo global para educação. Esse fundo deve ser destinado a atrair o apoio de governos, organizações não governamentais e do setor privado, evoluir da atual Parceria Global para a Educação do Banco Mundial e receber a tarefa de fechar a lacuna da educação primária até 2015, de modo que haja uma esperança real para a realização do Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio.**

Recomendação 5

- 76. Os governos devem aumentar seus esforços para atingir o Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio em educação primária universal até 2015 e estabelecer a meta de prover acesso universal à educação pós-primária e secundária de qualidade no máximo até 2030, enfatizando as qualificações e o conhecimento necessário para empregos e crescimento sustentáveis.**

Recomendação 6

- 77. Os governos, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento internacional relevantes devem trabalhar juntos para prover treinamento vocacional, reciclagem e desenvolvimento profissional no contexto da aprendizagem contínua para toda a vida voltada ao preenchimento das lacunas de qualificações em setores essenciais para o desenvolvimento sustentável. Devem priorizar mulheres, jovens e grupos vulneráveis nesses esforços.**

C. CRIAR OPORTUNIDADES DE EMPREGO

- 78. No processo de deslocar as economias para um futuro sustentável, alguns novos empregos serão criados, alguns empregos serão perdidos e muitos empregos serão reestruturados. Será essencial desenvolver um conjunto apropriado de iniciativas que reforce a capacidade das pessoas e das comunidades de gerenciarem essa transição para um futuro mais sustentável. Isto é especialmente importante porque a retração econômica privou muitos trabalhadores de empregos, impediu a criação de novos empregos e agravou a situação dos desempregados e de suas famílias.**

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

79. No entanto, à medida que a economia se torne mais verde, há um enorme espaço para gerar empregos decentes em setores que contribuem para a manutenção ou restauração do meio ambiente, desde energia renovável e introdução de tecnologias de baixo consumo de energia no ambiente construído até a gestão sustentável de resíduos e reparação ambiental. O setor global de bens e serviços ambientais tem a expectativa de valer até \$800 bilhões até 2015.
80. Os empregos no setor verde também podem trazer outros benefícios. O trabalho não está relacionado apenas ao ganho financeiro e ao atendimento das demandas de mercado. Tem um valor social e é um meio para autorrealização. Os funcionários têm relatado maior satisfação no emprego ao trabalhar para empresas que abarcam ou promovem princípios de sustentabilidade. Para oferecer empregos mais decentes, está claro que é necessário crescimento econômico.
81. Um ambiente empresarial propício é fundamental, incluindo o estado de direito, direitos de propriedade, estabilidade macroeconômica e concorrência aberta. Os governos precisam estabelecer estas prioridades em sua elaboração de políticas e orçamentos. Com estas condições fundamentais implementadas, as medidas visadas têm maior probabilidade de renderem, tanto para a sociedade em geral quanto para grupos sub-representados no mercado de trabalho, tais como mulheres e jovens.
82. Está projetado o ingresso de milhões de jovens no mercado de trabalho todos os meses durante várias décadas e um setor privado próspero pode absorver e aproveitar este dividendo demográfico. Os jovens também têm um potencial pouco explorado; estão entre os mais afetados pela recente crise econômica, com 81 milhões de jovens atualmente desempregados no mundo hoje. Um número adicional de 152 milhões de jovens trabalha, mas vive em domicílios que têm uma renda menor que o equivalente a \$1,25 por dia. Uma de suas opções será abrir uma micro ou pequena empresa. A educação empresarial, o acesso a financiamento, um arcabouço administrativo e regulatório que dê apoio e programas para a assistência e apoio empresarial, são todos fatores cruciais para o engajamento empresarial.

A qualificação das mulheres em particular tem o potencial de produzir enormes benefícios para os domicílios, comunidades e a economia global.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- 83.** A qualificação das mulheres em particular tem o potencial de produzir enormes benefícios para os domicílios, comunidades e a economia global. Estudos demonstram que se a lacuna entre as taxas de emprego de homens e mulheres fosse fechada, o PIB aumentaria em 9% nos Estados Unidos da América, 13% na Zona do Euro e 16% no Japão. Outros estudos demonstram que pode haver benefícios econômicos significativos diminuindo a diferença salarial entre os gêneros. Na Austrália, por exemplo, uma redução de 1% na lacuna dos salários entre os gêneros aumentaria a economia em 0,5% do PIB. Entretanto, as disparidades de salário persistem. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres ocupavam menos de 15% dos cargos de diretoria nas empresas incluídas na lista Fortune 500 e menos de 8% dos cargos com maiores salários em 2010, apesar de representarem 48% da força de trabalho.
- 84.** As mulheres também têm um risco especialmente alto de desemprego nos países em desenvolvimento. Elas têm sido mais afetadas pela atual crise econômica porque uma grande proporção delas trabalha em fábricas voltadas à exportação e muitas são trabalhadoras migrantes empregadas nas indústrias de serviço, os setores mais afetados pela recessão. Além disto, o trabalho informal de mulheres não é visível nas estatísticas da força de trabalho nacional e não é incluído nos esquemas de proteção social.

QUADRO 4: IGUALDADE SIGNIFICA NEGÓCIOS

Os Princípios de Empoderamento de Mulheres (WEPs) – uma iniciativa conjunta da ONU –Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas – é um conjunto de sete princípios para as empresas que oferecem orientação sobre como capacitar as mulheres no local de trabalho, no mercado e na comunidade.

Mais de 250 diretores executivos, inclusive de grandes corporações multinacionais, afirmaram seu apoio a estes princípios, relativos à liderança corporativa para promover igualdade de gênero; tratamento justo e respeito mútuo no local de trabalho; saúde, segurança e bem-estar de todos os trabalhadores; educação, treinamento e desenvolvimento profissional para todas as mulheres; desenvolvimentos e práticas de negócios que qualifiquem mulheres; iniciativas comunitárias para promover a igualdade; e a medida e a elaboração de relatórios sobre o progresso alcançado para atingir a igualdade de gênero.

As empresas também têm solicitado diretrizes de relatório específicas de gênero para ajudar a colocar esses princípios em prática. Em resposta, diretrizes de relatório específicas de gênero estão sendo desenvolvidas pelos WEPs que levam em consideração as normas da Iniciativa Global de Relatórios (GRI) e do Pacto Global das Comunicações sobre os Progressos.

Fonte: Pacto Global das Nações Unidas,
www.unglobalcompact.org/Issues/human_rights/equality_means_business.html.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 7

- 85. Os governos devem adotar e avançar as políticas de “empregos verdes” e de trabalho decente como uma prioridade em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que criam condições para novos empregos no setor privado.**

Recomendação 8

- 86. Os governos e empresas devem firmar parcerias e prestar serviços de lançamento de empresas para jovens empreendedores.**

Recomendação 9

- 87. Os empregadores, governos e sindicatos devem usar uma abordagem abrangente para promover a igualdade no local de trabalho, inclusive pela adoção de princípios de não discriminação; medidas para o avanço de mulheres em funções de liderança; políticas profissionais e de saúde sensíveis ao gênero; educação, treinamento e desenvolvimento profissional, visando às mulheres e minorias; e compromissos para medir o progresso e informá-lo ao público.**

Recomendação 10

- 88. Os governos e empresas devem reconhecer os benefícios econômicos de possibilitar a participação plena de mulheres na economia pela implementação de políticas econômicas que abordem explicitamente os desafios únicos que limitam as mulheres, particularmente:**
- a. Permitir o acesso das agricultoras a terras e recursos;**
 - b. melhorar o acesso das mulheres a serviços financeiros e de capital;**
 - c. melhorar o acesso aos mercados por meio de programas de assistência comercial e técnica e de microfinanciamento;**
 - d. apoiar o aumento de líderes mulheres nos setores público e privado.**

D. POSSIBILITAR ESCOLHAS SUSTENTÁVEIS

- 89. De acordo com um documento de trabalho da OCDE de 2010, o tamanho da classe média global pode aumentar de 1,8 bilhão para 3,2 bilhões até**

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

2020 e para 4,9 bilhões até 2030. A classe média global é definida como todos aqueles que vivem em lares com renda per capita diária entre US\$ 10 e US\$ 100 em termos de paridade de poder aquisitivo.

90. Apesar de esta mudança ser, de muitas maneiras, uma história de sucesso no desenvolvimento, a conjunção de uma “classe média global” crescente com padrões insustentáveis de consumo ameaça nos empurrar inexoravelmente aos limites dos recursos naturais e dos sistemas planetários de apoio à vida - desde alimentos, água e recursos energéticos até sistemas globais como os oceanos, o clima e o ciclo de nitrogênio. Sem grandes mudanças, a capacidade do planeta de nos apoiar e sustentar continuará a se degradar, com potencial para mudanças repentinas à medida que os limites e pontos de inflexão mais importantes sejam ultrapassados e as pressões sociais por equidade aumentem.
91. Mas existem oportunidades para enfrentar essa situação insustentável e aumentar a eficiência e a equidade da distribuição e uso de recursos de modo que a saúde do planeta possa ser mantida mesmo com uma população crescente e níveis crescentes de prosperidade global.
92. Embora tanto as políticas governamentais quanto a inovação tecnológica tenham papéis essenciais a serem desempenhados para ajudar a mover o mundo em direção a um caminho sustentável, as escolhas que as pessoas fazem também são cruciais e dependem de amplas considerações, tais como perspectivas políticas, hábitos e valores éticos. Por exemplo, dar acesso ao trânsito de massa e a automóveis movidos a fontes de energia renováveis é apenas metade da batalha; as pessoas precisam também valorizar e escolher o transporte de massa para que a sociedade obtenha todos os seus benefícios. De maneira semelhante, o discurso global é promovido por meio de iniciativas como a Carta da Terra, que promove a conscientização e a responsabilidade compartilhada pelas gerações futuras, sustentabilidade global e diálogo cultural.
93. Por esta razão, é importante disponibilizar escolhas sustentáveis que tenham custo acessível e sejam atraentes para os consumidores. Os usuários finais têm que ser consultados durante o projeto e o planejamento urbano, por exemplo, se se espera que eles usem uma nova tecnologia ou adotem comportamentos diferentes, mais sustentáveis. As normas dos produtos para sustentabilidade são ferramentas importantes que podem influenciar decisivamente as escolhas das pessoas.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

94. É igualmente importante entender as interligações entre o meio ambiente, economia e sociedade e as consequências das escolhas. É, portanto, essencial integrar as questões de desenvolvimento sustentável aos currículos escolares.

QUADRO 5: A NECESSIDADE DE DIETAS MAIS SUSTENTÁVEIS

A maneira como nós produzimos e consumimos alimentos pode ter um impacto significativo sobre o desenvolvimento sustentável.

SAÚDE

- Um bilhão de pessoas atualmente não têm acesso a alimentos nutritivos;
- Estimativas recentes sugerem que o efeito combinado da ingestão de macronutrientes (proteína) e micronutrientes (incluindo ferro e iodo) inadequados é responsável por 35% dos óbitos de crianças e 11% das doenças globais;
- Por outro lado, as taxas de obesidade e diabetes estão crescendo em todo o mundo. Diversas doenças crônicas relacionadas à nutrição, tais como doença cardíaca coronária e derrames, estão agora entre as principais causas de óbito em todo o mundo, com o ônus crescendo mais rapidamente nos países de menor renda do mundo, levando às vezes a um “duplo ônus” de tanto subnutrição quanto sobrenutrição, colocando uma enorme carga sobre as sociedades e sistemas de saúde.

RESÍDUOS

- Aproximadamente um terço dos alimentos mundiais produzidos para consumo humano (cerca de 1,3 bilhão de toneladas) é perdido ou desperdiçado a cada ano devido a ineficiências em toda a cadeia de abastecimento de alimentos;
- Os alimentos desperdiçados por consumidores em países de alta renda (222 milhões de toneladas) representam aproximadamente toda a produção de alimentos da África subsaariana (230 milhões de toneladas). As perdas de alimentos nos países industrializados são tão altas quanto nos países em desenvolvimento. Entretanto, nos países em desenvolvimento, mais de 40% das perdas de alimentos ocorrem na pós-colheita e no processamento, enquanto que nos países industrializados mais de 40% das perdas de alimentos ocorrem nos níveis do varejo e do consumidor.

PEGADA ECOLÓGICA

- A mudança dos padrões de dieta, influenciada pela crescente renda e demanda por carnes e laticínios, afeta a intensidade hídrica da produção de alimentos. Dois terços dos requisitos de água para a produção de alimentos são usados para alimentos de origem animal, um quarto para pastagens. Isto ilustra o crescente impacto ecológico do alimento.
- As práticas agrícolas atuais são responsáveis por 70% de toda a água usada no mundo, dois terços dos quais são usados para produzir alimentos de origem animal. A irrigação necessária para produzir a quantidade de alimentos desperdiçados anualmente é estimada como sendo equivalente às necessidades de água doméstica de 9 bilhões de pessoas.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- A produção de gado é também responsável por 70% do uso de terras agrícolas, 30% do uso de terras no mundo e 18% das emissões globais de gases de efeito estufa.
- A proporção dos estoques de peixes marinhos estimados como subexplorados ou moderadamente explorados caiu de 40% em meados da década de 1970 para 15% em 2008, considerando que a proporção de estoques sobre-explorados, esgotados ou em recuperação aumentou de 10% em 1974 para 32% em 2008. Estima-se que 53% dos estoques globais de peixes marinhos estejam totalmente explorados, 28% sobre-explorados, 3% esgotados e 1% se recuperando do esgotamento.

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Organização Mundial da Saúde e Instituto Sueco para Alimentação e Biotecnologia

95. O acesso à informação por meio de rotulagem confiável é essencial para se fazer escolhas criteriosas e sustentáveis. Rótulos baseados em padrões tecnicamente válidos e medidos com exatidão – especialmente em áreas de alto impacto sobre a saúde humana e planetária – podem ajudar os consumidores a entenderem o custo integral de suas escolhas e movimentar o mercado para recompensar os produtores sustentáveis. Mecanismos de boa relação custo-benefício de monitoramento, verificação e avaliação, bem como procedimentos abertos, transparentes, equilibrados e baseados na ciência para o desenvolvimento desses mecanismos, são, portanto, essenciais para assegurar a exatidão, bem como para prevenir o uso inadequado da ecorrotulagem como uma barreira ao comércio.

Recomendação 11

96. Os governos e outras autoridades públicas devem promover processos abertos, transparentes, equilibrados e baseados na ciência para desenvolver esquemas de rotulagem e outros mecanismos que reflitam integralmente o impacto da produção e consumo e trabalhar com o setor privado para assegurar que a rotulagem, a apresentação de relatórios corporativos e as atividades de apoio sejam precisos, eficazes em relação ao custo e confiáveis, de modo a possibilitar que os consumidores façam escolhas informadas, particularmente em áreas de alto impacto sobre sistemas humanos e naturais, sem criar barreiras ao comércio.

Recomendação 12

97. Os governos devem fazer com que as escolhas sustentáveis sejam mais facilmente disponíveis, acessíveis e atraentes aos consumidores mediante o estabelecimento, junto com o setor privado, de normas para

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

produtos sustentáveis, de acordo com a melhor tecnologia disponível e sem criar barreiras comerciais e pela aplicação de incentivos e desincentivos de preços.

QUADRO 6: AS EMPRESAS DÃO UM PASSO À FRENTE

Há muitos exemplos de parcerias público-privadas bem sucedidas para o desenvolvimento de normas para informações e elaboração de relatórios. Na área de emissões de gases de efeito estufa, um esforço conjunto do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e do Instituto de Recursos Mundiais (WRI) desenvolveu o Protocolo de Gases de Efeito Estufa, que é uma ferramenta contábil usada por centenas de empresas privadas em todo o mundo para monitorar, informar e gerenciar emissões.

Uma das maiores empresas da América Central – com receitas de mais que \$570 milhões em 2010 na Costa Rica – estabeleceu voluntariamente normas para o tripé de sustentabilidade (*triple bottom line*) para medir o seu sucesso não apenas por indicadores econômicos, mas também sociais e ambientais. Como a conservação da água é prioritária naquele país, a empresa investiu e modificou práticas para uma mudança de 12 litros de água para cada litro de bebida nos anos anteriores para 4,9 litros em 2011, estabelecendo a meta de se tornar água-neutra até 2012. Os incentivos são incorporados ao salário do Diretor Presidente, pois aproximadamente 60% de tais incentivos estão ligados ao desempenho do tripé de sustentabilidade. Isso pode ter contribuído para uma vitória tripla: a empresa atingiu o dobro do crescimento médio da indústria entre 2006 e 2010.

O Carbon Disclosure Project (projeto para informar as emissões de carbono) é uma plataforma pela qual mais de 3.000 organizações em aproximadamente 60 países atualmente medem e publicam suas emissões de gases de efeito estufa, gestão de água e estratégias de mudança climática, ajudando-as a estabelecer metas de redução e realizar melhorias no desempenho, bem como disponibilizar informações às partes interessadas e aos consumidores.

Fonte: Protocolo de Gases de Efeito Estufa (www.ghgprotocol.org); Fórum Econômico Mundial, Redefinindo o Futuro do Crescimento: os Novos Campeões da Sustentabilidade (2011); Carbon Disclosure Project (www.cdproject.net).

Recomendação 13

98. O governo e as entidades não governamentais devem promover os conceitos de desenvolvimento sustentável e consumo sustentável e estes devem ser integrados aos currículos da educação primária e secundária.

Recomendação 14

99. O Painel acolhe as discussões sobre as dimensões éticas do desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) em 2012 entre todas as partes

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

interessadas, com base em experiências e instrumentos relevantes, inclusive a Carta da Terra, para subsidiar os governos em seus esforços para a mudança em direção ao desenvolvimento sustentável.

E. GERENCIAR RECURSOS E CRIAR CONDIÇÕES PARA UMA REVOLUÇÃO VERDE NO SÉCULO XXI

1. AGRICULTURA

- 100.** Apesar de a Revolução Verde ter evitado a fome em massa, ela também levou a uma maior pressão sobre os recursos que têm sido desde então reconhecidos como insustentáveis. A agricultura se tornou altamente dependente de insumos baseados em combustíveis fósseis e, em consequência, vulnerável aos altos preços do petróleo. Também frequentemente usou água prodigamente, de modo que ela é agora responsável por 70% do uso global de água doce. Agora, faz-se necessária uma revolução verde do século XXI – uma que não apenas aumente a produtividade, mas também reduza drasticamente a intensidade dos recursos e ao mesmo tempo proteja a biodiversidade.
- 101.** A nova revolução agrícola deve se concentrar na intensificação sustentável (práticas com baixos insumos externos, emissões e resíduos) e na diversificação das culturas e resiliência à mudança climática. Novas biotecnologias “verdes” podem desempenhar um papel valioso em permitir aos agricultores a adaptar à mudança climática, melhorar a resistência a pestes, restaurar a fertilidade do solo e contribuir para a diversificação da economia rural.

Três quartos dos pobres do mundo vivem em áreas rurais e 2,5 bilhões dos habitantes rurais desenvolvem atividades agrícolas, com 1,5 bilhão deles vivendo em pequenas propriedades... Existe oportunidade para uma melhoria drástica nas vidas destas pessoas e ao mesmo tempo ajudar-lhes a adotar modelos de produção mais sustentáveis.

- 102.** Um impulso imediato sobre a agricultura sustentável produziria enormes dividendos sociais, econômicos e ambientais. Três quartos dos pobres do mundo vivem em áreas rurais e 2,5 bilhões dos habitantes rurais desenvolvem atividades agrícolas, com 1,5 bilhão deles vivendo em

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

pequenas propriedades. Com a demanda global por alimentos projetada para aumentar em 70% até 2050, existe oportunidade para uma melhoria drástica nas vidas destas pessoas e ao mesmo tempo ajudar-lhes a adotar modelos de produção mais sustentáveis.

103. Os pequenos agricultores têm um enorme potencial inexplorado para aumentar a produtividade, estimular as economias rurais e tornarem-se exportadores ao invés de compradores de alimentos. No entanto, para que isto aconteça, os pequenos agricultores – que sustentam quase um terço da população mundial – precisam de acesso a bens (desde terras até as ferramentas necessárias para arar o solo), mercados (desde estradas rurais até ferramentas de comunicação do século XXI para monitorar preços no mercado global), gerenciamento de crédito e risco (tais como seguro da safra e proteção social) e pesquisa e tecnologia.
104. O sucesso dependerá, em grande parte, do investimento. Muito deste continuará vindo dos recursos próprios dos países, mas recursos adicionais precisarão vir de assistência oficial ao desenvolvimento. Apesar do auxílio global à agricultura ter diminuído 43% desde meados da década de 1980, ele apresentou uma recente tendência de aumento e se manteve estável em regiões de maior carência, tais como a África subsaariana e sul e centro da Ásia. O setor privado e as parcerias público-privadas também serão essenciais e questões de financiamento inovadoras também podem ser relevantes neste contexto (consulte a Seção IV abaixo).
105. Apesar de o investimento nos setores agrícolas dos países de baixa renda ser urgentemente necessário, a nova tendência de acordos de acesso à terra frequentemente aumenta as restrições locais, estabelecidas e persistentes enfrentadas pelos pobres na obtenção de acesso à terra e à água. As estimativas sugerem que até 80 milhões de hectares de terra (e a água que flui sobre e abaixo dela) foram adquiridos em novos acordos de investimentos internacionais desde 2000, mais da metade delas na África subsaariana. Entretanto, há diretrizes – como os Princípios de 2009 para um Investimento Agrícola Responsável que Respeite os Direitos, Meios de Vida e Recursos – para governos, o setor privado e todas as partes interessadas para promover a tomada de decisões sustentáveis nestes acordos e para não criar barreiras ao comércio.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- 106.** O sucesso dependerá também de instituições e iniciativas com capacidade para coordenar efetivamente os esforços em áreas prioritárias de agricultura, gerenciamento de terras e de recursos hídricos. As instituições que lideram em pesquisa, orientação de políticas e compartilhamento de conhecimentos, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola são cada vez mais importantes para a resolução coordenada de problemas. Em última análise, entretanto, o gerenciamento integrado de recursos dependerá da boa governança e gerenciamento. Eles são talvez mais essenciais para o gerenciamento de bacias hidrográficas, onde esquemas integrados que reflitam as urgentes demandas multissetoriais relativas a este recurso de setores concorrentes são necessários, bem como a necessidade de uma resposta abrangente.
- 107.** Uma revolução agrícola sustentável precisará de esforços renovados para reduzir as barreiras ao comércio internacional de produtos agrícolas, particularmente a conclusão da rodada de desenvolvimento de Doha. Também exigirá atenção a muitos fatores, inclusive uma enorme atualização dos serviços de extensão, que precisam ser sensíveis ao gênero, devido ao fato de que a maior parte dos pequenos agricultores é composta por mulheres, bem como uma forte ênfase na introdução de inovações sustentáveis e investimentos muito maiores em pesquisa e desenvolvimento agrícolas. Este esforço deve dar ênfase particular na África subsaariana, onde a produtividade agrícola caiu em 10% desde 1960 e onde a mudança climática tem o potencial de afetar de maneira particularmente dura a agricultura.

Recomendação 15

- 108.** Os governos e organizações internacionais devem trabalhar para criar uma nova revolução verde – uma “revolução sempre verde” para o século XXI que vise no mínimo dobrar a produtividade enquanto reduz drasticamente o uso de recursos e evita a perda adicional de biodiversidade, perda do solo e esgotamento e contaminação da água, inclusive mediante a ampliação do investimento em pesquisa e desenvolvimento agrícola, para assegurar que pesquisas avançadas sejam rapidamente levadas do laboratório para o campo. Os governos devem designar a FAO para trabalhar com os parceiros e participantes essenciais para iniciar e coordenar esta tarefa, já que esta organização tem o mandato singular de reduzir o déficit alimentar mundial.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 16

- 109. Os governos devem trabalhar para chegar a um acordo sobre os princípios globais para negócios sustentáveis e responsáveis de investimento em terras e água, incluindo esforços contínuos para promover o investimento agrícola responsável (IAR), com ênfase particular na proteção dos direitos e sustento de pessoas pobres que dependem desses recursos básicos, ao mesmo tempo em que asseguram a sustentabilidade ambiental.**

Recomendação 17

- 110. Os governos devem estabelecer e aumentar os esquemas de gerenciamento integrado de recursos hídricos, tendo em mente que a água tem papéis multifacetados, incluindo bebida, saneamento, indústria, agricultura e energia.**

QUADRO 7: EMPREENHIMENTO DE ENERGIA ALIMENTAR EM MOÇAMBIQUE

Diversas empresas privadas estabeleceram uma parceria com as autoridades locais em Moçambique visando estabelecer um novo negócio de energia alimentar integrado que substituirá milhares de fornos à base de carvão por fornos de etanol mais limpos.

O modelo de negócio pretende aumentar muitas vezes as rendas dos agricultores, proteger aproximadamente 9.000 acres de florestas nativas todos os anos e reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa. Ele visa suprir 20% dos domicílios locais na capital, Maputo, com uma alternativa limpa e competitiva ao carvão, que ajuda a proteger vidas contra a perigosa fumaça do carvão.

Os fazendeiros terão a oportunidade de fazer a transição da agricultura de corte e queima e produção de carvão para o cultivo de diversos produtos agrícolas e árvores. A produção de uma linha mais diversificada de produtos alimentares, bem como o uso de etanol para cozinhar, feito de mandioca, a ser vendido nos mercados urbanos deverão melhorar significativamente os níveis de renda e nutrição, ao mesmo tempo em que reabilitam os solos degradados e melhoram a biodiversidade.

Milhares de pequenos agricultores serão contratados para criar uma linha de produção de alimentos e etanol para cozinhar, implementar práticas agrícolas sustentáveis e estabelecer a base para comunidades economicamente e ecologicamente sustentáveis.

Fonte: www.cleanstarmozambique.com

2. ECOSISTEMAS MARINHOS E COSTEIROS

111. Centenas de milhões de pessoas dependem de áreas marinhas para alimentação, subsistência, recreação, cultura e oportunidades econômicas. A pesca em todo o mundo sustenta 170 milhões de empregos e mais de 1,5 bilhão de pessoas dependem de recursos marinhos para suas ingestões de proteína. A pesca, o turismo marinho e costeiro, transporte, aquicultura e outros usos dos ambientes costeiros e marinhos proporcionam subsistência para milhões de pessoas. Os habitats-chave, como recifes de corais, ilhas, mangues e outros pântanos, prestam serviços ao ecossistema, tais como proteção contra episódios meteorológicos extremos, áreas de reprodução para pesca e a interface entre água salgada e doce. As costas e oceanos são integrais para a cultura e a vida de muitos países e povos.
112. Os ecossistemas marinhos e costeiros em todo o mundo estão em declínio e isto provoca uma queda na capacidade dos oceanos de prestarem toda a extensão de serviços ecossistêmicos. Os principais ecossistemas, tais como os recifes de corais e mangues, podem ter atingido ou podem atingir em breve limites críticos, afetando desproporcionalmente as pessoas e comunidades que são mais vulneráveis.
113. Os compromissos existentes de desenvolvimento sustentável relativos aos oceanos, como os contidos na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável, captam bem o que precisa ser feito. Entretanto, o declínio nos ecossistemas marinhos e costeiro continua porque as economias, indústrias, comunidades e sustentos são, em muitos casos, estruturados com base em abordagens insustentáveis ao uso dos recursos marinhos, devido a questões como falta de capacidade e informação e concorrência percebida entre o meio ambiente e as questões de desenvolvimento. Estas abordagens frequentemente levam à degradação dos ecossistemas marinhos, dos quais dependem os usuários.
114. A cooperação para gerenciar os oceanos em escala regional, integrada, de longo prazo e de ecossistema daria a todos os usuários um interesse no gerenciamento sustentável dos recursos marinhos. Serviria também para agrupar os recursos e conhecimentos e promover a compatibilidade de medidas através das fronteiras e setores econômicos. Já existem exemplos, tais como o Pacific Oceanscape Framework, a Coral Triangle Initiative, a Caribbean Sea Commission, a South Asian Association for

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Regional Cooperation Coastal Management Centre, a iniciativa de cooperação costeira do sul da Ásia e outros. Mas eles ainda têm que ser totalmente implementados e há muitas regiões do globo nas quais esta abordagem ainda tem que ser projetada.

Recomendação 18

- 115. Os governos devem se comprometer com o estabelecimento de arcabouços regionais de gestão costeira e dos oceanos nos principais ecossistemas marinhos, inclusive mediante:**
- a. melhor cooperação na gestão costeira e dos oceanos envolvendo as partes interessadas;**
 - b. planejamento marinho e costeiro por países em áreas regionais, levando em conta necessidades, ecossistemas e usuários específicos em suas áreas e sustentados por mecanismos sólidos de financiamento para desenvolver e implementar estes planos;**
 - c. capacitação de gestores, formuladores de política e cientistas marinhos em países em desenvolvimento, especialmente nos pequenos países insulares em desenvolvimento e outros Estados costeiros;**
 - d. melhores sistemas de monitoramento e vigilância.**

Recomendação 19

- 116. Quando as organizações regionais de gestão da pesca estiverem operantes, devem procurar tornar suas políticas e práticas compatíveis com a gestão coordenada dos oceanos regionais, apoiando-o. Organizações regionais de gestão da pesca, governos e gestores marinhos devem concentrar-se em uma abordagem ecossistêmica para a gestão da pesca a fim de proporcionar melhores benefícios econômicos e ambientais.**

QUADRO 8: A GRANDE BARREIRA DE CORAL: GERENCIAMENTO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

A Grande Barreira de Coral da Austrália é o maior ecossistema de recife de coral da Terra, abrigo de uma impressionante diversidade de plantas, animais e habitats, desde recifes rasos costeiros de franja e leitos de plantas marinhas até as águas oceânicas profundas. O Parque Marinho da Grande Barreira de Coral de múltiplos usos estende-se por mais de 2.300 quilômetros ao longo da costa de Queensland e cobre uma área de 344.400 quilômetros quadrados. Em 1981, foi declarada Patrimônio da Humanidade pelo seu destacado valor universal.

A Grande Barreira de Coral é também essencial para o bem-estar econômico e social de mais de um milhão de australianos. A Grande Barreira de Coral e as bacias adjacentes sustentam diversas indústrias que geram mais de \$A 50 bilhões por ano. Aproximadamente 2 milhões de turistas visitam a Grande Barreira de Coral todos os anos; a indústria turística gera aproximadamente \$A 5 bilhões ao ano e sustenta mais de 50.000 empregos. O transporte marítimo é vital; a maioria dos \$A 17 bilhões anuais de exportações de commodities de Queensland são enviados através dos dez maiores portos ao longo da costa da Grande Barreira de Coral. Dez empresas pesqueiras comerciais atuam na Grande Barreira de Coral, contribuindo com aproximadamente \$A 140 milhões para a economia anualmente.

Gerenciar a Grande Barreira de Coral de maneira sustentável exige equilibrar o uso humano com a manutenção da integridade natural e cultural da área. O plano de zoneamento do parque marinho da Grande Barreira de Coral estabelece altos níveis de proteção nas áreas-chave, mas também permite diversos outros usos sustentáveis (inclusive muitos tipos de pesca) em outras zonas. As zonas de exclusão (isto é, zonas nas quais a pesca não é permitida) cobrem 33% (115.000 quilômetros quadrados) do parque. O parque marinho federal e o plano de zoneamento são complementados por um parque marinho estadual adjacente e parques nacionais estabelecidos em várias das ilhas da Grande Barreira de Coral, todos administrados como parte de um único programa.

Há abordagens de gerenciamento adicionais para manter a qualidade da água; reduzir o escoamento de nutrientes e sedimentos; proteger a vegetação na bacia; proteger as áreas úmidas de alto valor e outras áreas ecológicas significativas; reduzir a ancoragem de navios; e estimular a participação dos proprietários tradicionais no gerenciamento e uso dos parques marinhos. Estas medidas garantem que a Grande Barreira de Coral seja repassada para as gerações futuras como uma das principais áreas marinhas protegidas do mundo.

Fonte: Governo da Austrália.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

3. ENERGIA

- 117.** A falta de serviços de energia modernos e sustentáveis tem grandes consequências não apenas para a mudança climática, mas também para as economias domésticas e saúde das pessoas, pois as famílias substituem fontes de energia menos eficientes e mais sujas para suas necessidades. Estima-se que atualmente mais de 1,3 bilhão de pessoas não tenha acesso à eletricidade, 2,7 bilhões de pessoas dependem do uso tradicional de para cozinhar e quase metade da população mundial ainda depende de combustíveis sólidos, tais como biomassa não processada, carvão ou carvão vegetal.
- 118.** Se a energia estivesse universalmente disponível, um grande leque de novas oportunidades se abriria, incluindo acesso a meios modernos de comunicação e informação, novas opções de subsistência e de treinamento e poderosos vetores do crescimento econômico. O aproveitamento dessas oportunidades necessitará um esforço sustentado para conectar as comunidades que permanecerem “fora da grade”.
- 119.** A produção e uso de energia, entretanto, vêm com custos significativos, variando da mudança climática à segurança energética e degradação ambiental. Há múltiplas opções para enfrentá-los, as mais significativas incluem o desenvolvimento e a ampla penetração de fontes renováveis e aperfeiçoamentos na eficiência energética. Ambos têm visto um grande aumento nos últimos anos, auxiliado por novos programas governamentais e investimentos significativos. De acordo com a Bloomberg New Energy Finance, por exemplo, 2011 apresentou um recorde de \$206 bilhões em investimento total em energia limpa - cinco vezes o total obtido há apenas sete anos. Isso inclui um aumento no investimento total em energia solar para \$136 bilhões. Ao mesmo tempo, na última década, a intensidade energética das economias mundiais continuou em queda. Não obstante estes avanços, o setor energético continua enfrentando grandes desafios em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.
- 120.** Para abordar a questão do acesso à energia, bem como os aperfeiçoamentos na eficiência energética e a introdução mais rápida da energia renovável, o Secretário-Geral encabeçou uma nova iniciativa: “Energia Sustentável para Todos”. Ela estabelece três metas a serem atingidas até 2030: acesso universal a serviços modernos de energia, dobrar a taxa de aperfeiçoamento de eficiência energética e dobrar a parcela de energia renovável na matriz de energia global.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 20

- 121. Os governos devem trabalhar em conjunto com as partes interessadas para assegurar o acesso universal à energia sustentável de custo acessível até 2030, bem como buscar dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética e da parcela de energia renovável na matriz de energia global. Os governos e organizações internacionais devem promover tecnologias de economia de energia e energia renovável mediante o incentivo à pesquisa e desenvolvimento e investimento neste sentido.**

QUADRO 9: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA E REDUÇÃO DE EMISSÕES

O gasoduto submarino Nord Stream de 1.224 km, que passa através cinco zonas econômicas na região báltica, transportará gás natural da Federação Russa diretamente para 26 milhões de domicílios europeus; contribuirá também para a redução das emissões de dióxido de carbono quando substituir o carvão. Sua primeira perna foi inaugurada em novembro de 2011.

O Nord Stream atende às normas ambientais internacionais na implementação do projeto do gasoduto e observa os requisitos ambientais, marítimos e legais nacionais e internacionais, incluindo a Convenção sobre a Avaliação do Impacto Ambiental em um Contexto Transfronteiriço (Espoo, 1991). A Nord Stream pretende investir aproximadamente 40 milhões em seus programas de monitoramento ambiental e social e está comprometida em compartilhar os seus dados de pesquisa existentes com a Comissão Báltica de Proteção do Ambiente Marinho. Os dados coletados durante os programas de monitoramento servirão de insumos para o Plano de Ação no Mar Báltico da Comissão, que visa restaurar a boa condição ecológica do ambiente marinho báltico até 2021.

Fonte: Nord Stream (www.nord-stream.com)

4. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

- 122.** A inovação e tecnologia serão essenciais para promover o desenvolvimento sustentável. As tecnologias modernas de informação e comunicações oferecem um exemplo particularmente destacado. Em regiões remotas, redes de celulares possibilitam o uso de “dinheiro móvel”, permitindo que os pequenos empresários tenham acesso a maiores mercados e dão aos agricultores informações meteorológicas atualizadas que ajudam na conservação da água e maior produtividade da safra. Telefones móveis podem também distribuir alertas prévios que salvam vidas durante episódios meteorológicos extremos, como furacões e inundações.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

123. Da mesma forma, o uso de tecnologias de informação e de comunicações pode melhorar a prestação de serviços de saúde, por exemplo, ao permitir o fornecimento de telemedicina, pela qual médicos possam atender aos pacientes remotamente, ajudando os pobres a economizar o dinheiro que de outra forma teriam que gastar no trajeto até as clínicas. Enquanto isto, as plataformas de dados abertas estão resultando em melhorias imprevistas na transparência dos setores público e privado, levando a mais compartilhamento de conhecimentos e melhores decisões, inclusive sobre o gerenciamento de recursos naturais.
124. Hoje, mais de 5 bilhões de pessoas (80% da população mundial) têm acesso a redes de telecomunicações. Embora tenha havido progresso acelerado nas últimas décadas, com quatro de cada cinco conexões de telefonia móvel sendo realizadas no mundo em desenvolvimento, dois terços da população mundial (quase toda em países em desenvolvimento) ainda não têm acesso à internet e uma mulher em um país de renda baixa a média tem 21% menos probabilidade que um homem de possuir um telefone móvel. Muitas áreas rurais em países em desenvolvimento não têm nem sinal de telefone.
125. Apesar de a “revolução da conectividade” ter sido conduzida até agora pelo setor privado, os governos quase que certamente precisarão se envolver mais para resolver o problema de áreas não atendidas e de custos razoáveis, bem como o desenvolvimento de aplicações e conteúdos locais, para impedir que novas tecnologias de comunicações se tornem novos vetores de desigualdade. Com as políticas certas implementadas, novas tecnologias de comunicações podem resultar em benefícios em múltiplas frentes, incluindo oportunidades educacionais e econômicas para populações mal servidas e a disseminação de práticas sustentáveis, bem como agir como catalisador para empreendedorismo e o crescimento de pequenas e médias empresas – o motor de criação de empregos na economia de hoje.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

QUADRO 10: REDE INTELIGENTE 'RED ELÉCTRICA'

A eletricidade não pode ser armazenada em grandes quantidades e, portanto, a produção deve sempre acompanhar o consumo de maneira precisa e instantânea, precisando manter um equilíbrio constante. A função da empresa espanhola Red Eléctrica, como única agente de transmissão, gerenciadora da grade de transmissão e operadora do sistema elétrico espanhol, consiste em assegurar que a produção planejada nas usinas elétricas corresponda a todos os momentos à demanda real dos consumidores. Se houver uma diferença entre as duas, ela envia as instruções apropriadas às usinas elétricas para aumentar ou reduzir sua produção.

Utilizando tecnologia de última geração e comunicações em tempo real com as estações de geração, a Red Eléctrica acompanha a demanda por energia em tempo real, capturando os dados necessários para operar o sistema elétrico sob condições seguras e gerenciando a disponibilidade das usinas elétricas, as restrições da grade de transmissão e os intercâmbios internacionais (com a França, Portugal e Marrocos). Realiza também previsões anuais da evolução da demanda de energia para redigir planos de desenvolvimento da grade de transmissão para os anos futuros. Os serviços de ajuste ajudam a alinhar os programas de produção aos requisitos de qualidade, confiabilidade e segurança do sistema energético.

Olhando para o futuro, a Red Eléctrica tem a capacidade de integrar com segurança uma crescente quantidade de energia renovável (até 60% da demanda total). Mais de 300.000 GWh de energia renovável, fornecidos em sua maioria por energia eólica, foram integrados à grade espanhola nos últimos cinco anos. A segurança e a qualidade do fornecimento dependem de um investimento sustentado no aperfeiçoamento da confiabilidade da grade de transmissão, incluindo a crescente função da tecnologia da informação e das comunicações.

Fonte: Red Eléctrica de España, S.A. Mais informações disponíveis em <http://www.ree.es/ingles/home.asp>.

- 126.** Um maior número de tecnologias será desenvolvido e penetrará mais profundamente por meio da cooperação internacional. Existem alguns esforços nesse sentido, apesar de haver um espaço considerável para melhoria. Em Cancun, México, e Durban, África do Sul, no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, os governos designaram o Centro e Rede de Tecnologia Climática para desenvolver e promover a difusão de tecnologias ambientalmente saudáveis. O Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional é uma parceria global que congrega organizações de pesquisa para agricultura sustentável, realizada por 15 centros, em colaboração com centenas de organizações parceiras. O agrupamento dos recursos – humanos e financeiros – permite fazer mais para superar os desafios globais atuais.

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 21

- 127. Os governos devem trabalhar com as partes interessadas para prover aos cidadãos, especialmente àqueles que se encontram em áreas remotas, acesso às tecnologias, incluindo redes universais de telecomunicações e banda larga, até 2025.**

Recomendação 22

- 128. Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem ser estimulados a participarem da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável orientado à inovação e à tecnologia em uma maior escala, melhorando a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento e aproveitando integralmente as funções potenciais desempenhadas por tecnologias visam reduzir o impacto sobre clima ao lidar com a mudança climática global e ao desenvolver uma economia ecológica. Os acordos obtidos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em Cancun e Durban representam um bom passo nessa direção.**

F. CONSTRUIR RESILIÊNCIA

1. SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

- 129.** Como qualquer grande processo de transição, a mudança global em direção ao crescimento verde e desenvolvimento sustentável implicará mudanças estruturais tanto na economia quanto na sociedade, criando, como consequência, tanto oportunidades quanto novas restrições. As redes de proteção e segurança social são ferramentas essenciais para minimizar as dificuldades durante estes períodos e têm um papel de protagonismo na construção da resiliência de maneira mais ampla em um momento de maior risco - seja em consequência da mudança climática, da escassez de recursos, da instabilidade financeira ou dos picos nos preços de alimentos e outros bens básicos.
- 130.** Na melhor das hipóteses, os sistemas de proteção social não atuam apenas como trampolins para incentivar o trabalho e capacitar as pessoas a retomar vidas produtivas em meio a estes desafios, mas podem também ajudar a construir Estados eficazes - ao aprofundar o contrato social entre os cidadãos e os Estados, que se encontra no âmago das questões de governança. Ao mesmo tempo, devem ser elaborados com cuidado

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

para que não ignorem segmentos da sociedade que não fazem parte das estatísticas nacionais de força de trabalho – algumas vezes homens, mas mais frequentemente mulheres, que trabalham no setor informal que é invisível e nem sempre incluído em esquemas de proteção social.

QUADRO 11: LEI NACIONAL MAHATMA GANDHI DE GARANTIA DE EMPREGO RURAL

A Lei Nacional Mahatma Gandhi de Emprego Rural é um programa de emprego conduzido pela demanda e centralizado nas pessoas que proporciona segurança de subsistência aos indianos da zona rural por meio de um processo de governança descentralizado e participativo baseado no direito subjetivo. É hoje a maior rede de proteção social do mundo, com 34 milhões de domicílios tendo se beneficiado até a presente data.

O Programa funciona oferecendo uma garantia legal de 100 dias de emprego a cada ano a cada membro adulto de cada domicílio rural, com um salário mínimo definido que é garantido por lei federal. Parte da eficácia do programa é que ele é dirigido pela demanda – todo cidadão que pedir o emprego recebe o emprego dentro de 15 dias da apresentação do pedido. O programa também tem uma abordagem de baixo para cima, sendo que o planejamento e a implementação são realizados em nível local e todo o poder decisório é delegado para a assembleia do vilarejo. Até hoje, 1,44 bilhão de pessoas-dias de emprego foram fornecidos sob o programa.

No processo, o programa cria ativos rurais sustentáveis e melhora a restauração ecológica, baseada nas obras escolhidas pelas comunidades rurais. Muitas vezes estas obras têm consequências positivas para o meio ambiente: mais que 50% das obras escolhidas estão relacionadas à conservação da água (tais como microirrigação ou renovação de corpos d'água), enquanto que mais que 15% das obras escolhidas estão relacionadas à restauração ecológica e às atividades de reflorestamento em nível local.

Fonte: Governo da Índia, Ministério de Desenvolvimento Rural. Mais informações disponíveis em www.nrega.nic.in.

- 131.** A Organização Internacional do Trabalho tem promovido quatro elementos mínimos como elementos essenciais para a proteção social. Eles representam as metas de aspiração cuja consecução muitos países continuam a buscar, apesar de poucos a terem atingido:
- a. todos os residentes devem ter acesso, e a proteção financeira necessária, a um conjunto nacionalmente definido de serviços de saúde essenciais, incluindo saúde materna;

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

- b. todas as crianças devem viver acima do nível da linha de pobreza definida no país, quando necessário por meio de benefícios familiares/ infantis voltados a facilitar o acesso à nutrição, educação e saúde;
 - c. todos os que estiverem em grupos etários ativos que não tiverem a capacidade de obter renda suficiente nos mercados de trabalho devem desfrutar de uma garantia de renda mínima através de assistência social, esquemas de transferência social ou esquemas de garantia de emprego;
 - d. todos os residentes idosos e deficientes devem ter garantia de renda no mínimo no nível da linha de pobreza definida no país, mediante pensões mínimas para idosos e deficientes.
132. Os sistemas de proteção social podem assumir diversas formas, variando de transferências em dinheiro e em espécie a esquemas de garantia de emprego (consulte o Quadro 11), seguro meteorológico para agricultores, programas de nutrição de mães e filhos e programas de merenda escolar. Pelo fato de serem especificamente dirigidos, estes programas são muito mais acessíveis para os países em desenvolvimento do que alternativas como subsídios para alimentos ou combustíveis, que tendem a ser ineficientes, desnecessariamente dispendiosos, além de gerar distorções em seus impactos econômicos mais amplos.

Recomendação 23

133. **Os países devem trabalhar para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso às redes básicas de segurança mediante esforços nacionais apropriados e do fornecimento de capacidades, fundos e tecnologias apropriadas.**

2. REDUÇÃO E ADAPTAÇÃO AO RISCO DE DESASTRES

134. Um aspecto particularmente importante da adaptação é a resiliência: a capacidade de lidar com a mudança climática e os desastres naturais, particularmente aqueles associados a secas, aumento no nível do mar, aumento das temperaturas e episódios climáticos extremos. A redução do risco de desastres é muito mais do que o gerenciamento de emergências – ao contrário, para ser totalmente eficaz, ela deve estar integrada a todos os setores de desenvolvimento e cobrir tanto medidas para evitar desastres quanto medidas para mitigar os danos quando

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

ocorrerem. Isto é particularmente crucial nos mais vulneráveis, como os que estão na África, nos pequenos países insulares em desenvolvimento, nos países menos desenvolvidos e nos países em desenvolvimento sem acesso ao mar.

- 135.** A atenção global para a redução do risco de desastres tem aumentado de maneira constante nos últimos anos. O Marco de Ação de Hyogo sobre redução de riscos de desastres é uma referência especialmente importante nos esforços para auxiliar as nações e comunidades a se tornarem mais resistentes a desastres e a enfrentar melhor os riscos que ameaçam o desenvolvimento. A grande maioria (97%) dos amplos relatórios de perda por desastres está relacionada ao clima. Apesar do total de óbitos ter reduzido significativamente em comparação com a tendência de aumento na população, os custos econômicos têm geralmente aumentado, atingindo um número anual de mais que \$200 bilhões, com o maior custo em 2005 (o ano do Furacão Katrina). O Quadro Global da Organização Meteorológica Mundial para Serviços Climáticos parece ser promissor como um exemplo de uma nova ferramenta em desenvolvimento para abordar a falta de avaliações quantitativas e regularmente atualizadas de riscos relacionados ao clima.

Recomendação 24

- 136. Os governos devem elaborar e implementar políticas para gerenciar os impactos econômicos e sociais da transição e fortalecer a resiliência - particularmente mediante programas e políticas dirigidos de proteção social e pelo aumento da capacidade humanitária de lidar com o crescente estresse ambiental e os choques potenciais, onde apropriado.**

Recomendação 25

- 137. Os governos e organizações internacionais devem acelerar seus esforços para produzir avaliações regionais de exposição e vulnerabilidade e estratégias apropriadas de precaução para prevenir impactos adversos sobre sistemas sociais e naturais que estejam totalmente concentrados nas necessidades das pessoas, com prioridade às necessidades especiais da África, países em desenvolvimento que sejam pequenas ilhas, países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento sem acesso ao mar.**

Capacitar as pessoas para fazerem escolhas sustentáveis

Recomendação 26

- 138. Os governos e organizações internacionais devem aumentar os recursos alocados à adaptação e redução de riscos de desastres e integrar o planejamento para resiliência em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento.**

IV. Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

INTRODUÇÃO

139. Para atingir a sustentabilidade, é necessária uma transformação da economia global. Arranjos marginais não são suficientes. A crise econômica global atual, que levou muitos a questionarem o desempenho da governança econômica global existente, oferece uma oportunidade para uma reforma profunda e uma mudança decisiva em direção ao crescimento verde, que contribui para o desenvolvimento sustentável, não apenas no sistema financeiro, mas também na economia real.
140. Mas o desafio é muito mais complexo do que simplesmente aumentar o crescimento como uma maneira de sair da crise econômica. Apesar de a retomada do crescimento ser, de fato, essencial – para reduzir o desemprego, ajudar bilhões de pessoas a saírem da pobreza, dar maiores oportunidades para mulheres e gerar os recursos necessários para esquemas de proteção social – a realidade da exclusão social e das restrições ambientais significa que este processo de aumentar a prosperidade está arriscado a se tornar uma vítima de seu próprio sucesso, a menos que seja baseado em um crescimento genuinamente verde.
141. O crescimento verde tem o potencial para ser um motor para o desenvolvimento sustentável integral. Portanto, enquanto a energia permanecer sendo a seiva da economia, o crescimento verde estará relacionado à promoção da energia a partir de fontes de baixo carbono e renováveis e assegurar que ela seja usada de maneira eficiente. Onde trajetórias de crescimento tradicionais estiverem muito inclinadas para interesses de curto prazo, o crescimento verde se propõe explicitamente a dar uma visão de longo prazo. Enquanto que os antigos padrões de crescimento deixavam os custos sociais e ambientais fora dos mecanismos de precificação, o crescimento verde busca ativamente incluí-los, de modo que os preços enviem sinais precisos. E enquanto o crescimento tradicional não se importa com o destino do investimento, contanto que os retornos financeiros sejam satisfatórios, o crescimento verde está muito preocupado em garantir que os financiamentos sejam usados para estabelecer as fundações para um maior desempenho de desenvolvimento sustentável no futuro.
142. Melhorar a inclusão social exige a promoção de empregos decentes para mulheres, jovens e pobres. Os estudos têm mostrado que os países são mais prósperos e suas economias mais competitivas quando a diferença entre os gêneros é menor e os jovens e os pobres têm acesso

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

à educação e a assistência médica e a participação econômica e política são totalmente asseguradas. A presente seção estabelece quatro áreas principais para a ação das políticas: (a) incorporar os custos sociais e ambientais na regulamentação e precificação de produtos e serviços, bem como abordar as falhas de mercado (§§ 143-163); (b) criar um roteiro de incentivo que valorize cada vez mais os objetivos de longo prazo (§§ 164-180); (c) estabelecer parcerias para alavancar novos investimentos (§§ 181-197); e (d) estabelecer um arcabouço comum para medir o progresso (§§ 198-202).

A. INCORPORAR CUSTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS: REGULAMENTAÇÃO E PRECIFICAÇÃO PARA REFLETIR AS EXTERNALIDADES

- 143.** A maioria dos produtos e serviços vendidos atualmente deixa de assumir o custo total de produção e consumo. Estes tipos de externalidades negativas são comuns em virtualmente todas as áreas de atividade econômica e, quando se permite que eles não sejam corrigidos, eles podem levar a falhas de mercado.

Um componente-chave de qualquer economia sustentável é um sistema de precificação e regulatório que reflita o custo total dos ativos, bens e serviços.

- 144.** Um componente-chave de qualquer economia sustentável é um sistema de precificação e regulatório que reflita o custo total dos ativos, bens e serviços. Apesar de os mercados e o setor privado serem vetores importantes de mudanças, os governos têm um papel essencial a desempenhar no estabelecimento de políticas e sinais de preço por meios comerciais e não comerciais.
- 145.** As decisões de compras e investimentos que são tomadas diariamente por milhões de empresas e bilhões de indivíduos estão na vanguarda do desenvolvimento sustentável e, à medida que cresce o tamanho da “classe média global”, aumenta também a necessidade de que seu consumo seja sustentável.

1. PRECIFICAÇÃO DE CARBONO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

146. Os preços dos combustíveis fósseis sempre deixam de incluir as externalidades negativas, tais como a mudança climática e a poluição do ar, associadas à produção e queima destes combustíveis. A precificação do custo total tem o poder de corrigir isto. Ao captar e esclarecer os custos reais dos bens e serviços para a sociedade e o meio ambiente, as empresas e consumidores podem encontrar maneiras de prevenir problemas em primeiro lugar, por meio de práticas sustentáveis como prevenção à poluição, eficiência energética e uso de energia renovável.
147. Um número crescente de governos já está começando a reformar os preços. Em particular, alguns começaram a precificar o carbono, seja por meio de tributação ou de comércio de emissões. A precificação direta e indireta do carbono é uma parte essencial de qualquer solução de mudança climática - levando a menores emissões não apenas incentivando a conservação, eficiência e gerenciamento pelo lado da demanda, mas também ajudando a tornar fontes alternativas de energia mais competitivas com fontes altamente poluentes. Um imposto sobre o gás de efeito estufa mais relacionado à energia, o dióxido de carbono, seria outro meio economicamente eficiente de abordar as externalidades. Isto deve ser feito de maneira a não penalizar os pobres.

QUADRO 12: USO DAS FERROVIAS E TAXAS PARA VEÍCULOS NOS ALPES: VISANDO AO TRANSPORTE SUSTENTÁVEL DE PRODUTOS

Para proteger o meio ambiente sem causar ônus sobre os fluxos comerciais, a Suíça adotou uma ambiciosa política de transporte estimulando fortemente o transporte de produtos por ferrovia em vez de rodovias. Duas medidas se destacam: a construção de um sistema de novos trilhos e túneis (o mais longo tem 57 km), a nova ligação ferroviária através dos Alpes, que reduz bastante o tempo necessário para a viagem através da Suíça na direção norte-sul e, conseqüentemente, facilita atravessar os Alpes por ferrovia; e a introdução de uma taxa para veículos pesados relacionada ao desempenho, que é imposta a virtualmente todos os caminhões que pesem mais de 3,5 toneladas transportando produtos na e através da Suíça. O valor cobrado é baseado na quilometragem coberta, no peso bruto total do veículo e na categoria de emissão do veículo (“Euro class”). Dois terços da renda gerada vão para as autoridades federais, que a usam principalmente para financiar a construção e a manutenção de uma rede ferroviária eficiente, portanto, facilitando ainda mais a troca do poluente transporte rodoviário para o mais ecológico transporte ferroviário.

Deve-se destacar que esta política não foi imposta de cima para baixo, mas foi testada nas urnas. Tanto a construção da nova ligação ferroviária quanto a introdução de uma taxa para veículos pesados foram apoiadas pelo povo suíço em referendos populares.

Fonte: BLS AG Infrastruktur. Mais informações disponíveis em <http://www.bls.ch/e/infrastruktur/neat-konzept.php>.

148. Os governos podem também instituir mecanismos inovadores baseados no mercado para criar incentivos para que as empresas se voltem para padrões mais sustentáveis de produção e obtenham uma visão de lucratividade a mais longo prazo.
149. Os atores públicos e privados também estão cada vez mais reconhecendo o valor dos serviços ecossistêmicos, tais como fertilidade do solo, qualidade da água, decomposição dos resíduos e sequestro de carbono. A Avaliação Ecológica do Milênio de 2005 e o relatório da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade de 2009 foram úteis na definição e valoração dos serviços valiosos que os sistemas naturais prestam bem como para aumentar a conscientização a seu respeito. É provável que este progresso seja crucial não apenas para reduzir a velocidade de destruição das florestas do mundo, mas também para certificar que aumentos vitais na produção agrícola não ocorram à custa da saúde do ecossistema.

QUADRO 13: O CRESCENTE USO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES

Os sistemas de comércio de emissões “*cap and trade*” (limitar e negociar) permitem que o dano ambiental seja refletido nos preços de mercado. Ao estabelecer um teto para as emissões, eles garantem que o nível desejado de redução nas emissões seja atingido e, ao permitir a negociação, dão aos negócios a flexibilidade para encontrar as soluções mais baratas, ao mesmo tempo em que recompensam o investimento em tecnologias de baixo carbono e inovação.

Os sistemas *cap and trade* funcionam estabelecendo um teto para o total de emissões de dióxido de carbono das fábricas ou países cobertos. As permissões de emissões são então criadas e formam uma moeda de troca comum, sendo que uma permissão dá a seu proprietário o direito legal de emitir uma tonelada de dióxido de carbono. Quando as emissões reais das empresas ou países estiverem abaixo do teto legal, eles podem vender suas permissões para atores cujas emissões estão acima do teto – possibilitando, portanto, que obtenham lucro com as suas economias de carbono.

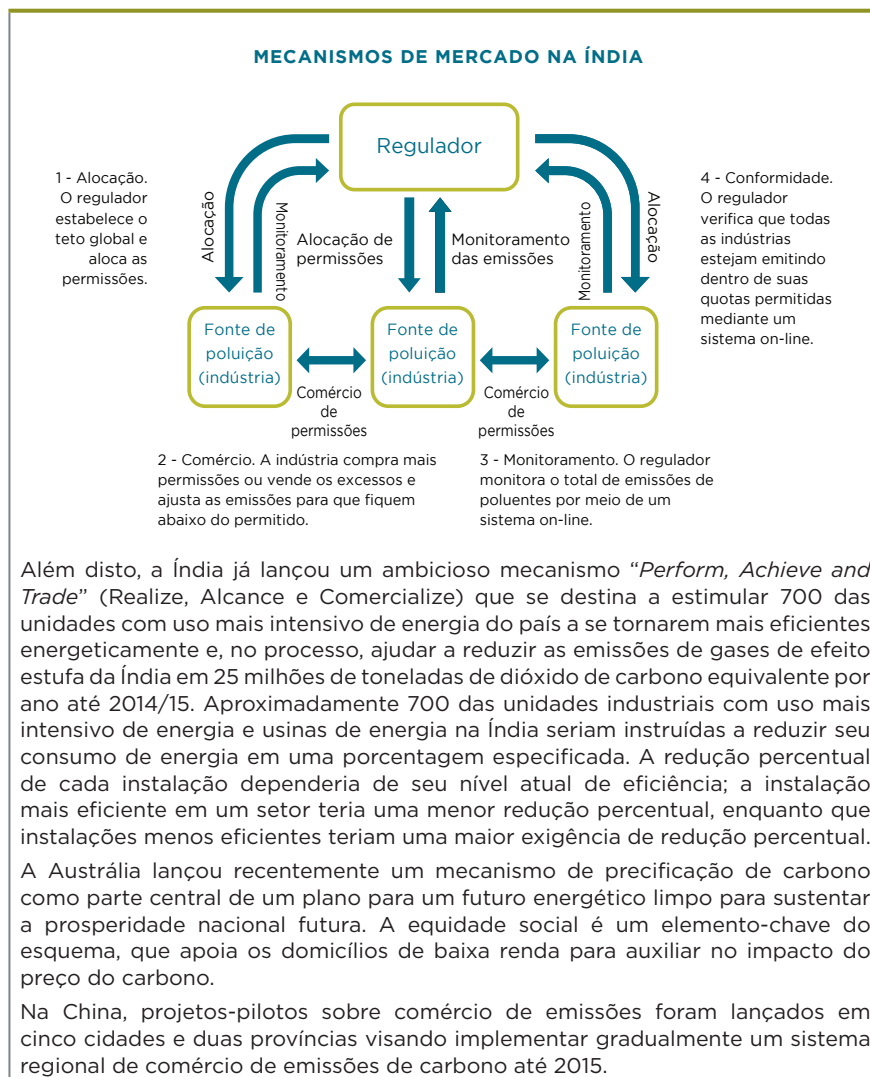
Os sistemas *cap and trade* já estão implementados na União Europeia, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e em diversos estados do nordeste dos Estados Unidos. Eles estão também sendo desenvolvidos e implementados na Austrália, China, Índia e República da Coreia, bem como na Califórnia e em algumas províncias canadenses, e discutidos no Japão e em outros locais.

Quando as permissões de emissões forem alocadas por meio de leilão, como ocorre parcialmente no esquema de comércio de emissões da União Europeia e no sistema da Iniciativa Regional de Gases de Efeito Estufa no nordeste dos Estados Unidos, eles apresentam uma fonte de receita importante que pode ser usada para financiar ações ligadas ao clima ou outros bens públicos.

O sistema de comércio de emissões da União Europeia, lançado em 2005, é o maior sistema de *cap and trade* e cobre as emissões de dióxido de carbono de aproximadamente 11.500 instalações em toda a Europa e aproximadamente 40% das emissões de gases de efeito estufa da União Europeia. O teto no âmbito da União Europeia para 2008-2012 chega a 2,081 bilhões de permissões por ano. O uso dos créditos de compensação provenientes de países fora da União Europeia (inclusive do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outras fontes) é permitido, sujeito a limites quantitativos e qualitativos, tornando o sistema de comércio de emissões da União Europeia o principal vetor do mercado de carbono internacional e proporcionando um incentivo claro para ação.

A Índia está trabalhando em um esquema de comércio de emissões para os principais poluentes locais em três grandes estados como uma nova abordagem à regulação ambiental no país. Um projeto piloto foi lançado em três estados.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável



Fontes: Comissão Europeia e Governo da Índia. Mais informações disponíveis em http://ec.europa.eu/clima/policies/ets/index_en.htm e <http://moef.nic.in/modules/others/?f=mfes>.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

- 150.** Os esquemas para criar pagamentos por serviços ecossistêmicos já estão sendo implementados em todo o mundo como uma maneira de dar incentivos para conservar a biodiversidade, reduzir o desmatamento, restaurar florestas, proteger bacias hidrográficas ou reduzir a erosão do solo, ao mesmo tempo em que estimulam o crescimento econômico e reduzem a pobreza. Os exemplos incluem:
- a. em nível nacional, o Conservation Reserve Programme dos Estados Unidos, o programa Grain for Green da China, o esquema Green Water Credits do Quênia e o esquema National Forest Commission do México;
 - b. em nível regional, os esquemas agroambientais e ambientais-florestais da União Europeia (chegando a € 2 bilhões por ano);
 - c. em nível internacional, a redução das emissões do programa de desmatamento e degradação de florestas (REDD-plus).

2. REDUÇÃO DE SUBSÍDIOS INEFICAZES

- 151.** Na maioria dos países, a precificação incompleta das externalidades é exacerbada pela tendência dos governos em subsidiar setores da economia que criam externalidades negativas. Três dos setores mais fortemente subsidiados do mundo são a agricultura, energia e pesca. Em 2009, os governos ao redor do mundo gastaram um valor estimado em \$312 bilhões subsidiando o consumo de combustíveis fósseis e mais \$100 bilhões subsidiando a produção de combustíveis fósseis. No mesmo ano, apenas os países da OCDE gastaram \$384 bilhões subsidiando a produção e o consumo agrícola.

QUADRO 14: BOLSA VERDE

Bolsa Verde é um programa nacional brasileiro dentro do Plano Brasil Sem Miséria para a erradicação da pobreza. O programa distribui fundos adicionais às famílias que vivem em extrema pobreza que se comprometem a promover a conservação ambiental nas áreas em que vivem e trabalham. O programa inclui pagamentos diretos trimestrais e capacitação ambiental em gerenciamento florestal. Em seus estágios iniciais, o Bolsa Verde visa beneficiar quase 73.000 famílias de pequenos agricultores e outras comunidades tradicionais que vivem em unidades de conservação e assentamentos de reforma agrária que contenham importantes recursos florestais.

Fonte: Governo do Brasil

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

- 152.** Estes subsídios não são apenas caros; eles também distorcem os mercados comerciais, prejudicam o meio ambiente, aumentam as emissões de gases de efeito estufa e reduzem o alívio da pobreza. De acordo com a Agência Internacional de Energia, apenas 8% dos subsídios ao consumo de combustíveis fósseis em 2010 chegaram aos 20% mais pobres da população.
- 153.** Apesar de os Governos do G-20 terem tido algum progresso no reconhecimento do custo desses subsídios, muito mais poderia ter sido alcançado com uma ação de maior alcance. As reduções dos subsídios de combustíveis fósseis reduziram substancialmente a diferença de preço entre energia renovável e fontes de energia com uso mais intensivo de carbono. A Agência Internacional de Energia estima que os efeitos da eliminação gradual dos subsídios a combustíveis fósseis até 2020 incluiriam:
- a. uma queda de 5% na demanda por energia primária global até 2020 - equivalente ao consumo de energia atual da Austrália, Japão, Nova Zelândia e República da Coreia combinados;
 - b. uma queda na demanda global por petróleo de 6,5 milhões de barris por dia até 2020, predominantemente no setor de transporte - equivalente a aproximadamente 1/3 da demanda atual por petróleo dos Estados Unidos;
 - c. uma redução das emissões de dióxido de carbono de 6,9% (2,4 gigatoneladas) até 2020, equivalente às emissões atuais da França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte combinadas.

Com os governos em todos os lugares sob crescente pressão para reduzir as despesas públicas, há uma oportunidade política sem precedentes para reduzir ou eliminar os subsídios perversos que deixam de refletir o valor econômico de recursos naturais e sociais.

- 154.** Com os governos em todos os lugares sob crescente pressão para reduzir as despesas públicas, há uma oportunidade política sem precedentes

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

para reduzir ou eliminar os subsídios perversos que deixam de refletir o valor econômico de recursos naturais e sociais.

- 155.** Isso precisa ser feito de maneira que não penalize os pobres, especialmente quando os produtos ou serviços em questão forem produtos essenciais básicos. Deve-se considerar cuidadosamente a sequência da redução dos subsídios: os subsídios dos quais os pobres dependem menos devem ser reduzidos em primeiro lugar, acompanhados por apoio dirigido aos mais pobres e mais vulneráveis, onde necessário.

3. COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

- 156.** Os governos também podem modificar os sinais de preço pela adoção de políticas de compras públicas sustentáveis. Os governos são os maiores consumidores em uma economia. Em média, o setor público gasta entre 45 e 65% do seu orçamento em compras públicas. Isto representa de 13 a 17% do PIB em países de alta renda e ainda mais em outros locais. Esta despesa pode ser usada para estabelecer normas específicas sociais e ambientais para produtos e serviços comprados e pode proporcionar um mercado suficientemente grande para possibilitar economias de escala.

... Os governos podem exercer uma grande influência sobre o setor privado, estimulando as empresas a investirem no desenvolvimento de novos produtos, darem nova forma a suas cadeias de valor e criarem mercados para novos produtos fora do setor público.

- 157.** Os recentes sucessos no uso de compras públicas sustentáveis têm demonstrado que os governos podem exercer uma grande influência sobre o setor privado, estimulando as empresas a investirem no desenvolvimento de novos produtos, darem novas formas a suas cadeias de valor e criarem mercados para novos produtos fora do setor público. Um exemplo é a política obrigatória de compras públicas de produtos verdes da República da Coreia (consulte o Quadro 15).

QUADRO 15: ESTRATÉGIA DE COMPRAS PÚBLICAS VERDES DA REPÚBLICA DA COREIA

O Governo da República da Coreia reconheceu a importância da compra de produtos e serviços como um importante meio de cumprir as metas da política nacional e introduziu um esquema obrigatório para aquisição de produtos ecológicos para instituições públicas em 2004 – baseado em um sistema de rotulagem ecológica anterior, introduzido em 1994.

A política de compras de produtos verdes fomenta a concorrência ambiental entre empresas para entrada no mercado e levou a um fortalecimento da responsabilidade ambiental, melhorou o preço e a qualidade e acelerou o desenvolvimento da tecnologia verde.

A escala de produção de produtos com rotulagem ecológica na República da Coreia também aumentou consideravelmente, de \$1,5 bilhão em 2004 para \$17 bilhões em 2009. Considerou-se que os produtos que as instituições públicas compraram por meio do serviço de compras públicas de 2004 a 2009 reduziram as emissões de dióxido de carbono em aproximadamente 2 milhões de toneladas, com benefícios econômicos totalizando aproximadamente \$27 milhões.

Fonte: Global Green Growth Institute

4. FONTES INOVADORAS DE FINANCIAMENTO

158. Outras fontes inovadoras de financiamento podem ser usadas em nível global, regional ou nacional como uma maneira de precificar as externalidades, bem como de gerar receita que possa ser usada para financiar outros aspectos da sustentabilidade. A reforma dos sistemas tributários para afastar a tributação do emprego e movê-la em direção ao consumo e ao uso de recursos pode ajudar a incentivar o crescimento mais ecológico e mais eficiente em relação aos recursos. As deduções tributárias para incentivar o comportamento sustentável também podem ser altamente eficazes.
159. Embora a aceitabilidade política das fontes inovadoras de financiamento e de novas medidas fiscais possa variar de país para país, como demonstram os esforços feitos no passado, nos últimos anos tem sido prestada atenção especial ao potencial desse tipo de abordagem ser usado em nível global. O Painel discutiu e concordou sobre a necessidade de explorar ainda mais novas áreas de fontes inovadoras de financiamento. Isto poderia ter como base, por exemplo, o trabalho do Grupo de Assessoria de Alto Nível do Secretário-Geral sobre o Financiamento para combater a Mudança

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

Climática. Em termos de fontes, diversas categorias foram identificadas pelo Grupo de Assessoria (consulte o Quadro 16).

- 160.** Diversos setores importantes da economia global atualmente não são tributados, apesar das externalidades que geram, que incluem emissões a partir da combustão de combustíveis fósseis nos setores marítimo e de aviação internacional. O imposto sobre o gás de efeito estufa mais relacionado à energia, o dióxido de carbono, seria outro meio economicamente eficiente de abordar as externalidades.

QUADRO 16: CÁLCULOS PELO GRUPO DE ASSESSORIA DE ALTO NÍVEL SOBRE FINANCIAMENTO PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA (AGF) DE FONTES DE FINANCIAMENTO INOVADORAS, ESTIMATIVAS DE 2020 (BILHÕES DE DÓLARES NORTE-AMERICANOS)

	Preço do carbono baixo	Preço do carbono médio	Preço do carbono Alto
1. Financiamento público para subvenções			
(a) Receitas do mercado público de carbono			
Leilões de créditos de carbono e leilões de esquemas de comércio de emissões	2-8	8-38	14-70
Tributos de compensação de	0-1	1-5	3-15
(b) Tributos sobre transporte internacional			
Marítimo	2-6	4-9	8-19
Aviação	1-2	2-3	3-6
(c) Receitas relativas ao carbono			
Imposto sobre carbono		10	
Encargo das transferências		5	
Retirada dos subsídios a combustíveis fósseis (compromissos do G-20)		3-8	
Redirecionamento dos royalties de combustíveis fósseis		10	
(d) Impostos sobre transações financeiras		2-27	
(e) Contribuições orçamentárias diretas		200-400	
2. Instrumentos de banco de desenvolvimento		Fator de alavancagem bruta x 3,5 (líquido x 1,1)	
3. Capital privado (fluxos brutos)		100-200	
4. Compensações do mercado de carbono	8-12	38-50	150

Fonte: Relatório do Grupo de Assessoria de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Financiamento para Combater a Mudança Climática, disponível em www.un.org/climatechange/agf.

Recomendação 27

- 161. Os governos devem estabelecer sinais de preço que valorizem a sustentabilidade para orientar as decisões de consumo e investimento dos domicílios, das empresas e do setor público. Particularmente, os governos podem:**
- a. estabelecer instrumentos de precificação dos recursos naturais e externalidades, incluindo precificação de carbono, por meio de mecanismos como tributação, regulação ou esquemas de comércio de emissões, até 2020;**
 - b. assegurar que o desenvolvimento das políticas reflita os benefícios positivos da inclusão de mulheres, jovens e pobres mediante sua contribuição e plena participação na economia e também contabilize os custos econômicos, ambientais e sociais;**
 - c. reformar os sistemas nacionais fiscais e de crédito para dar incentivos de longo prazo para práticas sustentáveis, bem como desincentivos para comportamentos insustentáveis;**
 - d. elaborar e ampliar esquemas nacionais e internacionais de pagamentos por serviços ecossistêmicos em áreas como uso de água, agricultura, pesca e sistemas florestais;**
 - e. abordar sinais de preço que distorcem as decisões de consumo e investimento de domicílios, empresas e do setor público e debilitam os valores da sustentabilidade. Os governos devem avançar no sentido de divulgar de maneira transparente todos os subsídios e devem identificar e eliminar aqueles subsídios que provoquem as maiores perdas dos recursos naturais, ambientais e sociais;**
 - f. eliminar gradualmente os subsídios a combustíveis fósseis e reduzir outros subsídios perversos ou os que distorcem o comércio até 2020. A redução dos subsídios deve ser realizada de maneira a proteger os pobres e facilitar a transição para os grupos afetados quando esses produtos ou serviços forem essenciais.**

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

Recomendação 28

- 162. Os governos, outras instituições públicas como universidades e organizações internacionais devem desenvolver critérios de desenvolvimento sustentável para suas compras, visando que nos próximos 10 anos as compras se tornem sustentáveis e eficazes em relação ao custo e devem emitir relatórios públicos anuais sobre seu progresso a partir de 2015.**

Recomendação 29

- 163. Os governos devem desenvolver normas para a produção e extração de recursos para apoiar a transição para uma economia global sustentável. Devem ainda estimular a ampla adoção e incorporação pelas empresas de princípios voluntários de sustentabilidade derivados de acordos e convenções internacionais.**

B. CRIAR UM ROTEIRO DE INCENTIVOS QUE VALORIZE CADA VEZ MAIS OS OBJETIVOS DE LONGO PRAZO

1. RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

- 164.** As empresas em todo o mundo estão fazendo progressos na adoção de práticas empresariais responsáveis. Entretanto, ainda persistem lacunas sérias de implementação. O Pacto Global é uma iniciativa de políticas estratégicas estabelecida pelo Secretário-Geral para empresas que estão comprometidas com o alinhamento das suas operações e estratégias com 10 princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.
- 165.** Há vários outros esquemas voluntários dentro do setor privado que podem ajudar investidores, empresas e outras partes interessadas a medirem seu impacto ambiental e social. A Iniciativa Global de Apresentação de Relatórios (GRI) e o Comitê Internacional sobre Relatórios Integrados, por exemplo, apresentam um modelo para a apresentação dos relatórios empresariais sobre desempenho ambiental e social. O *Carbon Disclosure Project* apresenta informações a investidores e outras partes interessadas sobre os passivos de carbono das empresas. Algumas empresas recentemente lançaram suas primeiras contas de lucros e prejuízos ambientais, detalhando todo o custo econômico dos recursos naturais usados e dos efeitos ambientais provocados pelo fornecimento de produtos a clientes.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

166. Entretanto, a adoção destas medidas de apresentação de relatórios permanece limitada: atualmente, apenas 3% das empresas incluídas na lista Fortune 250 utilizam o sistema de relatórios integrados, que visa oferecer aos investidores e reguladores um único relatório abordando o desempenho global de uma empresa em relação a fatores econômicos, bem como práticas ambientais, sociais e de governança. Para que uma mudança real ocorra, a apresentação de relatórios obrigatórios deve ser considerada.
167. Os mercados de capital podem desempenhar um papel de protagonismo para impulsionar essa mudança, ao estimular as empresas a melhorarem seus relatórios. Na Turquia, recentes tentativas feitas pela Bolsa de Valores de Istambul de iniciar um índice de sustentabilidade apresentam um exemplo interessante de progresso nesta área (consulte o Quadro 17).

QUADRO 17: PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA NOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NA BOLSA DE VALORES DE ISTAMBUL

A Bolsa de Valores de Istambul e o Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável - Turquia lançou o Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Istambul. O objetivo do projeto é examinar as empresas registradas na Bolsa de Valores de Istambul em relação ao seu gerenciamento das questões de sustentabilidade e criar um índice que demonstrará a liderança das empresas turcas de capital aberto.

O Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Istambul busca proporcionar uma vantagem competitiva para as principais empresas turcas aumentando o perfil dos líderes de sustentabilidade. O projeto desenvolverá um índice das empresas registradas na Bolsa de Valores de Istambul para atuar como uma referência, estimulando e possibilitando as principais empresas da Turquia a concorrerem de maneira bem sucedida em um mundo no qual o desempenho corporativo ambiental e de governança social é necessário para o sucesso de longo prazo.

O Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Istambul é um projeto de diversas partes interessadas que desenvolve melhores práticas com a finalidade de lançar uma referência de sustentabilidade turca para as empresas registradas na Bolsa de Valores de Istambul e seus investidores.

Fonte: Índice de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Istambul. Mais informações disponíveis em http://www.isesi.org/ISESI__ENG/About_ISESI.html.

2. INCENTIVOS PARA INVESTIMENTOS DE MAIS LONGO PRAZO

- 168.** A transição para o desenvolvimento sustentável exigirá grandes quantidades de capital. Estimativas de diferentes fontes (Stern, PNUMA e OCDE) sugerem uma variação de 0,5 a 2,5% do produto interno bruto mundial por ano.
- 169.** Uma parte poderá vir do valor que os governos podem economizar dos quase \$1 trilhão em subsídios que pagam a cada ano. Outra parte poderá vir do redirecionamento de uma parte dos \$5 trilhões que eles gastam na aquisição de produtos e serviços anualmente. E ainda alguns recursos virão da assistência oficial ao desenvolvimento, atualmente estimada em \$130 bilhões por ano. Mas uma parte muito grande destes novos recursos virá de fontes de capital privado.
- 170.** Apesar de melhores relatórios corporativos de sustentabilidade poderem dar aos investidores melhores informações nas quais basearem suas decisões de investimento, eles não necessariamente mudarão a maneira pela qual eles próprios se comportam. Para que isto ocorra, é necessária uma revisão das responsabilidades fiduciárias dos investidores, particularmente à luz da recente crise financeira e da perspectiva endêmica de curto prazo do setor financeiro.
- 171.** O desenvolvimento sustentável exige investidores pacientes de mais longo prazo. A experiência tem demonstrado que parte da crise financeira atual no mínimo resultou de uma concentração excessiva de “curto-prazismo” e a exigência por investidores de resultados trimestrais. Isto abriu uma janela única de oportunidade para que a reforma financeira internacional e o desenvolvimento sustentável andem juntos.

Os governos precisam agir para estimular investidores institucionais, tais como fundos de pensão públicos e privados, a investirem por um prazo mais longo, uma consideração essencial para o desenvolvimento sustentável. No momento, eles são frequentemente impedidos de fazer isto pela legislação nacional relativa às suas “responsabilidades fiduciárias”.

- 172.** Os governos precisam agir para estimular investidores institucionais, tais como fundos de pensão públicos e privados, a investirem por um prazo mais longo, uma consideração essencial para o desenvolvimento

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

sustentável. No momento, eles são frequentemente impedidos de fazer isto pela legislação nacional relativa às suas “responsabilidades fiduciárias”.

173. Nós vimos recentemente o impacto das decisões das agências de classificação de crédito tanto sobre a dívida soberana quanto a dívida privada. Diversas instituições, lideradas pelo PNUMA, têm desempenhado papéis importantes no avanço da inclusão das considerações sobre desenvolvimento sustentável como um componente futuro de suas classificações.
174. Os fundos soberanos também são importantes neste sentido. O total do ativo destes fundos é atualmente de aproximadamente \$3 trilhões e espera-se que ele alcance entre \$6 trilhões e \$10 trilhões até 2013. Doze novos fundos soberanos foram estabelecidos apenas desde 2005. Misturando interesses comerciais e públicos/nacionais, esses veículos têm um potencial considerável para investir em longo prazo e, portanto, levar em conta as questões de sustentabilidade mais integralmente, bem como, em alguns casos, ter a sustentabilidade como um objetivo político distinto. O fundo de pensão do Governo Norueguês é um exemplo de melhor prática nesta área.
175. Estes tipos de práticas podem ser promovidos por meio de uma revisão do atual “código de boas práticas” para fundos soberanos – os Princípios de Santiago – que seria comparável a mudanças na governança de fundos de pensão públicos nacionais e internacionais para possibilitar que eles invistam de maneira responsável.
176. Doadores bilaterais, instituições internacionais, bancos de desenvolvimento e agências de crédito de exportação estão expostos a risco de fragmentação quando seus programas e políticas de desenvolvimento setorial não levam adequadamente em conta a perspectiva de desenvolvimento sustentável mais ampla. Promover ajustes econômicos pode ter fortes impactos sobre o meio ambiente e sobre questões sociais. Eles devem, portanto, se esforçar para uma abordagem holística ao desenvolvimento sustentável e monitorar as consequências de suas políticas adequadamente. Diversas iniciativas foram lançadas para desenvolver critérios para instituições de empréstimo, tais como as dos “Princípios do Equador”, que são baseadas nas Normas de Desempenho do International Finance Corporation em

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

sustentabilidade social e ambiental e nas diretrizes ambientais, de saúde e segurança do grupo do Banco Mundial. Estes e outros esforços podem ser modelos úteis para uma consideração mais ampla.

Recomendação 30

177. Os governos devem promover e incentivar a inclusão de critérios de desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimento e transações conduzidas por empresas, incluindo transações financeiras. Grupos empresariais devem trabalhar com os governos e agências internacionais para desenvolver uma estrutura para os relatórios de desenvolvimento sustentável e devem considerar o relatório obrigatório para as empresas com capitalizações de mercado acima de \$100 milhões.

Recomendação 31

178. As empresas devem buscar alinhar suas práticas de negócios aos princípios universalmente aceitos relativos a direitos humanos, mão de obra, sustentabilidade ambiental e combate à corrupção, tais como os estabelecidos no Pacto Global.

Recomendação 32

179. Devido à importância dos grandes fundos de capital privado e soberano para possibilitar a transição para o desenvolvimento sustentável, instamos as entidades abaixo a explorarem uma série de medidas para aplicação dos critérios de desenvolvimento sustentável, incluindo:

- a. conselhos de fundos soberanos e de fundos de pensão públicos nacionais e internacionais, bem como outras grandes instituições financeiras, em suas decisões de investimento;**
- b. governos ou reguladores do mercado de ações, para que adotem ou revisem regulamentos para estimular seu uso;**
- c. bolsas de valores, para que facilitem sua aplicação na análise de empresas e seus relatórios de conformidade;**
- d. governos, para que elaborem incentivos e criem um ambiente propício para que os conselhos de administração os considerem (dever de lealdade);**

- e. **governos e agências de classificação de crédito, para que os integre em suas respectivas avaliações de risco.**

Recomendação 33

- 180. **Os governos, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento internacionais devem aumentar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável e avaliar e monitorar adequadamente as consequências de suas políticas nas esferas social e ambiental. Bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais e agências de crédito de exportação devem aplicar critérios de desenvolvimento sustentável, ao considerarem os riscos do país.**

C. PARCERIAS PARA ALAVANCAR NOVOS INVESTIMENTOS

- 181. Apesar da importância contínua da assistência oficial ao desenvolvimento e de outros fundos do setor público, e da necessidade de aumentá-los, (em 2010, o total da assistência de desenvolvimento oficial dos países OCDE chegou a \$128,7 bilhões), fica claro que haverá enormes demandas financeiras também sobre o setor privado. As partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, nas negociações nos últimos anos, têm reconhecido a necessidade de maior financiamento – concordando em mobilizar \$100 bilhões de recursos públicos e privados por ano até 2020. Entretanto, esta é apenas uma parte do investimento necessário: a Agência Internacional de Energia estimou que apenas o investimento no setor energético necessitará trilhões de dólares nas próximas décadas para acompanhar a demanda.
- 182. Nos últimos anos, têm surgido diversas parcerias público-privadas inovadoras para reduzir riscos de investimento, otimizar o uso de fontes públicas e privadas de financiamento e para reunir recursos humanos e capacidades estratégicas. Há um crescente reconhecimento entre os profissionais de que estas parcerias podem desempenhar um papel essencial no aumento dos esforços de sustentabilidade tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Parcerias público-privadas estratégicas estão se tornando mais influentes na implementação de investimento em desenvolvimento sustentável. Nestas parcerias, os participantes concordam em cooperar no desenho de um programa estratégico em vez de em um projeto autônomo.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

Uma grande parte do desafio do desenvolvimento sustentável será gastar de maneira diferente, em vez de apenas gastar mais.

- 183.** Uma grande parte do desafio do desenvolvimento sustentável será gastar de maneira diferente, em vez de apenas gastar mais. Há uma sobreposição significativa entre muitas áreas nas quais o investimento é necessário: muitas despesas de adaptação climática devem ajudar na produtividade agrícola, por exemplo. Mesmo assim, permanece o fato de que proporcionar resultados de redução de pobreza e sustentabilidade no futuro será um processo caro e exigirá maior clareza em relação aos respectivos papéis dos setores públicos e privados.
- 184.** A prestação de serviços de infraestrutura e seus desafios de financiamento associados estão em uma área que exige atenção especial. Por exemplo, conforme o mundo se torna cada vez mais urbanizado, o investimento em infraestrutura para o crescimento econômico de longo prazo e desenvolvimento sustentável, tal como em energia, água e transportes, se tornará mais importante. Há várias áreas com potencial para promover e alavancar o investimento em infraestrutura.²

PARCERIAS COM MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E COMUNIDADES LOCAIS

- 185.** Uma área na qual o investimento público pode ser necessário ocorre em situações nas quais os investimentos necessários precisam ser concentrados na etapa inicial – por exemplo, quando as tecnologias sustentáveis reduzirão os custos operacionais, mas a recuperação dos gastos iniciais leva tempo ou quando o tempo é necessário para que outros instrumentos, tais como investimentos privados, possam gerar receitas suficientes. É importante equilibrar os custos e benefícios da concentração de gastos na etapa inicial a fim de evitar uma situação na qual os pobres tenham que assumir o ônus dessa concentração de gastos.

² Os ativos de infraestrutura podem ser definidos como o sistema de obras públicas em um país, Estado ou região, incluindo serviços como estradas, transmissão de energia e ferrovias. O financiamento pelo setor privado da infraestrutura pública normalmente é realizado na forma de financiamento de projetos com perspectiva de longo prazo.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

- 186.** Outra área na qual o investimento público pode ser essencial é a capacitação para ajudar os países em desenvolvimento a criar ambientes propícios para o mercado. Ao contrário dos investimentos fixos, estes tipos de investimento não são normalmente financiados por recursos privados, entretanto, oferecem altos índices de alavancagem, pois permitem muitos múltiplos nos fluxos de investimento privado tanto nacional quanto internacional.
- 187.** Acima de tudo, os investimentos públicos são essenciais para projetos que ofereçam altos retornos sociais, mas não apresentam retornos financeiros suficientes para investidores buscando lucros. Nestes casos, os governos podem tornar o projeto economicamente viável por meio de políticas como fornecimento de infraestrutura, partilha de riscos, financiamento da lacuna de viabilidade³ ou compromissos antecipados de compra.
- 188.** Uma área em particular onde as parcerias são cruciais é a promoção das micro, pequenas e médias empresas. Estas empresas são os vetores principais do crescimento, criação de renda e emprego. A função das pequenas empresas no desenvolvimento sustentável é, portanto, de suma importância.
- 189.** O acesso ao capital é um grande obstáculo no desenvolvimento das pequenas empresas, como são as lacunas na administração e o acesso limitado à tecnologia. Estima-se que, apesar da enorme expansão da indústria do microfinanciamento, muitas pequenas empresas ainda deixam de ter acesso ao crédito.
- 190.** O microfinanciamento pode ser eficaz no alívio da pobreza, ao capacitar os pobres mediante empréstimos a pequenas empresas, estruturas de empréstimo participativas em grupo e instituições seguras para economizar dinheiro. Tem também um papel de protagonismo na promoção das pequenas e médias empresas e na redução da vulnerabilidade dos pobres aos impactos da pobreza e da mudança climática.
- 191.** Os principais desafios são continuar e, se possível, acelerar o crescimento da indústria do microfinanciamento, para atingir pessoas cada vez mais pobres e remotas, especialmente em áreas rurais, e reduzir custos,

³ O financiamento da lacuna de viabilidade é mais comumente chamado de apoio financeiro ao setor público, na forma de concessões, a uma parceira privada em projetos de infraestrutura empreendidos por meio de parcerias público-privadas visando torná-las comercialmente viáveis.

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

aproveitando melhor as novas tecnologias eletrônicas. É também preciso que os principais atores do sistema financeiro, inclusive os bancos, se tornem muito mais ativos nos empréstimos às pequenas empresas.

- 192.** Por tempo demais, as parcerias foram vistas como uma tarefa para governos nacionais, organizações internacionais e, mais recentemente, mercados. Mas hoje não é possível atingir o progresso substantivo em desenvolvimento sustentável sem incluir os governos locais e as organizações comunitárias locais, tais como grupos de autoajuda de mulheres, à frente da agenda de desenvolvimento sustentável. Eles devem ser consultados, envolvidos e, em muitos casos, instados a executar políticas e parcerias de desenvolvimento sustentável.

Recomendação 34

- 193.** Os governos e empresas devem firmar parcerias estratégicas entre eles e as comunidades locais para efetuarem investimentos em desenvolvimento sustentável.

Recomendação 35

- 194.** Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem trabalhar juntos para criar incentivos para aumentar os investimentos em tecnologias sustentáveis, inovações e infraestruturas, inclusive mediante a adoção de políticas e metas que reduzam a incerteza dos investidores; a promoção de redes público-privadas para apoiar a pesquisa e desenvolvimento; a elaboração de esquemas de garantia de risco e o fornecimento de capital de risco e o financiamento inicial de empresas.

Recomendação 36

- 195.** Os governos devem usar o investimento público para criar ambientes propícios que catalisem financiamento adicional substancial do setor privado, por exemplo, mediante o fornecimento de infraestrutura, partilha de riscos, financiamento para cobrir os déficits de viabilidade ou compromissos antecipados de compra.

Recomendação 37

- 196.** Os governos devem buscar incentivar investimentos em desenvolvimento sustentável conformando os cálculos de investidores em relação ao

futuro particularmente por meio do maior uso de mecanismos de partilha de riscos e o aumento da certeza sobre o ambiente regulatório e de políticas de longo prazo. As medidas podem incluir metas para energia renovável ou conservação, redução de resíduos, conservação da água, acesso a mercados de carbono por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto ou perspectivas sustentadas para o financiamento público.

Recomendação 38

- 197. Os governos e o setor financeiro devem desenvolver parcerias inovadoras para proporcionar capacitação e maior acesso ao capital, como uma maneira de incentivar pequenas e médias empresas e permiti-las participar da nova economia sustentável.**

D. ESTABELECEER UM MARCO COMUM PARA MEDIR O PROGRESSO

- 198.** O produto interno bruto (PIB) tem dominado há muito tempo o pensamento econômico e tem sido o critério pelo qual são medidos o desempenho das economias nacionais e a eficácia dos políticos. Mas essa medida de sucesso tem sido cada vez mais desafiada por novos pensamentos – inclusive pelo Relatório Brundtland em 1987, o índice de desenvolvimento humano e a Comissão para a Medição de Desempenho Econômico e Progresso Social, estabelecida pelo Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e presidida por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. Os esforços em diversos países para incluir a felicidade e o bem-estar nos indicadores de progresso nacional também são medidas importantes.
- 199.** Apesar de a prosperidade material ser importante, ela ainda está longe de ser a única determinante do bem-estar. Conforme a Comissão para a Medição de Desenvolvimento Econômico e Progresso Social observou em seu relatório de 2009, indicadores puramente econômicos não dizem nada sobre se o bem-estar material é obtido à custa de impactos ambientais e sociais ou arriscando causar um estresse indevido sobre os recursos naturais.
- 200.** No lado ambiental da equação, há experiência considerável em relação a como medir o estado do meio ambiente, o grau de integridade do ecossistema e a dimensão do risco como resultado das tendências

Trabalhar rumo a uma Economia Sustentável

de negócios habituais, que podem ser incorporadas no índice de desenvolvimento sustentável ou no conjunto de indicadores de sustentabilidade. Os programas de PIB “verde” realizados pela Organização das Nações Unidas (Panorama Ambiental Global, relatórios bienais do PNUMA, e o relatório sobre a desvinculação do uso de recursos naturais e os impactos ambientais do crescimento econômico) e por diversos países, incluindo a Índia, os indicadores ambientais da OCDE, a Avaliação Ecosistêmica do Milênio, o estudo da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade e os estudos de pegadas ecológicas (tais como os do México), entre outros, são exemplos de como medir o grau de integridade do ecossistema.

Para desvincular a produção e o consumo do uso de recursos naturais e degradação ambiental, conceitos estreitos de PIB devem ser suplementados por índices ou indicadores que meçam o desenvolvimento sustentável.

- 201.** A transformação sistêmica da economia global que implica o desenvolvimento sustentável nos força a repensar o que nós queremos dizer com progresso e se o crescimento econômico é realmente a melhor maneira de medi-lo. Para desvincular a produção e o consumo do uso de recursos naturais e degradação ambiental, conceitos estreitos de PIB devem ser suplementados por índices ou indicadores que meçam o desenvolvimento sustentável. A identificação de um índice de desenvolvimento sustentável ou de um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável não deve ser usada como uma maneira de impor penalidades ou barreiras comerciais.

Recomendação 39

- 202.** Para medir os progressos alcançados no desenvolvimento sustentável, deve ser elaborado um índice de desenvolvimento sustentável ou um conjunto de indicadores até 2014. Para este fim, o Secretário-Geral deve indicar uma força tarefa técnica, incluindo as partes interessadas.

V. Fortalecimento da Governança Institucional

INTRODUÇÃO

- 203.** Como mostrado nas seções anteriores do presente relatório, o desenvolvimento sustentável depende de uma estrutura efetiva de instituições e processos decisórios nos níveis local, nacional, regional e global. Entretanto, na realidade, a norma é, frequentemente, uma de instituições fragmentadas estabelecidas em torno de um único tema; déficits tanto em termos de liderança quanto de espaço político; falta de flexibilidade na adaptação a novos tipos de desafios e crises; e uma falha em prever e planejar tanto os desafios quanto as oportunidades – todos os quais prejudicam não só a formulação de políticas como sua realização efetiva.
- 204.** Ao mesmo tempo, os atores envolvidos na governança são mais diversificados do que nunca. Os atores não estatais têm se tornado protagonistas em seu próprio direito e são adeptos ao uso de novas mídias e tecnologias de redes sociais para estabelecer agendas. As entidades do setor privado, entretanto, têm o poder de mobilizar vastos recursos, com efeitos tanto positivos quanto negativos sobre o desenvolvimento sustentável.
- 205.** As coalizões de atores estatais e não estatais estão, portanto, se tornando cada vez mais comuns na formulação de políticas e implementação – com base em um reconhecimento pragmático de que soluções efetivas frequentemente dependem de uma abordagem muito mais colaborativa e flexível. Um papel crucial para os governos e instituições estatais, além da legitimidade que elas conferem com exclusividade, vem a ser o de como estabelecer a agenda e criar estruturas de governança dentro das quais esta colaboração possa ocorrer de maneira construtiva.
- 206.** A presente seção examina aspectos de governança e coerência para desenvolvimento sustentável nos níveis nacional e global. Realça também a responsabilização de todos os atores para a consecução do desenvolvimento sustentável e muitas das recomendações apresentadas destinam-se a fortalecer a prestação de contas em todos os níveis decisórios. Mais particularmente, esta seção pede: (a) maneiras de melhorar a coerência e a responsabilidade nos níveis nacional e local (§§ 207-219); (b) maneiras de melhorar a coerência e a responsabilidade nos níveis regional e global (§§ 220-236); (c) um novo conjunto de metas globais de desenvolvimento sustentável (§§ 237-245); (d) um relatório periódico do panorama de desenvolvimento sustentável global para ligar

Fortalecimento da Governança Institucional

os pontos entre as questões e estimular a coerência interagência em nível internacional (§§ 246-255); e (e) um novo compromisso para fortalecer a governança internacional para o desenvolvimento sustentável, inclusive considerando a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável (§§ 256-267).

A. COERÊNCIA E RESPONSABILIDADE NOS NÍVEIS NACIONAL E LOCAL

A boa governança está no âmago do desenvolvimento sustentável e começa com o básico: democracia, estado de direito, respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e igualdade para mulheres e homens, bem como acesso a informação, justiça e participação política.

- 207.** A boa governança está no âmago do desenvolvimento sustentável e começa com o básico: democracia, estado de direito, respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e igualdade para mulheres e homens, bem como acesso a informação, justiça e participação política. A participação ativa de jovens na sociedade, política e economia deve ser estimulada. Políticas para combater a corrupção e o crime organizado também são essenciais, devido aos danos que práticas de corrupção e criminosas causam à sociedade e economia.
- 208.** Se a governança proporciona o solo no qual o desenvolvimento sustentável pode crescer, a coerência é uma ferramenta indispensável para que ele realmente ocorra. Quando os ministérios e agências trabalham isoladamente, o resultado é a fragmentação de esforços e recursos e uma oportunidade perdida para resolver os desafios de desenvolvimento sustentável que por sua vez estão interconectados.
- 209.** Por exemplo, tratar a adaptação climática como uma área de trabalho totalmente separada da agricultura, gerenciamento da água ou assistência médica pode fazer sentido por um lado, devido ao fato de estas áreas se encontrarem sob ministérios diferentes. Mas nas vidas de famílias e comunidade reais, elas são fortemente interconectadas por redes completas de ligações, retroalimentações e efeitos cascata.

Fortalecimento da Governança Institucional

210. Consequentemente, as primeiras medidas contra a fragmentação institucional precisam ser tomadas nas capitais – com abordagens genuinamente de todo o governo em prol do desenvolvimento sustentável. Os sinais enviados e a liderança exercida a partir do topo, por Chefes de Estado ou Governo e coletivamente por gabinetes, são cruciais. O desenvolvimento sustentável é muito amplo e complexo para ser lidado por um ministério ou agência individual. Precisa envolver todos os que estão nos cruzamentos de questões econômicas, sociais e ambientais. Os Chefes de Governo podem gerar resultados reais se deixarem claro que o desenvolvimento sustentável deve ser incorporado em todo o trabalho de todas as entidades governamentais e que esperam que todos os ministros se concentrem no desenvolvimento sustentável e trabalhem juntos na sua busca.

QUADRO 18: GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA NORUEGA

O Ministro das Finanças da Noruega é responsável por coordenar o trabalho do governo sobre desenvolvimento sustentável, incluindo a estratégia nacional para desenvolvimento sustentável, que cobre as dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável.

Para implementar esta estratégia, a Noruega integrou o desenvolvimento sustentável no documento político mais importante do governo, o orçamento nacional anual. Em cada orçamento anual, o acompanhamento é relatado em um capítulo separado, com contribuições de todos os ministérios e da Secretaria de Estatística. É uma ferramenta essencial para monitorar o progresso.

Em dezembro de 2003, o governo nomeou um comitê de especialistas que recebeu a tarefa de desenvolver um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável para a Noruega. Após realizar uma consulta pública sobre os 16 indicadores iniciais, o Ministério das Finanças apresentou um conjunto levemente revisado de indicadores no orçamento nacional de 2006. O conjunto, atualmente composto por 18 indicadores, tem se tornado cada vez mais importante no monitoramento do quão os desenvolvimentos na Noruega são compatíveis com as metas de desenvolvimento sustentável. Os ministérios individuais também usam o conjunto de indicadores em seus relatórios sobre as questões de desenvolvimento sustentável.

Fonte: Governo da Noruega. Mais informações sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Noruega estão disponíveis em <http://www.regjeringen.no/upload/FIN/rapporter/R-0617E.pdf>.

Mais informações sobre o conjunto de indicadores para desenvolvimento sustentável estão disponíveis em <http://www.ssb.no/english/magazine/art-2006-11-09-01-en.html>.

Fortalecimento da Governança Institucional

211. Uma ferramenta especialmente poderosa para efetuar a coerência transversal nos governos é a integração dos orçamentos, por exemplo, ao atribuir recursos a metas estratégicas e não a ministérios ou departamentos. Este tipo de “gerenciamento por objetivos” pode ajudar os departamentos e agências do governo a concentrar de maneira proativa sobre como apoiar as metas governamentais transversais, considerando que os orçamentos departamentais podem estimular a dinâmica oposta, com os departamentos buscando defender seus orçamentos e “território” contra invasão. Diversos outros mecanismos para melhorar a coerência política são descritos no Quadro 19.

QUADRO 19: MECANISMOS PARA COERÊNCIA POLÍTICA

- Os líderes de governo podem fazer uso de uma gama cada vez maior de opções para formulação de políticas para melhorar a coerência das políticas:
- Órgãos de coordenação de alto nível, como a Comissão de Planejamento da Índia (chefiada pelo Primeiro-Ministro, com o objetivo específico de superar os redutos ministeriais), a Comissão Nacional da China para o Desenvolvimento e Reforma, o Alto Conselho de Planejamento da Turquia e a Comissão Nacional da África do Sul de Planejamento. Outros exemplos incluem a Iniciativa de Parceria Social de Barbados, que reúne ministros, empregadores e sindicatos para tratar dos principais desafios econômicos, sociais e ambientais sob a presidência do Primeiro-Ministro; e a abordagem transversal da Suíça, inerente à estrutura do governo federal que, na ausência de um Primeiro-Ministro, facilita a tomada de decisão coletiva em todas as questões de políticas e responsabilidade compartilhada pela implementação por todos os membros do governo.
- Planos e estratégias de desenvolvimento sustentável nacional, promovidos pelo Chefe de Estado ou Governo, recebem amplo apoio político no parlamento e reúnem todas as partes interessadas (inclusive o setor privado, sociedade civil e autoridades locais e regionais) em uma ampla parceria. Esses planos e estratégias devem incluir as dimensões econômica, social e ambiental de questões como erradicação da pobreza, criação de empregos, redução da desigualdade, padrões insustentáveis de consumo e produção, energia, mudança climática, biodiversidade e crescimento verde. Eles devem também incluir compromissos específicos que vão além dos prazos limitados do ciclo eleitoral e incluem disposições de monitoramento e responsabilidade.
- Ministérios de Relações Exteriores com responsabilidade pela coordenação da política externa de seus países com os ministérios setoriais, para assegurar uma representação mais coerente das posições nacionais em foros internacionais. Na Suécia, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional são responsáveis pela coordenação e desenvolvimento da coerência das políticas do governo para o desenvolvimento, adotada por unanimidade pelo Parlamento em 2003.

Fortalecimento da Governança Institucional

- Uma melhor interface entre os formuladores de políticas e a comunidade científica que, por sua vez, pode contribuir para um entendimento mais profundo das causas e impactos dos desafios do desenvolvimento sustentável e apontar para maneiras mais inovadoras e eficazes de abordá-los. O Conselho de Consultores de Ciência e Tecnologia do Presidente dos Estados Unidos e o Principal Assessor Científico do Governo do Reino Unido são ambos exemplos úteis desta abordagem.

- 212.** As perspectivas de desenvolvimento sustentável devem ser incorporadas ao processo orçamentário em diferentes fases, inclusive quando a proposta orçamentária original é preparada e, posteriormente, na sua implementação. Elas podem ser derivadas de metas internacionalmente acordadas, bem como outras normas sociais, econômicas e ambientais nacionais ou internacionais. A função própria dos parlamentos em todo o mundo de fazer com que os governos se responsabilizem bem como de examinar as políticas e aprovar os orçamentos, lhes dá uma responsabilidade especial de assegurar o cumprimento dos compromissos de desenvolvimento sustentável.
- 213.** As autoridades locais, como regiões, estados e municípios, também têm um papel especialmente importante a desempenhar, devido ao fato de que o nível subnacional é a linha de frente de tantas questões de desenvolvimento sustentável. Isto é particularmente verdade no caso das cidades, nas quais mais da metade da população do mundo vive atualmente. As cidades “verdes” estão surgindo ao redor do mundo, com líderes municipais frequentemente se desviando da burocracia e da política nacional para trabalharem juntos através das fronteiras. Exemplos incluem iniciativas como o “*C40 Cities*” (Cidades C40) global e o “*Covenant of Mayors*” (Compromisso de Prefeitos) da União Europeia, por meio dos quais as autoridades locais e regionais comprometem-se voluntariamente a aumentar a eficiência energética e o uso de fontes de energia renováveis.
- 214.** Ao implementar arcabouços jurídicos de apoio e alocar recursos e know-how para aumentar os fundos e conhecimentos levantados localmente, os governos centrais e regionais podem ter um papel crucial na determinação do sucesso dessas iniciativas. Os programas de capacitação para os governos locais podem fazer muito para aumentar o seu entendimento de questões de desenvolvimento sustentável e dar-lhes ferramentas

Fortalecimento da Governança Institucional

práticas. O planejamento espacial eficaz, por exemplo, pode levar a políticas bem pensadas de assentamento e construção, que por sua vez podem levar a uma maior eficiência energética em transporte e habitação, melhor proteção da biodiversidade e até mesmo melhor saúde pública, ao impedir que pessoas (frequentemente parte de grupos socialmente marginalizados) se estabeleçam próximas a fontes de emissões perigosas ou em áreas propensas a desastres naturais. Estimular a concorrência saudável entre cidades e autoridades locais também pode ter um impacto positivo. Isto pode ser feito, por exemplo, através de prêmios nacionais ou internacionais de desenvolvimento sustentável, como o *European Green Capital Award*, dado em 2012 a Vitoria-Gasteiz, uma cidade do País Basco, ao norte da Espanha, que enfatiza a eficiência energética, conservação da água, gerenciamento integrado de resíduos, transporte público e engajamento da sociedade civil.

Recomendação 40

- 215. Como base para o desenvolvimento sustentável, os governos devem assegurar o estado de direito, a boa governança e os direitos de acesso dos cidadãos a informações oficiais, participação pública em tomada de decisões e acesso igual à justiça.**

Recomendação 41

- 216. Os governos devem possibilitar a participação e a influência dos jovens nos processos decisórios nos níveis local, nacional e internacional. Ademais, os processos de consulta e diálogo devem ser estimulados para incorporar vozes de redes não convencionais e comunidades de jovens, tais como fóruns da internet e blogs formadores de opinião.**

Recomendação 42

- 217. Os governos devem adotar abordagens para as questões de desenvolvimento sustentável que incluam todo o governo, sob a liderança do Chefe de Estado ou de Governo, envolvendo todos os ministérios relevantes para tratar dessas questões nos setores.**

Recomendação 43

- 218. Os governos e parlamentos devem incorporar a perspectiva de desenvolvimento sustentável em suas estratégias, sua legislação e,**

em particular, nos seus processos orçamentários. Para este fim, devem ser levadas em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais de questões como a erradicação da pobreza, criação de empregos, redução da desigualdade, padrões insustentáveis de consumo e produção, energia, mudança climática, biodiversidade e crescimento verde. Devem explorar maneiras de incorporar considerações específicas de sustentabilidade na supervisão orçamentária, elaborar relatórios públicos sobre as atividades relevantes e disponibilizar os orçamentos a seus cidadãos.

Recomendação 44

- 219.** Devem ser tomadas medidas para fortalecer a interface entre a formulação de políticas e a ciência para facilitar a tomada de decisões políticas informadas sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Os representantes da comunidade científica podem ser incluídos como membros ou assessores em órgãos nacionais ou locais relevantes que tratam das questões de desenvolvimento sustentável.

B. COERÊNCIA E RESPONSABILIDADE NOS NÍVEIS REGIONAL E GLOBAL

- 220.** A responsabilidade e a coerência no nível internacional são também indispensáveis para o avanço do desenvolvimento sustentável. As instituições internacionais podem fazer uma diferença crucial na coordenação e facilitação de ação coletiva e na alavancagem das decisões tomadas e implementação realizada em nível nacional.
- 221.** Quando uma ação coletiva for necessária, confiança e apoio mútuo são essenciais. Isto significa encontrar maneiras novas e produtivas de acomodar as diversas capacidades e circunstâncias dos vários países e regiões. Significa também revigorar as ações e compromissos relativos às metas de desenvolvimento críticas e acordadas, tais como a meta de assistência oficial ao desenvolvimento de 0,7% da renda nacional bruta.

A igualdade, tanto entre quanto dentro dos países, é essencial para o desenvolvimento sustentável. O princípio da Cúpula da Terra de responsabilidades comuns, porém diferenciadas precisa ser honrado na prática e não apenas na retórica... com um lado insistindo na parte comum e o outro na parte diferenciada do princípio.

Fortalecimento da Governança Institucional

- 222.** A igualdade, tanto entre os países quanto internamente, é essencial para o desenvolvimento sustentável. O princípio da Cúpula da Terra de responsabilidades comuns, porém diferenciadas precisa ser honrado na prática e não apenas na retórica, como é muito frequente, com um lado insistindo na parte comum e o outro na parte diferenciada do princípio.
- 223.** Honrar compromissos é crucial para construir a confiança. Muitas vezes, aos governos e ao setor privado é permitido não cumprir suas promessas, sem consequências. Mecanismos de prestação de contas mais eficazes devem ser implementados para abordar os déficits de implementação. atuais
- 224.** Apesar de a fragmentação institucional poder começar em nível nacional, ela é endêmica em nível internacional, onde diversas agências e múltiplos mecanismos de coordenação não têm mecanismos eficazes para alinhar seus esforços com o quadro maior. Esta fragmentação frequentemente leva a programas e políticas setoriais de desenvolvimento que deixam de levar a perspectiva mais ampla do desenvolvimento sustentável em conta de forma adequada. Ajustes econômicos, por exemplo, podem ter fortes impactos sobre questões sociais e ambientais. Doadores bilaterais, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento devem, portanto, se esforçar para utilizar uma abordagem holística ao desenvolvimento sustentável e monitorar adequadamente as consequências de suas políticas.
- 225.** Inovações importantes têm sido vistas nos últimos anos na abordagem a esta questão. Muitos governos começaram, há alguns anos, a buscar abordagens de “governo integral” para determinadas prioridades de desenvolvimento, particularmente em relação aos países afetados por conflito. A abordagem das Nações Unidas de “Unidos na Ação”, que visa melhorar a prestação coordenada de serviços por diversas entidades do sistema das Nações Unidas que operam nos países em desenvolvimento, faz parte agora de um impulso global mais amplo para uma maior eficácia da assistência e harmonização dos doadores. Esta e outras iniciativas realizadas no âmbito do Conselho dos Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Coordenação buscaram aperfeiçoar a coerência interagências nos níveis político, gerencial e operacional dentro do sistema das Nações Unidas (que inclui as instituições Bretton Woods). Mas a fragmentação institucional permanece sendo mais a regra do que a exceção e muito ainda precisa ser feito.

Fortalecimento da Governança Institucional

- 226.** Um grande desafio para a nova governança é aproximar os atores não estatais, incluindo o setor privado e as organizações da sociedade civil, do centro de tomada de decisões em nível internacional. Dar-lhes um lugar à mesa nos processos de consulta e de tomada de decisões é especialmente importante na área do desenvolvimento sustentável, onde as soluções bem sucedidas dependem da aquisição do compromisso e dos recursos de um conjunto maior de atores.
- 227.** É claro que esta não é uma proposta que se encaixa a todas as situações: estes atores serão menos relevantes em relação a algumas questões e mais relevantes em relação a outras. Além disto, plataformas de múltiplas partes interessadas devem encontrar maneiras de abordar questões de obrigação mútua, monitoramento, responsabilidade e legitimidade. Exemplos desta abordagem integradora são as iniciativas “Toda Mulher, Toda Criança” e “Energia Sustentável para Todos” do Secretário-Geral, ambas envolvendo participantes do setor público, setor privado e a sociedade civil, visando mobilizar novos recursos significativos e meios de trabalho conjuntos.
- 228.** Iniciativas e mecanismos regionais e sub-regionais, tais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), o Mercado Único e Economia da Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Meio Ambiente (Convenção Aarhus) da União Europeia são fontes de inovação com grande potencial de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

QUADRO 20: COOPERAÇÃO ENTRE MÚLTIPLAS PARTES INTERESSADAS NO MAR BÁLTICO

Atualmente, o Mar Báltico é um dos mares mais poluídos do mundo, em resultado de fatores diversos desde a eutrofização até resíduos perigosos – um problema que afeta não apenas a biodiversidade do mar, mas também a saúde e o sustento das 90 milhões de pessoas que vivem em suas costas.

Em 2010, o Presidente da Finlândia trabalhou em conjunto com o Primeiro Ministro Finlandês e o Presidente do Grupo de Ação do Mar Báltico para lançar a Cúpula de Ação do Mar Báltico em Helsinque, em 10 de fevereiro de 2010. Os países litorâneos e a União Europeia já se envolvem em uma ampla cooperação na região e celebraram muitos contratos para regulamentar o uso do Mar Báltico – mas a implementação dos acordos tem sido insuficiente até o momento. O objetivo da Cúpula foi, portanto, proporcionar forte liderança política para melhor implementação, reunindo empresas, organizações não governamentais e instituições governamentais.

Na Cúpula de Ação do Mar Báltico, os países, empresas e organizações não governamentais apresentaram seus compromissos de resolver os problemas do Mar Báltico. Estes compromissos estão sendo agora ativamente monitorados, com base nas informações dadas por cada participante e estão publicamente disponíveis.

Fonte: Governo da Finlândia. Ministério das Relações Exteriores. Mais informações disponíveis em <http://www.bsas.fi/>.

- 229.** Apesar de o desenvolvimento sustentável estar fundamentalmente baseado no reconhecimento das interconexões e adotar medidas nesse sentido, seus três assim chamados pilares – economia, sociedade e meio ambiente – têm frequentemente se tornado redutos independentes, com falta de coerência até mesmo dentro deles.
- 230.** Em termos de política econômica, a colaboração eficaz entre ministérios das áreas financeiras e econômicas, Bancos Centrais e instituições internacionais não pode ser presumida. A crise financeira global pode ter um efeito positivo nesse sentido, com o Conselho de Estabilidade Financeira desempenhando um papel importante no fomento à cooperação e reforma do setor financeiro para torná-lo mais resiliente. As reformas necessárias incluem a garantia de maior transparência nos mercados financeiros, preenchimento de lacunas na regulação e supervisão de alguns produtos e atividades financeiros e garantia de que os bancos detêm reservas de capital apropriadas para os riscos aos quais eles próprios se expõem.

Fortalecimento da Governança Institucional

- 231.** Enquanto isso, a política social tem sido fragmentada em redutos secundários, incluindo saúde, educação, trabalho, direitos humanos e questões de gênero – todas as áreas com no mínimo uma agência das Nações Unidas (e algumas vezes várias) dedicadas a elas – mas não há uma entidade única fazendo a interconexão. Ademais, apesar de haver claramente ligações críticas entre estas áreas – e entre a política social e econômica e ambiental – essas ligações são reconhecidas inadequadamente no sistema internacional e, conseqüentemente, não foram operacionalizadas.
- 232.** Finalmente, a política ambiental é fragmentada de maneira semelhante e o pilar ambiental é fraco. As questões relativas ao meio ambiente frequentemente caem sobre a alçada de diversas autoridades ou departamentos e não recebem atenção coerente em nível nacional. Desafios análogos existem em nível internacional. Há centenas de acordos ambientais cobrindo diversas áreas e uma ampla gama de instituições com funções sobrepostas. Há um crescente consenso em relação à necessidade de uma arquitetura institucional ambiental fortalecida e simplificada. Isto necessitará apoio de recursos financeiros adequados; uma estratégia no âmbito do sistema para as dimensões ambientais do desenvolvimento sustentável; maiores sinergias e eficiências entre acordos ambientais multilaterais compatíveis; maior capacitação; melhores interfaces entre a ciência e as políticas e engajamento estratégico em nível regional.
- 233.** Grande parte disto pode ser obtida pelo fortalecimento do PNUMA, uma ideia que ganhou apoio nos últimos anos, junto com diversas opções institucionais. Uma opção é a possível transformação do PNUMA em agência especializada das Nações Unidas. Um PNUMA fortalecido pode melhorar a coerência entre acordos ambientais multilaterais relevantes e integrar melhor o seu trabalho com as atividades de instituições de desenvolvimento, especialmente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Recomendação 45

- 234. O Painel reconhece a aspiração universal de alcançar o desenvolvimento sustentável. Reconhece também a diversidade de circunstâncias nacionais e de desafios sociais, econômicos e ambientais. O Painel insta que se crie um processo para explorar o conceito e aplicação da questão**

crítica da igualdade em relação ao desenvolvimento sustentável, visando incorporar o resultado no processo da Rio +20 e seus desdobramentos.

Recomendação 46

235. Os doadores bilaterais, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento devem intensificar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável de maneira abrangente e devem monitorar e informar regularmente o impacto das suas políticas de desenvolvimento sustentável.⁴

Recomendação 47

236. Como a política de desenvolvimento sustentável internacional é fragmentada e, em particular, o pilar ambiental é fraco, o PNUMA deve ser fortalecido.

C. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

237. Desde a sua introdução em 2001, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio têm tido bastante sucesso em galvanizar apoio para a redução da pobreza global - estabelecendo metas claras para o progresso e estimulando tanto a produção de novos dados relativos à pobreza quanto os compromissos adicionais de assistência.

238. Entretanto, muito mais precisa ser feito para acelerar a consecução dos Objetivos, com algumas metas - tais como lograr a educação primária universal até 2015 - ainda estão ao alcance se os governos puderem convocar a determinação coletiva necessária. Deve-se dar atenção especial aos desafios de desenvolvimento enfrentados pelos países de baixa renda sofrendo ou emergindo de conflitos, onde a consecução dos Objetivos está ainda mais atrasada, aumentando a fragilidade de suas situações e à insegurança de seus cidadãos.

239. Dado que o prazo final de 2015 para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio se aproxima rapidamente, o foco sobre sua implementação precisa continuar e se intensificar. Entretanto, ao mesmo tempo, o mundo enfrenta um número maior de desafios importantes ao desenvolvimento sustentável do que aqueles abrangidos nos Objetivos e é necessária uma ação coordenada neste sentido.

⁴ Uma recomendação semelhante é feita na Seção 4 acima. Entretanto, esta recomendação é incluída na presente Seção devido à sua relevância para a governança e responsabilidade nos níveis global e regional.

Fortalecimento da Governança Institucional

- 240.** Acreditamos que concordar com um conjunto de metas universais básicas de desenvolvimento sustentável pode ajudar a galvanizar esta ação, com base na experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aproveitando seus aspectos bem-sucedidos. Essas devem ser definidas de uma maneira que complemente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao mesmo tempo em que permitem uma estrutura sucessora pós-2015.
- 241.** Qualquer estrutura para as metas de desenvolvimento sustentável deve ser baseada nos seguintes princípios:
- deve ter caráter universal, cobrindo os desafios de todos os países e não apenas para as nações em desenvolvimento;
 - deve expressar uma estratégia global amplamente acordada para o desenvolvimento sustentável;
 - deve incorporar uma variedade de áreas-chave que não tenham sido totalmente cobertas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tais como segurança alimentar, água, energia, empregos verdes, trabalho decente e inclusão social, consumo e construção sustentáveis, cidades sustentáveis, mudança climática, biodiversidade e oceanos, bem como redução de risco de desastres e resiliência;
 - deve ser abrangente, refletindo igualmente as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável e as interconexões entre elas;
 - deve incorporar referências em curto prazo ao mesmo tempo em que tenham um escopo de longo prazo, buscando um prazo final, talvez, de 2030;
 - deve envolver todas as partes interessadas na implementação e mobilização de recursos, inclusive as comunidades locais, sociedade civil e o setor privado, juntamente com os governos;
 - deve incluir métricas de progresso acompanhando as metas absolutas, para concentrar a atenção das políticas como meio de impulsionar os resultados do desenvolvimento e refletir as diversas prioridades e condições de desenvolvimento em todos os países e regiões;

Fortalecimento da Governança Institucional

- deve deixar margem para a revisão destas metas em função da evolução dos dados científicos.
- 242.** Já há diversas propostas e iniciativas que podem contribuir para a discussão do que deve ser abordado em qualquer conjunto de metas de desenvolvimento sustentável, tais como a iniciativa “Energia Sustentável para Todos” do Secretário-Geral (consulte a Seção III acima), que avança três metas a serem alcançadas até 2030, relativas ao acesso, eficiência e energia renovável. A energia ilustra bem o desafio transversal do desenvolvimento sustentável. Há a dimensão social do acesso universal à energia, um aspecto econômico das questões do custo acessível e da eficiência energética e um lado ambiental da redução das emissões – e todos os três estão intimamente interligados.
- 243.** As metas de desenvolvimento sustentável terão que ser acordadas pelos governos e seu detalhamento, junto com a formulação das metas e indicadores necessários, exigirá um processo aberto, transparente e inclusivo fazendo uso dos diversos conhecimentos, experiências e representações geográficas, bem como da experiência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Recomendação 48

- 244.** Os governos devem concordar em desenvolver um conjunto de metas básicas universais de desenvolvimento sustentável, incluindo as três dimensões de desenvolvimento sustentável, bem como suas interconexões. Essas metas devem galvanizar a ação individual e coletiva bem como complementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao mesmo tempo em que permitem uma estrutura pós-2015. Um mecanismo especializado deve ser estabelecido pelo Secretário-Geral para detalhar e refinar as metas antes de sua adoção pelos Países-Membros das Nações Unidas.

Recomendação 49

- 245.** O Painel endossa a iniciativa “Energia Sustentável para Todos” do Secretário-Geral, que deve ser implementada sem demora.

D. UM PANORAMA GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 246.** A formulação de políticas de desenvolvimento sustentável precisa se basear nas melhores e mais atualizadas evidências. Os últimos 20 anos têm visto grandes aperfeiçoamentos na qualidade dos dados e análises relativos a diversos aspectos do desenvolvimento sustentável, particularmente por meio de diversos relatórios panorâmicos de referência sobre mudança climática global, energia, alimentação e agricultura, água, saúde, gênero, economia, emprego, desenvolvimento e meio ambiente. Entretanto, não há nenhum único relatório abrangente que:
- reúna as avaliações de todos os setores;
 - forneça aos formuladores da política análises de sinergias e compensações entre os diversos aspectos do desenvolvimento sustentável;
 - identifique tanto áreas de oportunidade quanto pontos de inflexão perigosos;
 - forneça subsídios para as áreas de ação em toda a agenda de desenvolvimento sustentável.
- 247.** Acreditamos que há necessidade de um novo relatório do panorama de desenvolvimento sustentável global, a ser publicado regularmente e preparado em conjunto por diversas organizações internacionais essenciais e entidades do setor privado, sob a direção global do Secretário-Geral. O relatório avaliaria a condição dos principais indicadores econômicos, sociais e ambientais e suas interligações, fazendo uso do conhecimento de última geração em todos os setores relevantes, em cooperação estreita com a comunidade científica global.
- 248.** Este relatório se concentraria nas tendências globais e em seus possíveis impactos sobre as pessoas ao redor do mundo. Cada edição do relatório poderia ter um tema em particular que ele exploraria profundamente começando, por exemplo, na primeira edição com a conexão entre água, alimentação, e energia.
- 249.** O objetivo de produzir o relatório de panorama, além de integrar informações e análises, seria de levar a funcionários de diversas

Fortalecimento da Governança Institucional

organizações internacionais a trabalharem juntos, comparar as suas análises e hipóteses sobre o futuro, trazer especialistas externos – incluindo os melhores assessores científicos disponíveis – e consultar os governos. Isto, por sua vez, criaria uma valiosa conscientização compartilhada nas diversas áreas do sistema internacional, atuando, portanto, como um motor para uma melhor coerência das políticas globais.

250. Para ser eficaz, o relatório de perspectiva precisaria ser firmemente ancorado nos processos políticos existentes e poderia ser incluído nas agendas de órgãos e reuniões internacionais, incluindo novos órgãos potenciais como um conselho mundial de desenvolvimento sustentável (veja abaixo). Além de qualquer órgão das Nações Unidas, poderia incluir fóruns regionais, como a Cúpula da União Africana ou a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, e órgãos de cúpula, como o G20, bem como os conselhos diretores de organizações que participaram da sua preparação e outras instituições relevantes.
251. As implicações das muitas dimensões do impacto da atividade humana, inclusive o que os cientistas denominam “fronteiras planetárias”, “limites ambientais” e “pontos de inflexão”, ainda não são entendidas a fundo. A pesquisa científica está ativa em muitas frentes, mas ainda falta um quadro holístico da direção do planeta. Em algumas áreas, muitos esforços estão sendo feitos para coordenar os resultados de pesquisa, especialmente aqueles referentes à mudança climática e esgotamento do ozônio. Em outras áreas, a ciência não está tão bem desenvolvida, nem estão suficientemente entendidos os efeitos acumulados das diversas pressões ambientais, econômicas e sociais.
252. Devido à velocidade de mudança na ciência, as informações sobre suas implicações para a formulação de políticas frequentemente não estão disponíveis para os tomadores de decisão. Há uma necessidade premente de melhor integração da ciência na formulação de políticas sobre o desenvolvimento sustentável em todos os níveis. O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, criado em 1988, apresenta um exemplo poderoso de uma possível abordagem para realizar isto: em seus quase 25 anos de operação, o Painel não apenas sintetizou e reviu os melhores dados científicos disponíveis, mas também atuou como plataforma para discussão do problema, pavimentando o caminho para a ação dos governos.

Fortalecimento da Governança Institucional

Chegou o momento de realizar esforços intergovernamentais mais amplos e mais audaciosos para fortalecer a interface entre a ciência e as políticas e definir, por meio da ciência, as consequências econômicas, sociais e ambientais das decisões.

253. Chegou o momento de realizar esforços intergovernamentais mais amplos e mais audaciosos para fortalecer a interface entre a ciência e as políticas e definir, por meio da ciência, as consequências econômicas, sociais e ambientais das decisões. De maneira semelhante, precisamos aprofundar o nosso entendimento dos desafios sociais e econômicos enfrentados pelos pobres e pelos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reconhecemos que não devem ser usados limites para definir os tetos de crescimento. O melhor acesso ao conhecimento científico fortaleceria a capacidade das Nações Unidas nesta área.

Recomendação 50

254. O Secretário-Geral deve liderar um esforço conjunto com os chefes das organizações internacionais relevantes, incluindo as agências relevantes das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, setor privado e outras partes interessadas, para preparar um relatório periódico do panorama do desenvolvimento sustentável global que reúna informações e avaliações atualmente dispersas nas instituições e as analise de maneira integrada.

Recomendação 51

255. Os governos e a comunidade científica devem tomar medidas práticas, inclusive mediante o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre as políticas e a ciência. Isto deve incluir a preparação de avaliações e resumos regulares sobre a base científica de conceitos, como “fronteiras planetárias”, “pontos de inflexão” e “limites ambientais” no contexto do desenvolvimento sustentável. Isto complementaria outros trabalhos científicos na agenda de desenvolvimento sustentável, incluindo seus aspectos econômicos e sociais, para aperfeiçoar os dados e o conhecimento sobre fatores socioeconômicos como a desigualdade. Ademais, o Secretário-Geral deve considerar a nomeação de um assessor científico chefe ou estabelecer um conselho consultor científico com conhecimento e experiência diversificados para assessorá-lo e a outros órgãos das Nações Unidas.

E. FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA INTERNACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

... questões de desenvolvimento sustentável não terem um fórum primário claro para discussão pelos governos, que reúna todos os elementos, incluindo as contribuições de atores não governamentais.

- 256.** Embora as metas de desenvolvimento sustentável e uma nova perspectiva global de desenvolvimento sustentável possam ajudar a trazer maior coerência sobre o desenvolvimento sustentável no sistema internacional, ainda é verdade que as questões de desenvolvimento sustentável ainda não têm um fórum primário claro para discussão pelos governos que reúna todos os elementos, incluindo as contribuições de atores não governamentais. Com ministérios diferentes representando o governo em cada órgão multilateral, as organizações internacionais frequentemente abordam apenas um aspecto dos desafios globais multifacetados, sem olhar para o quadro maior.
- 257.** Após a Cúpula da Terra de 1992, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável foi criada para desempenhar esse papel de integração e olhar a totalidade da agenda de desenvolvimento sustentável. Infelizmente, isso não aconteceu. Ao contrário, a Comissão desenvolveu uma agenda setorial rígida, frequentemente concentrada principalmente em aspectos ambientais e, portanto, negligenciando aspectos econômicos e sociais mais amplos do desenvolvimento sustentável. Mais de uma vez, a Comissão se encontrou numa dinâmica de negociação sem resultados sobre as posições políticas gerais, o que enfraqueceu a sua posição e esvaziou ou tornou impossível qualquer resultado das suas deliberações.
- 258.** A Comissão também sofreu por não estar organicamente ligada a mecanismos de implementação dentro do sistema das Nações Unidas e fora dele. O Conselho Econômico e Social, o órgão matriz da Comissão, também não tem tido a capacidade de abordar questões de desenvolvimento sustentável de maneira sistemática e oficial.

Fortalecimento da Governança Institucional

- 259.** Enquanto isto, tem havido mudanças significativas na economia global que têm aumentado a interdependência entre as nossas economias, sociedades e ecossistemas, tornando muito mais importante realizar uma nova abordagem para os mecanismos e soluções institucionais.
- 260.** No século XXI, o que é necessário é uma arquitetura institucional que:
- a.** promova a melhor integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, estabeleça a agenda e aborde questões emergentes e possibilite interação contínua e em tempo real onde necessário;
 - b.** tenha uma maior estatura institucional, com relevância para atrair o engajamento de líderes no mais alto nível e obter legitimidade universal;
 - c.** revise o estado do desenvolvimento sustentável global por meio de novos instrumentos, como as metas de desenvolvimento sustentável, outros índices de desempenho de desenvolvimento sustentável e o panorama do desenvolvimento sustentável global (veja acima) e revise o progresso nos principais componentes da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, incluindo finanças, tecnologia e capacitação;
 - d.** avalie o desempenho dos países em desenvolvimento sustentável e possibilite uma revisão construtiva pelos pares que estimule os Estados a explicarem suas políticas, compartilhem as experiências e lições aprendidas e cumpram seus compromissos, ao mesmo tempo em que reconhecem as circunstâncias especiais dos países individuais;
 - e.** avalie o desempenho de organizações intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável;
 - f.** reflita a ampla representação geográfica e política dos Países-Membros das Nações Unidas, envolva integralmente instituições internacionais relevantes (inclusive agências das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais) e garanta a participação substantiva de atores não estatais da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica;
 - g.** estimule parcerias inovadoras entre as diversas partes interessadas em áreas prioritárias e reveja sua implementação;

Fortalecimento da Governança Institucional

- h. promova maior coerência entre os fundos, programas e agências especializadas das Nações Unidas, bem como instituições financeiras internacionais.
- 261.** Diferentes medidas podem ser necessárias para a consecução destes objetivos em nível internacional, incluindo o uso mais dinâmico das instituições existentes. A substituição da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável por uma instituição mais forte, um novo conselho mundial de desenvolvimento sustentável, poderia contribuir para a consecução de muitos desses objetivos. Essa reforma institucional proporcionaria um novo começo. Um novo conselho melhoraria substancialmente a integração institucional das três dimensões do desenvolvimento sustentável, abordaria questões emergentes e reveria o progresso da sustentabilidade, por meio de reuniões realizadas regularmente durante todo o ano. O conselho desenvolveria um mecanismo de revisão por pares que, em um espírito construtivo, estimularia os Estados a explicarem as suas políticas, compartilharem experiências e lições aprendidas e cumprirem seus compromissos. O conselho precisaria ter uma representação geográfica e política ampla e a participação plena das instituições internacionais relevantes - inclusive as agências das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais - e atores não estatais da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica.
- 262.** Este novo conselho não deve duplicar os papéis e funções dos órgãos existentes. Ele poderia ser criado como um órgão subsidiário da Assembleia Geral e substituir a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, da mesma maneira que o Conselho de Direitos Humanos substituiu a antiga Comissão de Direitos Humanos. Isto não exigiria a alteração da Carta das Nações Unidas. Apesar de estar diretamente subordinado à Assembleia, o Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável manteria uma relação construtiva com o Conselho Econômico e Social.

Recomendação 52

- 263.** Os governos devem considerar a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável para melhorar a integração das três dimensões de desenvolvimento sustentável, abordar questões emergentes e rever o progresso da sustentabilidade, com reuniões periódicas ao longo do ano. Esse órgão pode ser um órgão subsidiário da Assembleia Geral e substituiria a Comissão de Desenvolvimento

Sustentável. Precisaria ter uma ampla representação geográfica e política e a participação plena das instituições internacionais relevantes - inclusive agências das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais - assim como atores não estatais da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica.

Recomendação 53

264. Esse conselho desenvolveria um mecanismo de revisão por pares que estimularia os Estados, em um espírito construtivo, a explicarem suas políticas, compartilharem experiências e lições aprendidas e cumprirem seus compromissos.

Recomendação 54

265. Os governos devem também usar as instituições existentes de uma maneira mais dinâmica, inclusive usando o período entre a realização da Rio +20 e 2015 para revisão e experimentação, a fim de incorporar as soluções testadas às estruturas de desenvolvimento pós-2015 e reformas institucionais.

Recomendação 55

266. O Secretário-Geral deve acelerar o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o sistema das Nações Unidas de modo a contribuir à coerência, melhor definir as responsabilidades entre os órgãos das Nações Unidas, reduzir a sobreposição e duplicação de esforços e melhorar a prestação de contas da implementação. A estratégia deve ser revista por todos os órgãos relevantes e conselhos diretores das Nações Unidas, envidando esforços especiais para forjar uma visão unificada entre os países, que seja comum a todos os conselhos e processos.

Recomendação 56

267. O Secretário-Geral deve fazer pleno uso das Nações Unidas como espaço mundial de reunião, convocando intercâmbios de alto nível sobre desenvolvimento sustentável quando os líderes se reunirem na abertura da nova sessão da Assembleia Geral. Essas reuniões devem ser usadas para estabelecer a agenda e abordar as questões emergentes reunindo os chefes de estado ou de governo, os chefes de instituições internacionais e representantes da sociedade civil e do setor privado.

VI. Conclusão: uma chamada à ação

- 268.** Vinte e cinco anos se passaram desde que o Relatório Brundtland apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional. Desde então, o mundo obteve um entendimento mais profundo dos desafios interconectados que enfrentamos e o fato de que o desenvolvimento sustentável apresenta a melhor oportunidade para as pessoas escolherem seu futuro. Isso é um momento propício na história para fazer as escolhas certas e avançar seriamente em direção ao desenvolvimento sustentável.
- 269.** O Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global fez propostas concretas em relação a três áreas-chave: capacitar as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis, trabalhar rumo a uma economia sustentável e fortalecer a governança institucional para apoiar o desenvolvimento sustentável. O acompanhamento ativo se faz agora crucial. O Painel espera que o Secretário-Geral implemente as recomendações que estejam dentro de sua alçada e leve o conjunto completo de recomendações a toda a família das Nações Unidas. O Painel também busca que o Secretário-Geral e a Organização das Nações Unidas usem o poder de convocação da Organização para promover as recomendações na junto à comunidade internacional mais ampla, incluindo governos em todos os níveis, organizações internacionais, sociedade civil, comunidade científica e o setor privado.
- 270.** O Painel se beneficiou da interação com delegados e outras partes interessadas envolvidos no processo que levou à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio +20, e espera que as propostas estabelecidas no presente Relatório contribuam para um resultado produtivo no Rio de Janeiro. Além disto, a maior aspiração do Painel é que o Relatório sirva como fonte de inspiração para pessoas em todo o planeta.
- 271.** Os membros do Painel são de 22 países. Além de atuarem como especialistas, eles representam uma variedade de grupos e de perspectivas. O Painel está unânime em sua convicção de que o momento da ação é agora e que as ações aqui solicitadas resultarão em um futuro digno de escolha.

Anexo I: Lista de Recomendações

LISTA DE RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES PARA CAPACITAR AS PESSOAS A FAZEREM ESCOLHAS SUSTENTÁVEIS

1. Governos e doadores internacionais devem aumentar seus esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades como as principais prioridades para atingir o desenvolvimento sustentável.
2. Os governos devem respeitar, proteger e garantir os direitos humanos, inclusive o direito de participar do governo diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos como reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966.
3. Os governos devem acelerar a implementação dos compromissos para fazer avançar a igualdade de gênero e direitos das mulheres, inclusive mediante a revogação de leis discriminatórias e eliminação de barreiras formais, reforma de instituições e elaboração e adoção de medidas inovadoras para abordar práticas informais e culturais que atuem como barreiras. Deve-se dar ênfase particular a:
 - a. assegurar que as mulheres tenham acesso pleno e igualitário aos recursos produtivos, e seu controle, por meio do direito igual à propriedade e o direito a herança e acesso igualitário a serviços de crédito, financeiros e de extensão em toda a cadeia de valor;
 - b. assegurar direitos e oportunidades iguais a mulheres em processos de tomada de decisão política que sejam participativos, sensíveis, equitativos e inclusivos;
 - c. assegurar acesso universal a planejamento familiar de qualidade e preços acessíveis, bem como a outros direitos sexuais e reprodutivos e serviços de saúde.
4. Os governos devem considerar o estabelecimento de um fundo global para educação. Esse fundo deve ser destinado a atrair o apoio de governos, organizações não governamentais e do setor privado, evoluir da atual Parceria Global para a Educação do Banco Mundial e receber a tarefa de fechar a lacuna da educação primária até 2015, de modo que haja uma

Anexo I: Lista de Recomendações

esperança real para a realização do Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio.

5. Os governos devem aumentar seus esforços para atingir o Objetivo 2 de Desenvolvimento do Milênio em educação primária universal até 2015 e estabelecer a meta de prover acesso universal à educação pós-primária e secundária de qualidade no máximo até 2030, enfatizando as qualificações e o conhecimento necessário para empregos e crescimento sustentáveis.
6. Os governos, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento internacional relevantes devem trabalhar juntos para prover treinamento vocacional, reciclagem e desenvolvimento profissional no contexto da aprendizagem contínua para toda a vida voltada ao preenchimento das lacunas de qualificações em setores essenciais para o desenvolvimento sustentável. Devem priorizar mulheres, jovens e grupos vulneráveis nesses esforços.
7. Os governos devem adotar e avançar as políticas de “empregos verdes” e de trabalho decente como uma prioridade em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que criam condições para novos empregos no setor privado.
8. Os governos e empresas devem firmar parcerias e prestar serviços de lançamento de empresas para jovens empreendedores.
9. Os empregadores, governos e sindicatos devem usar uma abordagem abrangente para promover a igualdade no local de trabalho, inclusive pela adoção de princípios de não discriminação; medidas para o avanço de mulheres em funções de liderança; políticas profissionais e de saúde sensíveis ao gênero; educação, treinamento e desenvolvimento profissional, visando às mulheres e minorias; e compromissos para medir o progresso e informá-lo ao público.
10. Os governos e empresas devem reconhecer os benefícios econômicos de possibilitar a participação plena de mulheres na economia pela implementação de políticas econômicas que abordem explicitamente os desafios únicos que limitam as mulheres, particularmente:
 - a. Permitir o acesso das agricultoras a terras e recursos;
 - b. melhorar o acesso das mulheres a serviços financeiros e de capital;

Anexo I: Lista de Recomendações

- c. melhorar o acesso aos mercados por meio de programas de assistência comercial e técnica e de microfinanciamento;
 - d. apoiar o aumento de líderes mulheres nos setores público e privado.
- 11. Os governos e outras autoridades públicas devem promover processos abertos, transparentes, equilibrados e baseados na ciência para desenvolver esquemas de rotulagem e outros mecanismos que reflitam integralmente o impacto da produção e consumo e trabalhar com o setor privado para assegurar que a rotulagem, a apresentação de relatórios corporativos e as atividades de apoio sejam precisos, eficazes em relação ao custo e confiáveis, de modo a possibilitar que os consumidores façam escolhas informadas, particularmente em áreas de alto impacto sobre sistemas humanos e naturais, sem criar barreiras ao comércio.
- 12. Os governos devem fazer com que as escolhas sustentáveis sejam mais facilmente disponíveis, acessíveis e atraentes aos consumidores mediante o estabelecimento, junto com o setor privado, de normas para produtos sustentáveis, de acordo com a melhor tecnologia disponível e sem criar barreiras comerciais e pela aplicação de incentivos e desincentivos de preços.
- 13. O governo e as entidades não governamentais devem promover os conceitos de desenvolvimento sustentável e consumo sustentável e estes devem ser integrados aos currículos da educação primária e secundária.
- 14. O Painel acolhe as discussões sobre as dimensões éticas do desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) em 2012 entre todas as partes interessadas, com base em experiências e instrumentos relevantes, inclusive a Carta da Terra, para subsidiar os governos em seus esforços para a mudança em direção ao desenvolvimento sustentável.
- 15. Os governos e organizações internacionais devem trabalhar para criar uma nova revolução verde - uma “revolução sempre verde” para o século XXI que vise no mínimo dobrar a produtividade enquanto reduz drasticamente o uso de recursos e evita a perda adicional de biodiversidade, perda do solo e esgotamento e contaminação da água, inclusive mediante a ampliação do investimento em pesquisa e desenvolvimento agrícola, para assegurar que pesquisas avançadas sejam rapidamente levadas do laboratório para o campo. Os governos devem designar a FAO para trabalhar com os

Anexo I: Lista de Recomendações

parceiros e participantes essenciais para iniciar e coordenar esta tarefa, já que esta organização tem o mandato singular de reduzir o déficit alimentar mundial.

16. Os governos devem trabalhar para chegar a um acordo sobre os princípios globais para negócios sustentáveis e responsáveis de investimento em terras e água, incluindo esforços contínuos para promover o investimento agrícola responsável (IAR), com ênfase particular na proteção dos direitos e sustento de pessoas pobres que dependem desses recursos básicos, ao mesmo tempo em que asseguram a sustentabilidade ambiental.
17. Os governos devem estabelecer e aumentar os esquemas de gerenciamento integrado de recursos hídricos, tendo em mente que a água tem papéis multifacetados, incluindo bebida, saneamento, indústria, agricultura e energia.
18. Os governos devem se comprometer com o estabelecimento de arcabouços regionais de gestão costeira e dos oceanos nos principais ecossistemas marinhos, inclusive mediante:
 - a. melhor cooperação na gestão costeira e dos oceanos envolvendo as partes interessadas;
 - b. planejamento marinho e costeiro por países em áreas regionais, levando em conta necessidades, ecossistemas e usuários específicos em suas áreas e sustentados por mecanismos sólidos de financiamento para desenvolver e implementar estes planos;
 - c. capacitação de gestores, formuladores de política e cientistas marinhos em países em desenvolvimento, especialmente nos pequenos países insulares em desenvolvimento e outros Estados costeiros;
 - d. melhores sistemas de monitoramento e vigilância.
19. Quando as organizações regionais de gestão da pesca estiverem operantes, devem procurar tornar suas políticas e práticas compatíveis com a gestão coordenada dos oceanos regionais, apoiando-o. Organizações regionais de gestão da pesca, governos e gestores marinhos devem concentrar-se em uma abordagem ecossistêmica para a gestão da pesca a fim de proporcionar melhores benefícios econômicos e ambientais.

Anexo I: Lista de Recomendações

20. Os governos devem trabalhar em conjunto com as partes interessadas para assegurar o acesso universal à energia sustentável de custo acessível até 2030, bem como buscar dobrar a taxa de melhoria da eficiência energética e da parcela de energia renovável na matriz de energia global. Os governos e organizações internacionais devem promover tecnologias de economia de energia e energia renovável mediante o incentivo à pesquisa e desenvolvimento e investimento neste sentido.
21. Os governos devem trabalhar com as partes interessadas para prover aos cidadãos, especialmente àqueles que se encontram em áreas remotas, acesso às tecnologias, incluindo redes universais de telecomunicações e banda larga, até 2025.
22. Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem ser estimulados a participarem da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável orientado à inovação e à tecnologia em uma maior escala, melhorando a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento e aproveitando integralmente as funções potenciais desempenhadas por tecnologias visam reduzir o impacto sobre clima ao lidar com a mudança climática global e ao desenvolver uma economia ecológica. Os acordos obtidos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática em Cancun e Durban representam um bom passo nessa direção.
23. Os países devem trabalhar para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso às redes básicas de segurança mediante esforços nacionais apropriados e do fornecimento de capacidades, fundos e tecnologias apropriadas.
24. Os governos devem elaborar e implementar políticas para gerenciar os impactos econômicos e sociais da transição e fortalecer a resiliência – particularmente mediante programas e políticas dirigidos de proteção social e pelo aumento da capacidade humanitária de lidar com o crescente estresse ambiental e os choques potenciais, onde apropriado.
25. Os governos e organizações internacionais devem acelerar seus esforços para produzir avaliações regionais de exposição e vulnerabilidade e estratégias apropriadas de precaução para prevenir impactos adversos sobre sistemas sociais e naturais que estejam totalmente concentrados nas necessidades das pessoas, com prioridade às necessidades especiais

Anexo I: Lista de Recomendações

da África, países em desenvolvimento que sejam pequenas ilhas, países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento sem acesso ao mar.

26. Os governos e organizações internacionais devem aumentar os recursos alocados à adaptação e redução de riscos de desastres e integrar o planejamento para resiliência em seus orçamentos e estratégias de desenvolvimento.

RECOMENDAÇÕES PARA UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

27. Os governos devem estabelecer sinais de preço que valorizem a sustentabilidade para orientar as decisões de consumo e investimento dos domicílios, das empresas e do setor público. Particularmente, os governos podem:
- a. estabelecer instrumentos de precificação dos recursos naturais e externalidades, incluindo precificação de carbono, por meio de mecanismos como tributação, regulação ou esquemas de comércio de emissões, até 2020;
 - b. assegurar que o desenvolvimento das políticas reflita os benefícios positivos da inclusão de mulheres, jovens e pobres mediante sua contribuição e plena participação na economia e também contabilize os custos econômicos, ambientais e sociais;
 - c. reformar os sistemas nacionais fiscais e de crédito para dar incentivos de longo prazo para práticas sustentáveis, bem como desincentivos para comportamentos insustentáveis;
 - d. elaborar e ampliar esquemas nacionais e internacionais de pagamentos por serviços ecossistêmicos em áreas como uso de água, agricultura, pesca e sistemas florestais;
 - e. abordar sinais de preço que distorcem as decisões de consumo e investimento de domicílios, empresas e do setor público e debilitam os valores da sustentabilidade. Os governos devem avançar no sentido de divulgar de maneira transparente todos os subsídios e devem identificar e eliminar aqueles subsídios que provoquem as maiores perdas dos recursos naturais, ambientais e sociais;
 - f. eliminar gradualmente os subsídios a combustíveis fósseis e reduzir outros subsídios perversos ou os que distorcem o comércio até 2020.

Anexo I: Lista de Recomendações

A redução dos subsídios deve ser realizada de maneira a proteger os pobres e facilitar a transição para os grupos afetados quando esses produtos ou serviços forem essenciais.

28. Os governos, outras instituições públicas como universidades e organizações internacionais devem desenvolver critérios de desenvolvimento sustentável para suas compras, visando que nos próximos 10 anos as compras se tornem sustentáveis e eficazes em relação ao custo e devem emitir relatórios públicos anuais sobre seu progresso a partir de 2015.
29. Os governos devem desenvolver normas para a produção e extração de recursos para apoiar a transição para uma economia global sustentável. Devem ainda estimular a ampla adoção e incorporação pelas empresas de princípios voluntários de sustentabilidade derivados de acordos e convenções internacionais.
30. Os governos devem promover e incentivar a inclusão de critérios de desenvolvimento sustentável de longo prazo em investimento e transações conduzidas por empresas, incluindo transações financeiras. Grupos empresariais devem trabalhar com os governos e agências internacionais para desenvolver uma estrutura para os relatórios de desenvolvimento sustentável e devem considerar o relatório obrigatório para as empresas com capitalizações de mercado acima de \$100 milhões.
31. As empresas devem buscar alinhar suas práticas de negócios aos princípios universalmente aceitos relativos a direitos humanos, mão de obra, sustentabilidade ambiental e combate à corrupção, tais como os estabelecidos no Pacto Global.
32. Devido à importância dos grandes fundos de capital privado e soberano para possibilitar a transição para o desenvolvimento sustentável, instamos as entidades abaixo a explorarem uma série de medidas para aplicação dos critérios de desenvolvimento sustentável, incluindo:
 - a. conselhos de fundos soberanos e de fundos de pensão públicos nacionais e internacionais, bem como outras grandes instituições financeiras, em suas decisões de investimento;
 - b. governos ou reguladores do mercado de ações, para que adotem ou revisem regulamentos para estimular seu uso;

Anexo I: Lista de Recomendações

- c. bolsas de valores, para que facilitem sua aplicação na análise de empresas e seus relatórios de conformidade;
 - d. governos, para que elaborem incentivos e criem um ambiente propício para que os conselhos de administração os considerem (dever de lealdade);
 - e. governos e agências de classificação de crédito, para que os integre em suas respectivas avaliações de risco.
33. Os governos, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento internacionais devem aumentar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável e avaliar e monitorar adequadamente as consequências de suas políticas nas esferas social e ambiental. Bancos de desenvolvimento multilaterais e regionais e agências de crédito de exportação devem aplicar critérios de desenvolvimento sustentável, ao considerarem os riscos do país.
34. Os governos e empresas devem firmar parcerias estratégicas entre eles e as comunidades locais para efetuarem investimentos em desenvolvimento sustentável.
35. Os governos, instituições financeiras internacionais e grandes empresas devem trabalhar juntos para criar incentivos para aumentar os investimentos em tecnologias sustentáveis, inovações e infraestruturas, inclusive mediante a adoção de políticas e metas que reduzam a incerteza dos investidores; a promoção de redes público-privadas para apoiar a pesquisa e desenvolvimento; a elaboração de esquemas de garantia de risco e o fornecimento de capital de risco e o financiamento inicial de empresas.
36. Os governos devem usar o investimento público para criar ambientes propícios que catalisem financiamento adicional substancial do setor privado, por exemplo, mediante o fornecimento de infraestrutura, partilha de riscos, financiamento para cobrir os déficits de viabilidade ou compromissos antecipados de compra.
37. Os governos devem buscar incentivar investimentos em desenvolvimento sustentável conformando os cálculos de investidores em relação ao futuro particularmente por meio do maior uso de mecanismos de partilha de riscos e o aumento da certeza sobre o ambiente regulatório e de políticas

Anexo I: Lista de Recomendações

de longo prazo. As medidas podem incluir metas para energia renovável ou conservação, redução de resíduos, conservação da água, acesso a mercados de carbono por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto ou perspectivas sustentadas para o financiamento público.

38. Os governos e o setor financeiro devem desenvolver parcerias inovadoras para proporcionar capacitação e maior acesso ao capital, como uma maneira de incentivar pequenas e médias empresas e permiti-las participar da nova economia sustentável.
39. Para medir os progressos alcançados no desenvolvimento sustentável, deve ser elaborado um índice de desenvolvimento sustentável ou um conjunto de indicadores até 2014. Para este fim, o Secretário-Geral deve indicar uma força tarefa técnica, incluindo as partes interessadas.

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

40. Como base para o desenvolvimento sustentável, os governos devem assegurar o estado de direito, a boa governança e os direitos de acesso dos cidadãos a informações oficiais, participação pública em tomada de decisões e acesso igual à justiça.
41. Os governos devem possibilitar a participação e a influência dos jovens nos processos decisórios nos níveis local, nacional e internacional. Ademais, os processos de consulta e diálogo devem ser estimulados para incorporar vozes de redes não convencionais e comunidades de jovens, tais como fóruns da internet e blogs formadores de opinião.
42. Os governos devem adotar abordagens para as questões de desenvolvimento sustentável que incluam todo o governo, sob a liderança do Chefe de Estado ou de Governo, envolvendo todos os ministérios relevantes para tratar dessas questões nos setores.
43. Os governos e parlamentos devem incorporar a perspectiva de desenvolvimento sustentável em suas estratégias, sua legislação e, em particular, nos seus processos orçamentários. Para este fim, devem ser levadas em conta as dimensões econômicas, sociais e ambientais de questões como a erradicação da pobreza, criação de empregos, redução da desigualdade, padrões insustentáveis de consumo e produção, energia,

Anexo I: Lista de Recomendações

mudança climática, biodiversidade e crescimento verde. Devem explorar maneiras de incorporar considerações específicas de sustentabilidade na supervisão orçamentária, elaborar relatórios públicos sobre as atividades relevantes e disponibilizar os orçamentos a seus cidadãos.

44. Devem ser tomadas medidas para fortalecer a interface entre a formulação de políticas e a ciência para facilitar a tomada de decisões políticas informadas sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Os representantes da comunidade científica podem ser incluídos como membros ou assessores em órgãos nacionais ou locais relevantes que tratam das questões de desenvolvimento sustentável.
45. O Painel reconhece a aspiração universal de alcançar o desenvolvimento sustentável. Reconhece também a diversidade de circunstâncias nacionais e de desafios sociais, econômicos e ambientais. O Painel insta que se crie um processo para explorar o conceito e aplicação da questão crítica da igualdade em relação ao desenvolvimento sustentável, visando incorporar o resultado no processo da Rio +20 e seus desdobramentos.
46. Os doadores bilaterais, instituições internacionais e bancos de desenvolvimento devem intensificar seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável de maneira abrangente e devem monitorar e informar regularmente o impacto das suas políticas de desenvolvimento sustentável.⁵
47. Como a política de desenvolvimento sustentável internacional é fragmentada e, em particular, o pilar ambiental é fraco, o PNUMA deve ser fortalecido.
48. Os governos devem concordar em desenvolver um conjunto de metas básicas universais de desenvolvimento sustentável, incluindo as três dimensões de desenvolvimento sustentável, bem como suas interconexões. Essas metas devem galvanizar a ação individual e coletiva bem como complementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ao mesmo tempo em que permitem uma estrutura pós-2015. Um mecanismo especializado deve ser estabelecido pelo Secretário-Geral para detalhar e refinar as metas antes de sua adoção pelos Países-Membros das Nações Unidas.

⁵ Uma recomendação semelhante é feita na Seção 4 acima. Entretanto, esta recomendação é incluída na presente Seção devido à sua relevância para a governança e responsabilidade nos níveis global e regional.

Anexo I: Lista de Recomendações

49. O Painel endossa a iniciativa “Energia Sustentável para Todos” do Secretário-Geral, que deve ser implementada sem demora.
50. O Secretário-Geral deve liderar um esforço conjunto com os chefes das organizações internacionais relevantes, incluindo as agências relevantes das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, setor privado e outras partes interessadas, para preparar um relatório periódico do panorama do desenvolvimento sustentável global que reúna informações e avaliações atualmente dispersas nas instituições e as analise de maneira integrada.
51. Os governos e a comunidade científica devem tomar medidas práticas, inclusive mediante o lançamento de uma grande iniciativa científica global, para fortalecer a interface entre as políticas e a ciência. Isto deve incluir a preparação de avaliações e resumos regulares sobre a base científica de conceitos, como “fronteiras planetárias”, “pontos de inflexão” e “limites ambientais” no contexto do desenvolvimento sustentável. Isto complementaria outros trabalhos científicos na agenda de desenvolvimento sustentável, incluindo seus aspectos econômicos e sociais, para aperfeiçoar os dados e o conhecimento sobre fatores socioeconômicos como a desigualdade. Ademais, o Secretário-Geral deve considerar a nomeação de um assessor científico chefe ou estabelecer um conselho consultor científico com conhecimento e experiência diversificados para assessorá-lo e a outros órgãos das Nações Unidas.
52. Os governos devem considerar a criação de um conselho mundial de desenvolvimento sustentável para melhorar a integração das três dimensões de desenvolvimento sustentável, abordar questões emergentes e rever o progresso da sustentabilidade, com reuniões periódicas ao longo do ano. Esse órgão pode ser um órgão subsidiário da Assembleia Geral e substituiria a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Precisaria ter uma ampla representação geográfica e política e a participação plena das instituições internacionais relevantes - inclusive agências das Nações Unidas e instituições financeiras internacionais - assim como atores não estatais da sociedade civil, do setor privado e da comunidade científica.
53. Esse conselho desenvolveria um mecanismo de revisão por pares que estimularia os Estados, em um espírito construtivo, a explicarem suas políticas, compartilharem experiências e lições aprendidas e cumprirem seus compromissos.

Anexo I: Lista de Recomendações

54. Os governos devem também usar as instituições existentes de uma maneira mais dinâmica, inclusive usando o período entre a realização da Rio +20 e 2015 para revisão e experimentação, a fim de incorporar as soluções testadas às estruturas de desenvolvimento pós-2015 e reformas institucionais.
55. O Secretário-Geral deve acelerar o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o sistema das Nações Unidas de modo a contribuir à coerência, melhor definir as responsabilidades entre os órgãos das Nações Unidas, reduzir a sobreposição e duplicação de esforços e melhorar a prestação de contas da implementação. A estratégia deve ser revista por todos os órgãos relevantes e conselhos diretores das Nações Unidas, envidando esforços especiais para forjar uma visão unificada entre os países, que seja comum a todos os conselhos e processos.
56. O Secretário-Geral deve fazer pleno uso das Nações Unidas como espaço mundial de reunião, convocando intercâmbios de alto nível sobre desenvolvimento sustentável quando os líderes se reunirem na abertura da nova sessão da Assembleia Geral. Essas reuniões devem ser usadas para estabelecer a agenda e abordar as questões emergentes reunindo os chefes de estado ou de governo, os chefes de instituições internacionais e representantes da sociedade civil e do setor privado.

Anexo II - Membros do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global^{6*}

CO-PRESIDENTES

Tarja Halonen	Tarja Halonen Presidente da Finlândia
Jacob Zuma	Jacob Zuma Presidente da África do Sul

OUTROS MEMBROS (ORDEM ALFABÉTICA)^{7a}

Sheikh Abdallah Bin Zayed Al Nahyan	Ministro de Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos
Hajija Amina Az-Zubair	Ex-assistente Especial Sênior e Assessor do Presidente da Nigéria para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
Ali Babacan	Vice-Primeiro Ministro da Turquia
James Laurence Balsillie	Presidente do Conselho do Centro para Inovação em Governança Internacional, Canadá, e ex-Co-Presidente da Research in Motion
Alexander Bedritsky	Assessor do Presidente da Federação Russa, Enviado Especial para Clima e Presidente Emérito da Organização Meteorológica Mundial
Gro Harlem Brundtland	Ex-Primeira Ministra da Noruega, Ex-Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde e Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
Micheline Calmy-Rey	Ex-Presidente e Ex-Ministra de Relações Exteriores da Suíça
Julia Carabias Lillo	Ambientalista e Ex-Secretária do Meio Ambiente do México
Gunilla Carlsson	Ministro de Cooperação para Desenvolvimento Internacional da Suécia

^{6*} Cargos dos membros do Painel no momento da apresentação do Relatório ao Secretário-Geral. Os membros do Painel atuaram como especialistas e sem remuneração. A maioria dos membros do Painel cobriu suas próprias despesas de viagem.

^{7a} O sexto Primeiro Ministro de Barbados, o Honorável David Thompson, atuou no Painel até o seu falecimento até 23 de outubro de 2010.

Anexo II - Membros do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global6*

Lúisa Dias Diogo	Membro do Parlamento e ex-Primeira Ministra de Moçambique
Han Seung-soo	Presidente do Conselho de Administração do Global Green Growth Institute e ex-Primeiro-Ministro da República da Coreia
Yukio Hatoyama	Membro da Câmara dos Deputados e ex-Primeiro-Ministro do Japão
Connie Hedegaard	Comissária Europeia para Ação Climática e ex-Ministra de Meio Ambiente e ex-Ministra do Clima e Energia da Dinamarca
Cristina Narbona Ruiz	Membro do Congresso, ex-Representante Permanente da OCDE, e ex-Ministra do Meio Ambiente da Espanha
Jairam Ramesh	Ministro de Desenvolvimento Rural da Índia
Susan E. Rice	Representante Permanente das Nações Unidas e Membro do Gabinete do Presidente dos Estados Unidos
Kevin Rudd	Ministro de Relações Exteriores e ex-Primeiro Ministro da Austrália
Freundel Stuart	Primeiro Ministro de Barbados
Izabella Mônica Vieira Teixeira	Ministra do Meio Ambiente do Brasil
Zheng Guoguang	Administrador da Administração Meteorológica da China

EX OFFICIO

Janos Pasztor	Secretário Executivo do Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global
---------------	--

Anexo III - Termos de Referência^{8*}

ANTECEDENTES

1. O aumento das crescentes tensões e crises nos últimos anos indica a deterioração do ambiente natural. A mudança climática é uma das principais manifestações. Estamos atingindo, e cada vez mais ultrapassando, os limites planetários. Os esforços para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e outras metas sociais e econômicas são prejudicados pela incapacidade de chegar a um acordo sobre ação decisiva e coordenada em fóruns nacionais e multilaterais. Isto revela a fraqueza das nossas estruturas de governança e nossos modelos de desenvolvimento desatualizados. Mostra os limites da nossa abordagem atual, que continua lidando com sintomas individuais e não com as causas e suas inter-relações.
2. Com base nos pontos de vista expressados na Cúpula sobre Mudança Climática de 22 de setembro de 2009 e inspirado pelo Relatório *Closing the Gaps* (Fechando as Lacunas), preparado pela Comissão de Mudança Climática e Desenvolvimento, o Secretário-Geral decidiu estabelecer um Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global para abordar estas questões.

ESCOPO

3. O principal objetivo do Painel é refletir sobre e formular uma nova visão para o crescimento sustentável e a prosperidade, juntamente com mecanismos para atingi-los. Abordará três conjuntos de questões-chave:
 - 3.1. Novo paradigma de desenvolvimento:
 - como chegar a uma economia verde/de baixo carbono;
 - como construir economias resilientes - especialmente para os mais vulneráveis;
 - como erradicar a pobreza;
 - como alcançar modos sustentáveis de consumo e produção;

^{8*} Os termos de referência foram dados ao Painel pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon após o lançamento do Painel em agosto de 2010.

Anexo III - Termos de Referência^{8*}

- como estabelecer o desenvolvimento em um mundo com restrição de carbono.
- 3.2. Mecanismos para colocar em prática um novo paradigma de desenvolvimento, incluindo quaisquer ajustes necessários na arquitetura institucional e financiamento nos níveis global e nacional.
- 3.3. Coleta, compilação, avaliação e divulgação transparente de dados e informações relevantes por entidades públicas e privadas, visando habilitar os supracitados.
4. O Painel terá um foco especial sobre a mudança climática como um desafio ao desenvolvimento sustentável, abordando seus três pilares, ou seja, econômico, social e ambiental. Ele realizará a sua reflexão sobre e a formulação de uma nova visão para crescimento sustentável e prosperidade pela avaliação de soluções estratégicas para a mudança climática como um exemplo, como ponto de entrada para o gerenciamento de uma questão global/desafios globais. Além da mudança climática, outros desafios que serão usados para desenvolver e testar a nova visão para desenvolvimento sustentável podem incluir segurança alimentar, hídrica e energética, bem como a redução da pobreza.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O Painel

5. O Secretário-Geral nomeará os membros do Painel, incluindo os co-Presidentes. Os membros do Painel atuarão como especialistas e assessorarão o Secretário-Geral. Os membros do Painel incluirão os Chefes de Estado e de Governo atuais e passados, Ministros, bem como pessoas que tenham dado contribuições excepcionais às questões tratadas. Os membros do Painel refletirão a diversidade geográfica, de competência, política e de gênero.

A Secretaria

6. Uma secretaria será estabelecida para apoiar o Painel. O Secretário-Geral nomeará o chefe da secretaria, que será subordinado a ele, ao mesmo tempo em que trabalha estreitamente com os co-Presidentes e membros

Anexo III - Termos de Referência^{8*}

do Painel. O Painel e a sua secretaria consultarão amplamente os governos, os processo intergovernamentais, as entidades do sistema das Nações Unidas, bem como as pessoas, organizações e redes da sociedade civil, instituições acadêmicas e o setor privado, visando coletar informações e gerar ideias relevantes para o trabalho do Painel. Na medida do possível, será feito uso dos mecanismos existentes e ocasiões para consulta e compartilhamento de conhecimento, mas o Painel pode também iniciar os seus próprios eventos e atividades, se considerar necessário.

CRONOGRAMA

7. O Painel concluirá seu trabalho pela publicação de seu relatório em dezembro de 2011. Três reuniões pessoais do Painel serão organizadas durante este período. Interações adicionais podem ser organizadas por meios eletrônicos com participação variada, como apropriado. O Painel pode estabelecer grupos de trabalho liderados por um ou dois membros do Painel para preparar dados sobre tópicos específicos para sua consideração.
8. Uma secretaria em escala reduzida deve continuar atuando por mais seis meses em 2012 para fins de divulgação. Os membros individuais do Painel, como apropriado e na medida do possível, também podem se envolver em atividades de divulgação, apoiados pela secretaria. A Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, Brasil, e o processo que leva a ela, oferecerão oportunidades excepcionais para a promoção dos resultados.

RESULTADOS

9. O Painel publicará a sua análise e recomendações em seu relatório final. No curso do seu trabalho, o Painel criará plataformas para discussão para gerar dados para o seu trabalho. Durante a vigência do Painel e para facilitar as suas deliberações, diversos documentos de trabalho e resumos de política podem ser preparados e publicados conforme sejam disponibilizados.
10. Devido à concentração especial do Painel sobre mudança climática, o Painel buscará preparar os resumos de política adicionais de maneira a abordar melhor o processo de negociações climáticas, levando em conta o seu próprio cronograma.

Anexo IV: Sherpas e Assessores

PARA TARJA HALONEN

Sherpa: Hannu Kyröläinen

Assessores: Ann-Marie Nyroos, Pekka Shemeikka

PARA JACOB ZUMA

Sherpa: Lindiwe Zulu

Assessores: Judy Beaumont, Thembani Mabandla

PARA SHEIKH ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN

Sherpa: Sultan Al Jaber

Assessores: Omar H. Shehadeh, Mohamed Abushabab, Aimee Elie Barnes

PARA HAJIYA AMINA AZ-ZUBAIR

Sherpa: Adamu Emozozo

PARA ALI BABACAN

Sherpa: Kemal Madenoglu

Assessores: Sema Bayazit, Sitki Ersin Esen

PARA JAMES LAURENCE BALSILLIE

Sherpa: David Runnalls

Assessores: Paul Jenkins, Jordan B. Peterson, Simon Zadek

PARA ALEXANDER BEDRITSKY

Sherpa: Dinara Gershinkova

PARA GRO HARLEM BRUNDTLAND

Sherpa: Marianne Loe

Anexo IV: Sherpas e Assessores

PARA MICHELINE CALMY-REY

Sherpas: Peter Maurer, François Voeffray, Paul Seger

Assessores: Thomas Heimgartner, Lorenz Kurtz

PARA JULIA CARABIAS LILLO

Sherpas: Roberto Cabral, Germán González-Dávila

PARA GUNILLA CARLSSON

Sherpa: Torgny Holmgren

Assessores: Ann Uustalu, Tove Skagerwall

PARA LUISA DIAS DIOGO

Sherpa: Fortunato Albrinho

Assessores: Rogério Wamusse, Celmira da Silva, Egidio Domingo Fumo

PARA HAN SEUNG-SOO

Sherpa: Tae Yong Jung

Assessores: Jihwan Park, Jin Young Kim

PARA YUKIO HATOYAMA

Sherpas: Kenji Hiramatsu, Shinsuke Sugiyama

Assessores: Akiko Suzuki, Takuma Kajita, Naoko Ueda, Kohei Nakamura, Osamu Yamazaki

PARA CONNIE HEDEGAARD

Sherpa: Michael Starbaek Christensen

Assessor: Christian Friis Bach

Anexo IV: Sherpas e Assessores

PARA CRISTINA NARBONA RUIZ

Sherpa: Eduardo Orteu

Assessor: Javier Cachón

PARA JAIRAM RAMESH

Sherpa: Varad Pande

PARA SUSAN E. RICE

Sherpas: Elizabeth Cousens, Jonathan Pershing

Assessores: Lynne Gadkowski, Corinne Graff, Hillary Schrenell

PARA KEVIN RUDD

Sherpa: Howard Bamsey

Assessores: Benjamin Craig, Katy Lin

PARA FREUNDEL STUART

Sherpa: Selwin Hart

Assessores: Keith Franklin, Travis Sinckler

PARA IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA

Sherpa: André Corrêa do Lago

Assessores: Fernando Antônio Lyrio Silva, Fernando Coimbra, Claudia de Borba Maciel, Fernando de Azevedo Silva Perdigão

PARA ZHENG GUOGUANG

Sherpa: Luo Yong

Assessores: Zhou Botao, Hu Ting

Anexo V - Secretaria

PESSOAL

Janos Pasztor (Secretário-Executivo)
Georgios Kostakos (Secretário-Executivo Adjunto em exercício)
Christine Alfsen-Norodom
Julie-Ann Brown
Lee Cando
Maria Dada
Tanya Hogan
Clare Kane
Katell Le Goulven
Florian Lux
Tracy Raczek
Cynthia Scharf
Frank Schroeder
Celine Varin
Jin Zhang

PESSOAL EM FUNÇÕES DE CURTO PRAZO

Salvano Briceño, Secretaria Interagência de Estratégia Internacional para a Redução de Desastres
Annika Savill, Fundo de Democracia das Nações Unidas
Jana Simonova, Fundo de População das Nações Unidas
Youba Sokona, Comissão Econômica para a África

CONSULTORES

John Drexhage
Alex Evans
Alex Kirby
Julie Larsen
Paul Raskin
Amy Ward

Anexo VI - Reuniões, Consultas Relacionadas e Eventos

REUNIÕES DO PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL

- Reunião 1 do Painel: 19 de setembro de 2010, Nova York
- Reunião 2 do Painel: 24 e 25 de fevereiro de 2011, Cidade do Cabo
- Reunião 3 do Painel: 16 e 17 de maio de 2011, Helsinque
- Reunião 4 do Painel: 18 e 19 de setembro de 2011, Nova York
- Reunião 5 do Painel: 13 e 14 de dezembro de 2011, Nova York
- Reunião 6 do Painel: 11 e 12 de janeiro de 2012, Nova York
- Reuniões dos Sherpas
- Reunião 1 dos Sherpas: 20 e 21 de outubro de 2010, Nova York
- Reunião 2 dos Sherpas: 23-26 de janeiro de 2011, Braunwald (Suíça)
- Reunião 3 dos Sherpas: 23 e 26 de fevereiro de 2011, Cidade do Cabo
- Reunião 4 dos Sherpas: 13 e 14 de abril de 2011, Madri
- Reunião 5 dos Sherpas: 15 e 18 de maio de 2011, Helsinque
- Reunião 6 dos Sherpas: 31 de agosto e 01 de setembro de 2011, Beijing
- Reunião 7 dos Sherpas: 17 e 20 de setembro de 2011, Nova York
- Reunião 8 dos Sherpas: 23 e 24 de outubro de 2011, Nova York
- Reunião 9 dos Sherpas: 18-20 de novembro de 2011, Bonn
- Reunião 10 dos Sherpas: 12 e 15 de dezembro de 2011, Nova York
- Reunião 11 dos Sherpas: 10, 13 e 14 de janeiro de 2012, Nova York

CONSULTAS E EVENTOS RELACIONADOS

- Reunião de especialistas em crescimento verde, organizada pelo Global Green Growth Institute: 14 e 15 de janeiro de 2011, Seul
- Consulta entre os membros do Painel e os chefes de sistemas das Nações Unidas: 27 de janeiro de 2011, Davos
- Diálogo informal de alto nível entre o Painel e os Países-Membros, convocado pelo Presidente da Assembleia Geral: 16 de março de 2011, Nova York
- Reunião entre os membros do Painel e os chefes de sistema das Nações Unidas: 16 de março de 2011, Nova York
- Reunião entre os sherpas do Painel e a Confederação Sindical Internacional: 12 de abril de 2011: Madri

Anexo VI - Reuniões, Consultas Relacionadas e Eventos

- Quarta Conferência das Nações Unidas sobre países menos desenvolvidos: consulta do painel aos países menos desenvolvidos sobre crescimento verde: 10 de maio de 2011, Istambul
- Membros do Painel no simpósio de laureados no Prêmio Nobel: 17 de maio de 2011, Estocolmo
- Reunião dos especialistas regionais sobre sustentabilidade global na Ásia: 30 de agosto de 2011, Beijing
- Almoço do Painel com representantes da sociedade civil: 18 de setembro de 2011, Nova York
- Almoço do Painel com representantes da sociedade civil: 19 de setembro de 2011, Nova York
- Diálogo de alto nível entre o Painel e os Países-Membros, convocado pelo Presidente da Assembleia Geral: 20 de outubro de 2011, Nova York

